



PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

**Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)**

Atena
Editora

Ano 2019



PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

**Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)**

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos políticos que envolvem a produção e organização do espaço [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-889-2 DOI 10.22533/at.ed.892192312 1. Geografia humana – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 304.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É sabido que o seres humanos se organizam no tempo-espaço e modificam-se a partir das respectivas relações sociais de dada a conjuntura histórica. Nesse sentido, evidencia-se a modificação das paisagens naturais transformadas milenarmente, no Brasil e no mundo, que foram determinadas por padrões socialmente construídos e balizadas por avanços científicos e tecnológicos. Entretanto, não podemos perder de vista que as transformações geográficas são intrínsecas aos processos de organização da sociedade, sobretudo no que tange a geopolítica e os contextos: histórico, cultural, social, econômico e político.

O livro “Processos Políticos que envolvem a Produção e Organização do Espaço” é composto por oito artigos, que tratam de diferentes situações locais articulados as mudanças globais. Para tanto, foi subdividido em dois blocos centrais, o primeiro composto por aspectos relacionados à globalização e análises internacionais. E no segundo os autores tratam de casos da realidade brasileira.

De maneira introdutória os autores realizaram análise acerca da transformação da paisagem, abordando aspectos relacionados ao desenvolvimento local, regional e necessidade de adequações aos parâmetros globais, a chamada globalização. De mais a mais, os autores narram às fragilidades dos ajustamentos locais mediante as necessidades globalizadas, que perpassam a configuração do mercado, consumo, valor e lucro, sobremaneira por ser tratar de uma sociedade inerente à ordem capitalista.

Esse foi o “start” da discussão internacional, que aborda questões relacionadas a fronteiras territoriais e outras situações da contemporaneidade, inicialmente exibindo a experiência das cidades localizadas na República Dominicana e no Haiti, e, posteriormente discorrendo sobre os conflitos geopolíticos por recursos minerais no Congo, oportunizando a apresentação da construção histórica deste país.

O segundo bloco é composto por textos que versam sobre a realidade brasileira. Apresentando experiências dos Estados Mato Grosso do Sul, Maranhão, São Paulo (Santos), Rio de Janeiro (Resende) e também uma análise regional. Neste bloco a discussão permeou aspectos sobre a construção da educação e memória geográfica do Brasil, o processo de desenvolvimento urbanístico das relações sociais, o avanço tecnológico e reflexões sobre o processo da globalização. Abordando ainda a discussão sobre indígenas, camponeses e quilombolas.

Além disso, os autores evidenciam a construção do espaço urbano, que foi analisada sob a ótica da desproteção do Estado e respectivas mazelas sociais, que são engendradas ao processo de urbanização e industrialização. Os últimos capítulos revelam estudos de casos em cidades da região sudeste do Brasil, os quais refletem os diferentes tipos de situações associadas à (re)configuração das cidades, conformação das grandes metrópoles, reestruturação produtiva, expansão urbana e dinâmica das transações imobiliárias.

Neste livro, o leitor poderá aproximar-se da discussão da organização do espaço,

inclusive com ponderações sobre os diferentes momentos históricos e processos transversais. Cabe destacar que o assunto é mundialmente pertinente e atual, uma vez que as problemáticas vivenciadas por todos os países influem também nas relações exteriores, tal como a situação dos refugiados. Logo, reafirma-se a relevância de analisarmos a construção do espaço e aspectos documentadamente inerentes.

Afinal, para compreendermos aspectos presentes no contexto atual faz-se necessário aprendermos o desenrolar das conformações históricas da sociedade, que justificam os padrões construídos e as modificações milenares, e, fundamentam a construção do conhecimento da atualidade. Embora essa afirmação seja inequívoca, com as fragilidades do contexto atual faz-se necessário reafirmarmos as obviedades. Sendo assim, ratifico a importância desta leitura, que evidencia análises imprescindíveis e contemporâneas.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM – O SACRIFÍCIO LOCAL PELO ZELO GLOBAL	
Geovana Freitas Paim	
DOI 10.22533/at.ed.8921923121	
CAPÍTULO 2	12
ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS, DELIMITAÇÃO SOCIOESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE JIMANÍ (REPÚBLICA DOMINICANA) E POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/ FONDS-PARISIEN (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.8921923122	
CAPÍTULO 3	24
CONGO: CONFLITOS GEOPOLÍTICOS POR RECURSOS MINERAIS	
Dante Severo Giudice	
André Lucas Palma Barbosa	
Cíntia Silva de Jesus	
Mariana Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.8921923123	
CAPÍTULO 4	36
AS TECNOLOGIAS E A RELAÇÃO LOCAL-GLOBAL: DISCUTINDO DIVERSIDADE E CONFLITOS NA DISCIPLINA DE GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES	
Jaqueline Machado Vieira	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.8921923124	
CAPÍTULO 5	56
MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA	
Diego Armando de Sousa Paz	
Fernanda Ferreira Silva Sanches	
Allison Bezerra Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8921923125	
CAPÍTULO 6	72
IDEAL DE CONSUMO E URBANIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS FACES NAS METRÓPOLES DO SUDESTE BRASILEIRO	
Kauê Santos Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8921923126	
CAPÍTULO 7	86
PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, OS SISTEMAS POLÍTICOS E A PRIMAZIA DA CIDADE DE SANTOS, SP	
Hilmar Diniz Paiva Filho	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.8921923127	

CAPÍTULO 8	97
-------------------------	-----------

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL
E EXPANSÃO URBANA EM RESENDE- RJ

[Marília Baldo Simões](#)

DOI 10.22533/at.ed.8921923128

SOBRE A ORGANIZADORA.....	110
----------------------------------	------------

ÍNDICE REMISSIVO	111
-------------------------------	------------

TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM – O SACRIFÍCIO LOCAL PELO ZELO GLOBAL

Geovana Freitas Paim

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO).
Contato: geovanapaim@gmail.com

RESUMO: Este artigo aborda as semelhanças e diferenças entre Parques Eólicos e Perímetros de Irrigação, considerados projetos vultuosos para o desenvolvimento local. Com metodologia comparativa, utiliza-se os aspectos visuais da paisagem do perímetro de Irrigação Maniçoba-BA e do Parque Eólico Cristalândia-BA. Como a implantação desses veem para sanar problemas globais produção de alimentos e energia, respectivamente, discute-se aqui até que ponto valem a pena as transformações de ambas paisagens. Percebeu-se que existem fragilidades na transformação socioeconômica de onde estão situados, colocando em evidência os discursos de sustentabilidade global que está por trás de ambos.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem, Energia, Sustentabilidade.

1 | INTRODUÇÃO

Poderíamos nos perguntar o que os Parques Eólicos e os Perímetros de Agricultura Irrigada, dois projetos aparentemente

tão antagônicos, teriam em comum? As aproximações não são mera coincidência. Ambos constituem grandes projetos desenvolvimentistas que para a região Nordeste se encarregam de um desenvolvimento regional e local auspiciosos. Tal qual na Amazônia, a região Nordeste vem experienciando projetos que são o avesso da vocação territorial propondo melhorias profundas para a população. Estes tipos de projetos não são ruins, em sua concepção, pois criam um dinamismo local evidente, mas não cumprem com o propósito a que são chamados: redução da pobreza com transformação social por meio do seu progresso.

Parques Eólicos e Perímetros de Irrigação também se aproximam pelo fato de terem uma causa global para dar conta. O primeiro, a redução do carbono para atmosfera, auxiliando no trato do efeito estufa planetário. O segundo, na produção de alimentos para sustentar uma população crescente. Não se pretende aqui negar as contribuições destes empreendimentos para a economia local e até regional, mas é necessário declarar o rebatimento deles em tuas categorias relevantes na geografia: paisagem e território.

Observa-se na história do Brasil, um certo determinismo geográfico nas explorações das paisagens, uma vez que a presença de recursos

naturais importantes (água, terras, minérios e madeira) determinaram a apropriação de espaços geográficos e causaram profundas transformações. Desde o período colonial até aqui, a paisagem é a primeira instância a ser afetada para sustentar as demandas da matriz energética em voga. Cita-se, como um bom exemplo, as paisagens da costa brasileira, na qual o Pau-Brasil, presente em toda a Mata Atlântica no século XVI, foi a madeira exclusivamente utilizada como combustível energético dos engenhos, indispensável para o desenvolvimento do sistema de produção açucareiro (ROCHA, 2009). Como já sabido, o resultado é a concentração populacional no litoral e a degradação das paisagens cobertas por florestas que abrigavam o Pau-Brasil.

No caso dos perímetros de Irrigação nordestinos, estes avançaram pelos vales úmidos da região Semi-Árida na segunda metade do século XX, sob o discurso de ser a melhor alternativa para reduzir os flagelos causados pela seca à população. Os Rios Jaguaribe, Parnaíba e São Francisco foram palco do estabelecimento da agricultura irrigada utilizada dentro de uma política de desenvolvimento enfatizando-se a função social dos mesmos e a promoção do desenvolvimento regional, face às desigualdades vistas da região nordeste perante as demais.

Localmente se estabelecem sob a égide do Estado para funcionarem como ilha de modernidade e riqueza, mas acabam ficando estagnados por causa de políticas públicas equivocadas e imediatistas. Não promovem emancipação e causam fragilidade ambiental, pois há fragmentação da paisagem natural e fragilidade na relação do homem sertanejo com a terra, pois estes na maioria dos casos são obrigados a lidarem com cultivos exóticos à região. Não deve ser fácil para o sertanejo acostumado a plantar milho, feijão, mandioca, passar a plantar uvas, bananas e atemóia.

Contrário ao que se projetou, muitas famílias que vivem nestes espaços encontram-se dependentes do programa Bolsa Família, correspondendo no ano de 2012 a 49,6% do total de famílias residentes ali, conforme avaliou Buainain e Garcia (2015). Estes perímetros irrigados podem não só terem pobreza, mas também causar pobreza, uma vez que a mão de obra que não é absorvida pela irrigação migra para as cidades próximas, corroborando para ampliação de aglomerados subnormais (VIEIRA, 2015).

Como bem pontuado por Dourado (2014) em seu trabalho intitulado “Projetos Desenvolvimentistas nas Terras do sem-fim”, novos territórios no Nordeste, especialmente em regiões que sofrem com a seca, são criados dentro da estrutura perversa do capitalismo. O desdobramento que se observa nos Perímetros de Irrigação são processos de desterritorialização, expropriação, precarização do trabalho e miséria, postos como inevitáveis na trajetória rumo ao progresso e modernidade.

No caso dos Parques Eólicos, este tipo de empreendimento já foi experienciado em países da Europa e agora estão sendo inserido com intensidade no Brasil, que assim como os Perímetros de Irrigação, vem com uma capa de salvação para o planeta, porém isto pode ser muito mais um marketing ambiental impetuoso.

Segundo Bell et.al (2005), em sua pesquisa na Europa, a instalação de Parques

Eólicos causa a Síndrome do “não no meu quintal”. Isso significa que apesar da maioria da população ser favorável a este tipo de empreendimento, a instalação dos aerogeradores esbarra em atitudes negativas individuais. No imaginário da população a energia eólica é uma boa ideia, desde que não esteja “no meu quintal”. Os autores propõem uma discussão sobre o “hiato social” e a “lacuna individual”, quer dizer: o existente entre o alto apoio público à energia eólica (expressado em pesquisas de opinião) e a baixa taxa de sucesso alcançada no desenvolvimento de energia eólica no momento em que indivíduos tem uma atitude positiva em relação à energia eólica em geral, mas opõe-se ativamente à instalação de um Parque Eólico. Na opinião geral é um empreendimento interessante, mas traz particularidades negativas tais como ruídos, abertura de estradas com intensificação de tráfego, impacto visual, movimentos de pessoas estranhas ao lugar, dentre outros.

Como exposto, entende-se que tanto em Parques Eólicos como em Perímetros de Irrigação, são percebidas mudanças multi-escalares a nível social e natural. Busca-se neste artigo realizar um exame crítico da disseminada ideia de progresso trazida por estes tipos de empreendimentos. Toma-se aqui como elos problemas no solo e mudanças na paisagem decorrentes de suas atividades de funcionamento. Parte-se do princípio ainda que estes empreendimentos megasalvadores, inseridos não pela sua capacidade de transformação permanente, mas sim por alianças políticas-institucionais flexíveis não tirou os benefícios pujantes apenas do discurso midiático.

2 | PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MANÍCOBA E O PARQUE EÓLICO CRISTALÂNDIA. – MODIFICAÇÕES DAS PAISAGENS. ONDE ESTÃO AS BENESSES?

Bertrand (2004), frisa que a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. Mas, consiste num recorte, fruto da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. Esta evolução ocorre por causa de fatores da natureza ou pode se dar por causa de fatores econômicos, políticos e sociais. Neste contexto, propõem-se nesta seção aproximar dois projetos fortemente transformadores da paisagem: Agricultura Irrigada e Energia Renovável.

Toma-se aqui como elementos comparativos o Perímetro de Irrigação Manicoba, situado na região norte da Bahia, distando 38 km da cidade de Juazeiro e o Parque Eólico de Cristalândia, localizado no sudoeste baiano, no município de Brumado. O primeiro impacto é a quebra da homogeneidade de uma paisagem em prol de projetos desenvolvimentistas, provocando uma alteração da fisionomia original. Na Figura 01 nota-se o perímetro em dois momentos do tempo. O primeiro alguns anos após a sua criação e o outro num tempo recente.

O bolsão de produtividade foi criado na Caatinga. A reflexão é sobre as implicações

que trazem estes projetos ao longo do tempo. O perímetro de irrigação Maniçoba conta com 4.201ha de áreas irrigáveis, sendo que estas terras estão distribuídas para grandes proprietários (54 empresas) e pequenos proprietários (232 colonos). Nestas são desenvolvidas culturas perenes (uvas, manga, goiaba, etc), com sistema de distribuição de água por gravidade e irrigação por sulco. Na contramão da produção, infelizmente, a estrutura técnica/assistencial fica aquém do desejável, deixando os proprietários dos lotes suscetíveis ao problema da salinização.

A salinização segundo Withemore, 1975 apud Cordeiro, 2001, ocorre geralmente em regiões áridas, sendo provocada pela alta taxa de evaporação e baixa precipitação, que associadas às condições geomorfológicas e hidrológicas, condicionam a formação de solos com teores elevados de sais solúveis e sódio trocável. No estudo de Cordeiro, 2001 ele assinala que os sais que causam a salinização do solo são advindos do transporte de água vertical e horizontal do solo.



Figura 01: Imagens comparativas do Perímetro de Irrigação Maniçoba em Juazeiro-BA. A primeira é do ano de 1984 e a segunda de 2016. Destaca-se o adensamento da agricultura ocorrido neste período e a antropização das margens do Rio São Francisco à esquerda da imagem.

E, apesar da origem da água utilizada nos perímetros de irrigação serem de boa qualidade, a exemplo do rio São Francisco, o manejo tanto da água como do solo é ruim. Normalmente, os sistemas favorecem às perdas, deixando o acúmulo de água no solo e não há acompanhamento sistemático do balanço de sais.

Este é um problema recorrente nos perímetros do Rio São Francisco. No entanto, os problemas não se encerram aí. Conforme estudos apresentados por Paim (2008) para o Perímetro Maniçoba, foi observado o processo de desmatamento para criação e funcionamento deste espaço, onde notou-se por tratamento de imagens de satélites, que a paisagem tornou-se um mosaico, com pedaços de vegetação nativa, neste caso Caatinga, sobrando em alguns lotes, que acabaram ficando sem conexão uns com os outros (Figura 02). A falta de planejamento ambiental do perímetro, resultante de um olhar exclusivamente econômico, impacta por exemplo os serviços ecossistêmicos, a exemplo da polinização e deslocamento de animais.



Figura 02: Paisagem do Perímetro Irrigado, destacando a agricultura irrigada entremeada pela Caatinga.

Conforme exposto no gráfico 01, a nível comparativo, uma paisagem externa ao perímetro foi analisada. Percebeu-se que na paisagem interna do perímetro (PI) de 1976 à 2006, o número de fragmentos de Caatinga sai de menos de 50 para 200, enquanto que na paisagem externa (PE) a quantidade se mantém inferior à 50 fragmentos no mesmo período. Isso indica uma fragmentação da paisagem, entendendo-se aqui como algo preocupante aos próprios colonos visto que a modificação extrema de qualquer ambiente natural, pode desencadear prejuízos ambientais como perda de biodiversidade, fragilizando a conjugação produtividade e conservação biológica.

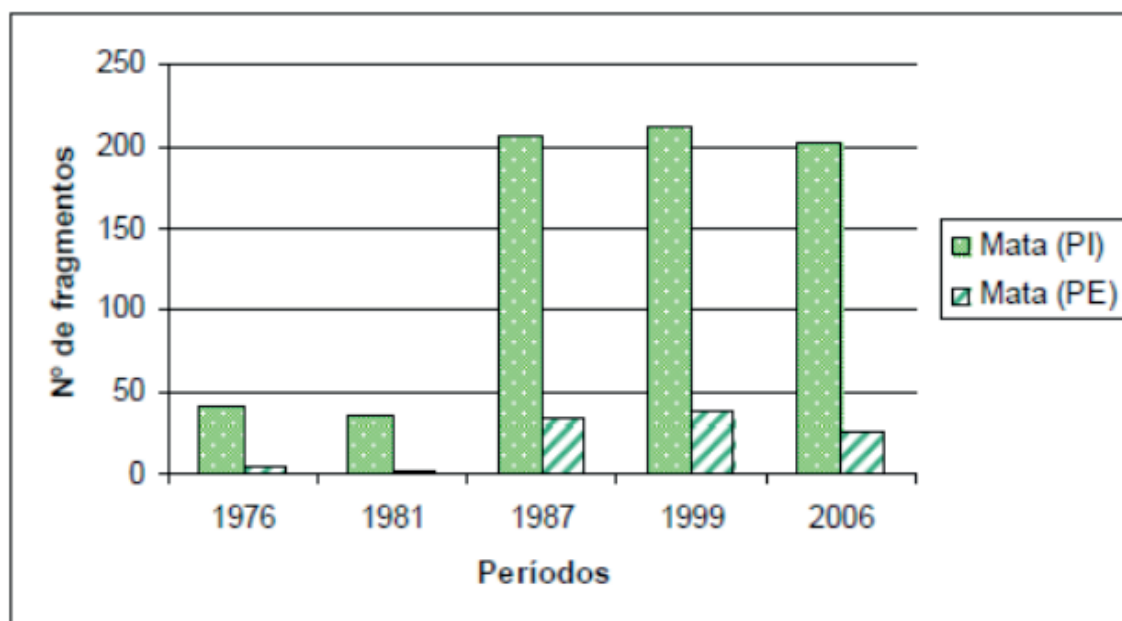


Gráfico 01: Fragmentação da Paisagem do Perímetro de Irrigação Maniçoba.

Fonte: A autora, 2008.

A análise sobre este perímetro, nos convida a compreender o quanto este projeto promoveu melhorias das condições da sociedade. Segundo o último Censo de 2010

o município de Juazeiro possui 197.965 habitantes e mesmo tendo outros agropolos, 81,2% da população vive na área urbana. Atualmente existem 46.161 famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais, como o Bolsa Família. Deste número, 1.790 são de agricultores ou familiares (Brasil, 2018). O IDHM é 0,67, considerado médio. A taxa de analfabetismo é de 10,1% (próximo ao valor do Estado que é 10,3%). Assim, a inserção de um perímetro de irrigação para o município não significa que este conseguirá atingir níveis socioeconômicos admiráveis nem para o município e nem dentro do próprio perímetro, porque conforme afirma Dourado (2011, p. 119), o desenvolvimento prometido em perímetros de irrigação não se efetiva por

[...] não existir uma política de integração das atividades agrícolas desenvolvidas nos projetos de irrigação com as práticas agrícolas locais, nem mudança na estrutura fundiária, porque ainda que os lotes para irrigação não sejam grandes, a produção neles requer altos investimentos, a que os camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra, não dispõem, tampouco, têm acesso junto às instituições credoras. Por isso, a modernização da agricultura presenciada no Semiárido nordestino, assim como em todo o Brasil, é conservadora e dolorosa.

O que percebe-se é que mesmo depois de três décadas após a implantação deste grande projeto desenvolvimentistas, não se alcançou o resultado esperado. Mas, novos projetos de mesmo cunho, semelhantes a este, se distribuem pelo Estado, sobretudo em espaços mais pobres. Silva (2010), faz uma crítica sobre a devastação das paisagens sociais e naturais pelo progresso, que sob o disfarce do desenvolvimento, indica que se esgota o tempo para imaginar, negociar e construir outro futuro relevante, que terá início no 'dia depois do desenvolvimento'. Este dia é esperado e paira no imaginário de uma população que trabalha para elevar as condições de trabalho e de vida, mas difícil de ser concretizada.

Com relação aos projetos desenvolvimentistas no ramo de energia, as mudanças atuais da matriz energética brasileira trazem à tona novos rumos no que diz respeito à produção de energia. O consumo acelerado de combustíveis fósseis e o aumento da demanda por produtos derivados deste tipo de matéria-prima, sabido como esgotável, foi o vetor para a criação de um novo cenário energético, cujo elemento principal são os Parques Eólicos. Atualmente, o Brasil possui mais de 520 parques eólicos, 6.600 aerogeradores funcionando, 32 bilhões de dólares investidos e 13 Gigawatt de capacidade instalada (ABEEOLICA, 2018).

Na diversificação das fontes primárias de energia no Estado da Bahia entre os anos de 2012 e 2016 obteve-se a taxa média de crescimento de 14,50% ao ano. Tal crescimento deve-se basicamente à entrada em operação, desde 1992, da indústria Suzano Papel e Celulose (ex Bahia Sul, em Mucuri), da Veracel Celulose (Eunapólis), em 2005, das Usinas Termoverde (2011) e Pituçu Solar (2012), ambas em Salvador, e de 68 parques eólicos que representam 1.750,14 MW de capacidade de geração de energia (BAHIA, 2017).

O Estado possui 16 municípios abrigando 99 parques. Os referidos parques

concentram-se na região norte e sudoeste do Estado aproveitando os bons ventos nas linhas de cumineiras das serras, localizadas, sobretudo no Piemonte da Chapada Diamantina. A expansão dos parques eólicos chega com o discurso de criar um outro bolsão de desenvolvimento, sendo comparado ao Pré-Sal dos Ventos.

O mapa do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM)¹, mostra que os municípios que abrigam estes parques possuem o IDHM variando entre baixo e médio (Figura 03), o que nos leva a refletir que nestes espaços, sobretudo na região norte onde o índice é predominantemente mais baixo, há uma situação de pobreza e subdesenvolvimento. Isso talvez justifique o planejamento dos gestores munícipes para receberem estes empreendimentos. Em alguns municípios como Caetité e Campo Formoso diferentes empresas instalaram 21 parques eólicos e 13 parques respectivamente. Santos (2003) chama a atenção que o planejamento é um instrumento do capital, na medida em que consciente das nossas estatísticas permite que o capital internacionalizado se imponha por toda parte, na tentativa de produzir mudanças positivas para a sociedade. No caso dos espaços em que os Parques Eólicos estão esta fé é cega porque pouco se sabe sobre o seu real poder de transformação das condições socioeconômicas da população e da melhoria dos seus espaços.

1 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>).

rurais e as paisagens urbanas.

Carneiro (1998), verificou que a globalização é um processo que atua com voracidade sobre o campo, inserindo bastante “racionalidade urbana” sobre o mesmo, através da lógica do processo de trabalho e da produção. Assim, as transformações observadas não se referem apenas ao commuting, ou seja, o ir e vir do homem do campo para a cidade numa relação de absoluta proximidade. Observa-se além de máquinas modernas e automáticas em diversos processos produtivos do campo, que cada vez mais as pessoas deste meio estão ocupadas com atividades não agrícolas. E mais, ocorreu nos últimos 10 anos uma profunda mudança imagética do campo, muito comum no passado: bichos, lavouras, matas e rios. Tais elementos são pouco vistos, frente ao processo de apropriação destes espaços por atividades não-agrícolas, a exemplo de um empreendimento de energia eólica.

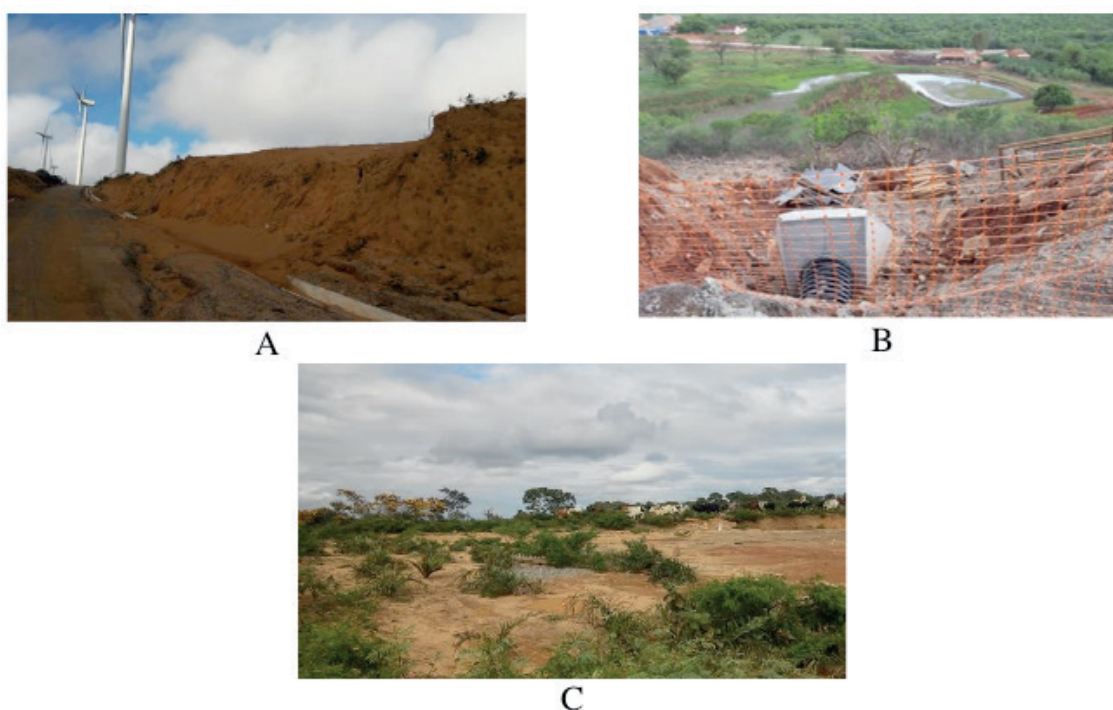


Figura 04: A. Queda de talude no acesso aos aerogeradores – Parque Caetité 1, município de Caetité. B: Estruturação viária e de rede de energia na comunidade rural de Cristalândia, município de Brumado. C. Pastoreio do gado no Parque Caetité 2, município de Caetité.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no espaço geográfico provocadas por projetos desenvolvimentistas refletem em primeira instância nas paisagens. Estas nos últimos anos tem sofrido os efeitos da globalização e expansão do capital. Estes projetos para se instalarem em qualquer espaço geográfico traça o discurso da relevância de produção de algo que servirá para atender uma sociedade global, mas que também se encarregará de trazer benefícios para a população local. Neste contexto, identificou-se neste trabalho similaridades entre os Perímetros de Irrigação Agrícola e os Parques Eólicos. Percebeu-se que por evidência ainda empíricas, ambos apresentam

fragilidades do ponto de vista da transformação socioeconômica de onde estão situados.

A mudança da matriz energética brasileira e baiana, cujo maior investimento tem sido na energia eólica, carrega um discurso de sustentabilidade para o planeta, evitando que toneladas de carbono cheguem à atmosfera. Os Perímetros Irrigados, a exemplo dos que estão no Rio São Francisco, trazem a ideia de que produzem um polo de produção de alimentos que alimentará uma população global crescente. E, com a missão de zelo global, inúmeros sacrifícios têm sido postos ao espaço local.

No caso dos Perímetros de Irrigação a redução e fragmentação da vegetação nativa é evidente. Quanto à vegetação trata-se da Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro, mas pouco reconhecido no tocante à sua proteção. Assim, cria-se problemas para os serviços ecossistêmicos. Além disso, a ausência de uma assistência de qualidade aos agricultores no manejo da água e do solo causa problemas de salinização. Corre-se o risco portanto de problemas futuros quanto à redução da produtividade e até abandono de terras.

A respeito dos Parques Eólicos, estes se apropriam de uma paisagem seleta (topos das serras) e miram transformações globais, com apoio sobretudo dos países desenvolvidos que necessitam destes projetos de redução de carbono. O desenvolvimento prometido aos espaços que abrigam projetos destas envergaduras precisa ser melhor analisado. Municípios mais pobres então passam ser mais atrativos, pois neles o discurso de transformação vertiginosa encontra um campo profícuo, que se desdobra em ações políticas e institucionais. Finalizo, refletindo que projetos como os trazidos aqui parecem contraditórios pois o mesmo projeto que dinamiza uma localidade traz também ameaças a mesma. Cabe o aprofundamento das variáveis relacionadas e descobrir como a sociedade tem respondido às estas novas conjunturas.

REFERÊNCIAS

ABEEOLICA, 2018. Estudo ABDI: **Ventos que trazem empregos**. Disponível em <http://abeeolica.org.br/noticias/estudo-abdi-ventos-que-trazem-empregos>. Acesso em 29 de junho de 2018.

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Banco de Dados de Informações**. Disponível em <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. G - Banco de Informações de Geração. Acesso em 28 de junho de 2018.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura.Coordenação de Desenvolvimento energético. Bahia. **Balanço energético 2017**: série 2000-2016. Salvador: CODEN, 2017.123 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Relatórios de Informações Sociais**. RI Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Contato%20da%20Gest%C3%A3o%20Municipal>. Acesso em 01 junho de 2018.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997. BUAINAIN, Antonio Marcio e Garcia, Junior Ruiz. **Polos de Irrigação no Nordeste do Brasil**. Confins. Consultado o 22 maio 2018. URL : <http://journals.openedition.org/confins/10031> ; DOI : 10.4000/confins.10031.

CORDEIRO, Gilberto Gomes. **Salinidade em Agricultura Irrigada (Conceitos básicos e práticos)**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

DOURADO, J. A. L. Expansão do agrohidronegócio no Semi-árido nordestino e os conflitos por terra e água: revisitando a questão campo-cidade. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.115-126.

ROCHA, Yuri Tavares. **Pau-Brasil e a transformação da paisagem da floresta Atlântica**. in: SANTOS E NUCCI (org.). paisagens geográficas: um tributo a Felisberto Cavaleiro. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. p.180-196.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home>. Acesso em 01 de julho de 2018.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Edusp, 2003.

SILVA, J. de S. **Aridez mental, problema maior: contextualizar a educação era construir o dia depois do desenvolvimento" no Semi-Árido brasileiro**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Campina Grande, PB, junho de 2011.

TOLMASQUIM, M.T; GUERREIRO, A; GORINI, R. **Matriz Energética Brasileira: Uma perspectiva**. Revista Novos Estudos, n.79, Novembro de 2007.

VIEIRA, WASHINGTON LUIZ PEIXOTO. **A irrigação no nordeste: uma abordagem histórica do perímetro irrigado Icó-Lima**. Campos.2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS, DELIMITAÇÃO SOCIOESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE JIMANÍ (REPÚBLICA DOMINICANA) E POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/FONDS-PARISIEN (HAITI)

Guerby Sainté

Universidade Estadual de Campinas,
Departamento de Geografia
Campinas – São Paulo

TRANSBORDER AREAS, SOCIO-SPATIAL
AND TERRITORIAL DELIMITATION OF THE
STATE: THE CASE OF THE CITY OF JIMANÍ
(DOMINICAN REPUBLIC) AND BORDER
POST OF MALPASSE / FONDS-PARISIEN
(HAITI)

RESUMO: Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma discussão sobre a fronteira entre o Haiti e a República Dominicana partindo de uma reflexão sobre as zonas de fronteiras e a dinâmica socioespacial e territorial no caso da cidade de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien. Essas relações mantidas na fronteira dos dois países são relevantes para a dinamização socioespacial e a formação territorial nas escalas nacionais dos Estados. Percebermos que a dinâmica da economia local criada na fronteira permite que as populações comercializem bens e serviços, tornando-se atrativas ao se observar o movimento da mercadoria binacional. Buscamos, então, analisar, por processo de abertura e fechamento da fronteira, os principais papéis da fronteira na política da economia urbana voltada a uma desaceleração ou aceleração da economia das cidades fronteiriças.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira, Estado, território nacional, população de fronteira.

ABSTRACT: This work has as main objective to carry out a discussion about the border between Haiti and the Dominican Republic. Starting from reflection on the zones of sources and the socio-spatial and territorial dynamics in the case of the city of Jimaní and the border post of Malpasse/Fonds-Parisien. These relations maintained at the border of the two countries are relevant for socio-spatial dynamization and territorial formation in the national scales of the States. We realize that the dynamics of the local economy created at the border allows the populations to market goods and services, becoming attractive when observing the movement of the binational merchandise. We seek to analyze, by process of opening and closing the frontier, the main roles of the frontier in the urban economy policy aimed at a slowdown or acceleration in the economy of the border cities.

KEYWORDS: Border, State, national territory, border of population...

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir sobre as zonas transfronteiriças como uma delimitação socioespacial e territorial do Estado, tendo como foco a cidade de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien. Alguns autores, como Ancel (1938), Foucher (1991), Raffestin (1974), Mezzadra (2016), Alfonso (2005) trazem uma abordagem de que a fronteira é considerada uma linha que delimita dois Estados soberanos, marcando como um espaço de sobrevivência e de limite da jurisdição do poder estatal no território. Esse espaço ou território representa um elemento fundamental (coração) da questão geopolítica e geoestratégica. Portanto, trata-se de um espaço que é proibido, perdido, cobiçado, negociado, sonhado e controlado, mantendo relações de trocas e de dominação entre as nações.

ESTADO, TERRITÓRIO, ZONAS DE FRONTEIRAS DA CIDADE DE JIMANÍ E O POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/FONDS-PARISIEN

A fronteira pode ser considerada como uma linha que limita o espaço sobre o qual se estende a soberania nacional (GOTTMANN, 1975). Nesse contexto, Raffestin (1993) ressalta que a noção de fronteira no Estado moderno atingiu um controle territorial absoluto. Para que isso se realizasse de tal forma, ela tem de cumprir uma série de exigências específicas, dentre as quais a mais relevante é a linearização da fronteira. A prática de linearização é uma das ferramentas e políticas importantes para a delimitação das fronteiras territoriais de dois Estados. Porém, para que esses Estados possam existir, precisam de uma população que se estabeleça num território para exercer sua própria soberania. Para Foucher (1991), as concepções de fronteiras podem ser representadas como as continuidades territoriais, com função de demarcação política. Elas são instituições estabelecidas por decisões políticas, concertadas ou impostas, e regidas por textos legais que permitem que o Estado exerça sua função de controle.

Nesse contexto, a fronteira exerce um papel na história política entre os Estados nacionais e do limite de soberania de poderes, ela se encarrega do vivido e das interações entre as populações em zonas de fronteiras. Além disso, a noção de fronteira é vinculada à percepção do território como uma instância político-administrativa formal, sob o domínio do Estado (FERRARI, 2014). Essa concepção de dominação vem concebendo a fronteira e o território numa outra dimensão, que envolve visões mais amplas, incluindo aquelas não hegemônicas, e se opõem ao próprio Estado.

Segundo Cataia (2008), é necessidade de controle sobre o território que emerge as noções de fronteiras, manifestando-se como a expressão espacial do uso político do território. Para Raffestin (1974), a fronteira é, de fato, um lugar da realização de um sistema de relações, de disputas e de poder. Ademais, a fronteira não resulta apenas do equilíbrio, ela também é modelada nas forças vitais de dois povos. Ela é plástica porque tem um valor relativo simples, de acordo com a função efêmera que lhe é

atribuída pelo grupo que enquadra e por um tempo que a mantém. Assim, ela pode parecer apenas um limite suave e temporário, às vezes rígida e permanente, para as atividades de uma sociedade.

No âmbito de estudo da zona de fronteira, a questão que se considera aqui é a fronteira de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/ Fonds-Parisien, entre dois Estados soberanos. O Município de Jimaní possui uma área de 2.006,39 km² e, em 2016, contava com uma população total de 16.510 habitantes. A cidade mais próxima do posto fronteiriço de Malpasse é Fonds-Parisien, que, em grande medida, mobiliza o posto nos momentos de troca de mercadorias. Essa cidade tem uma área de 493,7 km² e há uma população de 28.207 habitantes (IHSI, 2015). No Sul, o posto fronteiriço de Malpasse e a cidade de Jimaní são atravessados pela Rota Nacional nº 8, que faz a conexão entre as capitais Porto Príncipe e Santo Domingo (Mapa 1).



Mapa 1. Localização geográfica de Jimaní e Posto fronteiriço de Malpasse.

Fonte: Une Île, deux États (THEODAT, 1998; SAİNTE, 2018).

Em decorrência dessa análise, Cataia (2008) salienta que a delimitação político-administrativa estadual ou municipal, instituída nas fronteiras territoriais de um Estado ou de um país, estabelece um conjunto de planejamento e planos políticos e ações diversificadas. Ainda, podemos observar que esses planos políticos hegemônicos, que, na realidade, não são hegemônicos integralmente de um território nacional ou de um país, apresentam incompatibilidade. Tais mecanismos permitem, de fato, criar as fronteiras internas. Dessa forma, essas desintegrações se outorgam e, portanto, existem fronteiras internas geralmente concebidas através de projetos diferentes.

Na análise de Redon (2010), a fronteira passa a ter a distinção de ser legível na paisagem da ilha. Esta visibilidade deve-se, por um lado, às diferenças na exploração da área e, apresenta uma cobertura vegetal menos densa no lado haitiano, e, por outro lado, à vontade política das autoridades dominicanas, ansiosas por demarcar claramente o território nacional. No lado dominicano, nota-se a onipresença militar

nas fronteiras, que provoca impressão de sacralidade do território. Observa-se que as rotas que conduzem ao Haiti são marcadas com postos militares marcados por lombadas e barreiras removíveis.

Na realidade, é um lugar de interatividade entre duas populações movidas pelo processo de abertura e fechamento das fronteiras, de movimento de fluxo de pessoas, de migração, de mercadorias e de comércio que circulam e se estabelecem na zona de fronteira (REDON, 2010), que, às vezes provoca algumas disputas e problematizações devido à sua abertura e ao seu fechamento ocorrendo na região de fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana.

ABERTURA E FECHAMENTO DA FRONTEIRA: PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIOESPACIAL E FLUXOS DEMOGRÁFICOS

A fronteira entre Jimaní e Malpasse/Fonds-Parisien é um dos pontos de fronteira mais dinamizados e movimentados em relação a fluxo de pessoas e de cargas e mercadorias. Além disso, essas fronteiras representam um lugar estratégico para os dois países, que são historicamente desiguais. Assim, a via de transporte é praticamente um meio natural no exercício de intercâmbio entre o Haiti e a República Dominicana, que segundo Hidalgo (2013), nenhum dos países havia estabelecido um regulamento de trânsito terrestre transfronteiriço comum, como ocorre entre a maioria dos países adjacentes e entre os Estados circunvizinhos. Ademais, segundo Machado (2005), a região de fronteira internacional pode ser apresentada como uma posição geográfica singular, dada sua proximidade à linha-limite que separa os Estados. Portanto, ela é determinada como um lugar de interatividade, de encontro, de conflitos, de comunicação, e também onde ocorre um conjunto de sistemas territoriais assimétricos, de nacionalidades e de culturas diferentes dentro de um determinado espaço territorial e de interações socioespaciais.

Por meio dessas interações socioespaciais, de relações econômicas e políticas estabelecidas entre os Estados, a fronteira passa a existir e ter vida, funciona como um espaço permeável, membranoso, poroso, possibilitando o trânsito de diferentes componentes, apresentando uma feição categoricamente seletiva. É da “natureza” da fronteira que nela ocorram a passagem ou a interdição, o fluxo de movimento de pessoas, de troca de informação, de ideias, e pode ser interferida numa esfera de comunicação, com eventuais ruídos, estados de consciência, de substâncias, de objetos (SILVEIRA, 2005).

Os níveis de desenvolvimento, a abertura fronteiriça afeta a irradiação de uma economia de serviços, situação que faz o comércio tornar-se a atividade primária, ou seja, a dinâmica que condiciona o restante dos setores e proporciona as cotas mais altas de renda e empregos. Consequentemente, a vida urbana também prevalece, o que, em alguns lugares como o Norte e o Sul, induz o surgimento de pequenas cidades que funcionam como enclaves de serviços, de modo que essas populações

mantenham interações na região de fronteira (ALFONSO, 2005).

Portanto, as interações espaciais podem ser pensadas como uma parte integrante da existência de reprodução e de processos de transformação social, de deslocamento de pessoas, de mercadorias, de capital, de informação no espaço, em conformidade com a informação do espaço geográfico e do território (CORRÊA, 1997). Porém, esses lugares que sofrem essa transformação são representados por horizontalidades e verticalidades. Assim, as relações de horizontalidade, de um lado, podem ser determinadas pelos serviços que a cidade oferece em sua circunvizinha e que permitem os fluxos de movimentos da população, como comércio especializado, educação, circulação de mercadoria, serviços públicos, dentre outros (SANTOS, 1996).

Por meio de configuração do espaço geográfico e territorial, Mezzadra (2015) aponta que o processo de fortalecimento e atravessamento da fronteira pode ocorrer em um momento no qual um conjunto de práticas de subjetividade pode entrar em conflito com as funções de regulamento dos fluxos desenvolvidos pela fronteira, questionando desse específico equilíbrio, que é objetivo de um sistema de controle de fronteira entre os dois Estados. Porém, a proliferação e a heterogeneidade das fronteiras no período da globalização colocam em crise uma diversificação entre interno e externo, componentes centrais da política e do direito internacional atual. Para Souza e Gemelli (2011), essa crise no modelo de Estado representa-se na limitação da eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, na ampliação das desigualdades em todos os níveis e em todos os lugares, na velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais. Ao dizer que as fronteiras se abrem aos produtos e se fecham aos homens, aumenta a impossibilidade do funcionamento do território em toda parte, com implicações diretas sobre a sobrevivência dos indivíduos.

Para Machado (2005), essa identidade da zona transfronteira é, a priori, o que a diferencia da fronteira em relação ao hinterland, geralmente um espaço consolidado do Estado territorial e nacional. A fronteira é caracterizada como um lugar das possibilidades em oposição aos espaços que já foram apropriados e organizacionalmente obstinados à mobilidade. Essa mobilidade, de acordo com Castillo (2017), pode ser efetuada pelo processo de migração e de acessibilidade de uma adaptação de um espaço urbano às necessidades das pessoas com diferentes tipos de limitação. Tal processo de mobilidade é determinado como um domínio associado à demografia. Portanto, ela passa a ser expandida por processo de movimentação e de locomoção que envolve a capacidade dos agentes, tais como fluxo de pessoas e empresa que fazem movimentar bens e serviços, além das informações produtivas. Assim, esse fluxo de movimentação de agentes é mediado por seu poder político e/ou econômico de desencadear fluxos materiais e informacionais.

Mezzadra (2015) relata que a fronteira não é uma coisa; na verdade, mantém uma relação social mediada pelas coisas. Isso significa que as fronteiras são instituições sociais complexas, às vezes, marcadas por tensões que se desenvolvem entre práticas de atravessamento e de fortalecimento. No decorrer de sua importância de

movimento de pessoas no atravessamento de fronteiras, há uma mobilidade relevante nas dinâmicas fronteiriças, isto, não é apenas dos objetos em trânsito, mas também dos atores políticos globais, dos Estados, das agências de governança, de capital e de controle de fluxos de pessoas.

Assim, as cidades de fronteira passam, às vezes, por uma série de problemas devido à falta de estrutura. Nesse sentido, as condições da passagem são drasticamente afetadas por eventos naturais, como, por exemplo, a inundação do Lago Azuei, que, no período de grande pluviosidade, inunda a região de fronteira de Jimaní e Malpasse/ Fonds-Parisien, incluindo casas, prédios do governo e a rodovia que liga os dois países. Esse problema, contudo, não gera conflitos que obrigam os Estados a concordar com a necessidade de normatizar o transporte (HIDALGO, 2013).

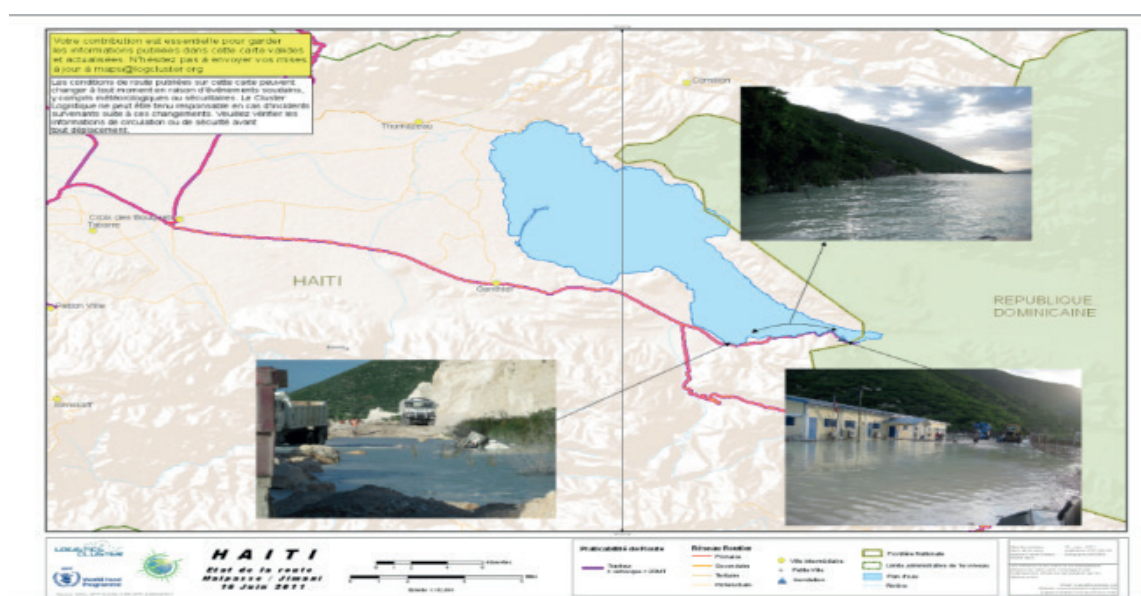


Figura 1. Situação da rodovia de Malpasse-Jimaní
Fonte: GAUL; WFP; GLCSC; ESRI; DPC; MINUSTAH (2011).

Segundo Hidalgo (2013), outros aspectos de problematização que acontecem na fronteira são a confusão e os conflitos que emergiram e têm o seu ponto de partida na ausência de regulamentos concebidos para abordar a realidade desse espaço. Tal fato ocorre mesmo diante de evidente fluxo comercial, da interação das comunidades e da participação nos padrões regionais de integração, pois a República Dominicana e o Haiti não implementaram mecanismos regulatórios nem a facilitação de negócios.

Em seguida, os problemas em Jimaní são questões de imigração de cidadãos haitianos, o tráfego de pessoas, de armas e de drogas, problemas que ocupam a maior parte do tempo e esforço das autoridades, do Ministério das Forças Armadas, do Departamento de Polícia e do Interior, do Centro de Especialização de Segurança das Fronteiras (CESFRON), da Direção Nacional de Controle de Drogas e da Direção Geral da Migração. Isso se deve à localização estratégica do país e especialmente   do município de Jimaní, tornando-se um território cobiçado para aqueles engajam em

atividades ilícitas. Portanto, é o lugar preferido dos haitianos que entram na República Dominicana na busca de uma vida melhor e de práticas de atividades comerciais na fronteira (PMDJ, 2016).

A ênfase dessa agenda de fronteira passou a restringida à relação geopolítica binacional entre 1936 e 1990, cujos sinais podem variar em função dos governos e dos fluxos migratórios, severamente controlados por ambos os Estados e, em particular, por altas patentes militares. Dessa forma, a inquisição de segurança ocupou um papel predominante qualitativa e quantitativamente. Essa agenda passou a ser aumentada devido à abertura do conteúdo econômico, enquanto a segurança começou a se relacionar mais com as novas questões de tráfico de drogas e terrorismo, em conexão direta com a falência das instituições militares e paramilitares do Haiti (ALFONSO, 2005). A Figura 2 mostra a militarização da fronteira da República em Jimaní.



Figura 2. Entrada da fronteira Jimani-Malpasse/Fonds-Parisien

Fonte: Alamy Stock foto (2010).

Todavia, há gestão e de controle estabelecido pelo Estado dentre do limite dessa jurisdição do território. A faixa de fronteira é construída com visões bem definidas no decorrer da história, tanto entre a política entre os Estados nacionais, com a delimitação de soberania do poder central, quanto do espaço vivido e das interações entre populações nas áreas de fronteiras (FERRARI, 2014). De acordo Alfonso (2016), com o processo de abertura e fechamento da fronteira, o fluxo de pessoas, sobretudo da população haitiana que atravessa a fronteira, é descontrolado. Nesse contexto, a significação da preservação dos pontos básicos de qualquer agenda de fronteira, ou seja, de investimento, de segurança, de migração, de comércio, e do meio ambiente, ganha ênfase em oposição ao interesse das inquisições geopolíticas, estratégicas e comerciais entre os Estados.

FRONTEIRA: LUGAR DE INTERAÇÃO E DE TROCAS DE MERCADORIAS ENTRE

A construção de um modelo de fronteira é uma atividade perigosa em virtude da complexidade dos objetos, das transformações do território e do espaço geográfico. Portanto, as fronteiras podem evoluir em suas formas espaciais e em suas funções por meio de uma linha fixa permutada numa rede de controle construída sobre todos os pontos de entrada do território nacional, permitindo um acompanhamento dos movimentos e dos caminhos (RETAILLÉ, 2011). Essas inquietações dos Estados sobre o controle do movimento contradizem o aumento quantitativo no fluxo de bens materiais e imateriais que transitam na fronteira, tais como: realocações e deslocamentos, cadeias globais e fluxos humanos que acompanham o crescimento das principais regiões, as áreas metropolitanas e seus requisitos combinados de mão de obra altamente qualificada e não qualificada. Portanto, esse resultado apresentado pode ser usado como uma contradição entre abertura e controle.

Cabe observar que tais práticas de atividades de desenvolvimento econômico da região de fronteira possuem consequências sociais, demográficas e econômicas, de tal modo que as cidades fronteiriças ainda ocupam um lugar excepcional, tornando-se ainda mais atrativas (MACIAS, 2004) pela população estabelecida na fronteira. Portanto, esse limite territorial, que passa a ser exibido nos postos de controle, localizado a alguns metros da fronteira entre a cidade de Jimaní e o posto de fronteira de Malpasse/Fonds-Parisien, é uma faixa simbólica dando lugar a uma vida cotidiana nas relações de trocas de mercadorias (REDON, 2010). O município de Jimaní mantém relações comerciais com diversas comunidades da República do Haiti, como Malpasse/Fonds-Parisien, Gantier, Fonds-Verrettes, Porto Prince e com os municípios de Duvergé, Descubierta, Neyba, entre outros (PMDJ, 2016).

Nesse contexto, essa faixa de fronteira entre os dois Estados representa 51% da passagem de mercadoria da República Dominicana. Essa parte da fronteira é muito povoada do lado haitiano, mesmo que não haja cidade próxima a ela, mas há duas localidades que vivem do contrabando, do comércio ilegal e informal de mercadorias e da exploração de areia, como a cidade Fonds-Parisien, a 10 km da fronteira de Jimaní. E essas práticas de atividades comerciais funcionam particularmente de segunda-feira a sexta-feira na fronteira (HIDALGO, 2013).

A região de fronteira de Jimaní e o posto transfronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien, chamados por seus povos de “terra de ninguém”, são o lugar onde são feitas informalmente as operações de negócios mais relevantes, denominado pelos governos de mercado Binacional. Esse mercado conduz suas operações a céu aberto, em vans, mesas improvisadas e lojas dos quais participam centenas de pessoas no mercado transfronteiriço. Essas pessoas comercializam produtos como detergentes, açúcar, café, sal, óleo, farinha, feijão, arenque, bacalhau, legumes, sardinha, roupas, perfumes, sapatos, carteiras, cosméticos, joias, salsichas, bananas, batata-doce, mandioca, pèpès, frango, carne bovina, produtos enlatados, entre outros.

Trata-se de um mercado caracterizado pela interação de dominicanos e haitianos, falantes de duas línguas diferentes (espanhol e crioulo haitiano) (HIDALGO, 2013). Por meio dessas atividades desenvolvidas na fronteira, grandes partes das pessoas de ambos dos Estados deslocam-se para comprar e vender bens e serviços no mercado transfronteiriço de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien, um dos pontos mais dinamizados e movimentados da circulação do sistema econômico do Haiti com o Estado vizinho.

O mercado da cidade de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien atua com taxas muito altas de insalubridade, já que se observa a venda de produtos, frutas, legumes e verduras colocadas no chão e expostas ao sol e à poeira ao longo do dia. Nesse mercado, as donas de casa do município de Jimaní se reúnem todos os dias em busca de obter os produtos da cesta básica a um custo menor e também de roupas e calçados de *pèpès* baratos. É um negócio estabelecido em grande parte por cidadãos haitianos (PMDJ, 2016). Esse mercado estabelecido na fronteira oferece uma grande oportunidade para ambas as populações. O potencial de troca comercial apresentado pela cidade de Jimaní e pelo posto de Malpasse/Fonds-Parisien gera grande volume de vendas para os haitianos e traz importante benefício para a população fronteiriça.



Figura 3. Comerciantes e compradores no mercado fronteiriço de Jimaní e Malpasse.

Fonte: PMDJ (2016).

Fonte: Alamy Stock foto (2010).

Para Alfonso (2016), as práticas de atividades comerciais estabelecidas na fronteira padecem de uma ausência crônica de institucionalidade e normatividade. Não há políticas estatais integracionistas, nem mesmo acordos binacionais específicos sobre as atividades praticadas na fronteira, tais como de comércio, investimentos, migração, segurança ou de recursos ambiental. No lado dominicano, a institucionalidade é fraca e não há nada semelhante a um regime legal de fronteira. No entanto, no lado haitiano, a situação é ainda mais dramática, e a faixa de fronteira aparece como um verdadeiro deserto institucional. De fato, as regionalizações ocorreram da atividade de mercado ou empurradas por instituições locais cujo escopo foi limitado por ambientes adversos.

Nessa atividade desenvolvida na região de fronteira, segundo Raffestin (1993), a demarcação ocorrida entre os dois Estados pode facilitar o exercício das funções legais e o controle fiscal. Com efeito, a linha fronteira adquire diferentes significados segundo as funções do investimento. Todavia, uma função legal delimitou uma área no interior na qual prevalecia um conjunto de instituições. Desse modo, o comércio que se desenvolve na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana usa o espaço de diversas particularidades, tanto formal e informal. Para Redon (2010), esse tipo de relação comercial não é um fenômeno mais recente que evolui com a situação política e econômica. Portanto, a troca de mercadorias atuais praticadas na fronteira é de caracterização multifacetada, improváveis de quantificar e coexistem com um conjunto de comércio legal e ilegal, de comércio formal e informal estabelecidos na fronteira. Dessa forma, Bourgeois (2016) argumenta que essa dimensão da unidade de atividade do comércio e de seu funcionamento em vinculação à lei, apresentado duas linhas de atividades comerciais entre formal e informal na fronteira da República Dominicana, extensivamente distribuídas por parte de toda a população.

Nesse contexto, essas atividades informais são geralmente relevantes para as transformações por meio das relações de produção, particularmente para as quais promovem as atividades de emprego, prejudicam a dinâmica interna e da vida cotidiana e também o processo de reprodução da força de trabalho, associando-se às inquisições, como o uso de espaços públicos por atividades comerciais. Para Foucher (1991), uma função fiscal garante renda ao Estado, cobrando impostos sobre transações comerciais e vistos de faturamento para o movimento de pessoas. No entanto, a razão para a ausência de fronteiras é, no campo econômico, cortar os limites tarifários, os obstáculos a um mercado fluido em virtude dos custos adicionais que eles impõem. Assim, a função de controle se vincula à circulação de pessoas por meio da política de vistos, na ausência de acordos de reciprocidade, e regimes específicos de facilitação podem ser concedidos a populações fronteiriças.

Portanto, a circulação de produtos nos mercados fronteiriços reduz a capacidade de coletar receita e de implementar uma política comercial porque não há controle sistemático sobre o que está acontecendo em toda a fronteira. Esses mercados são um meio mais eficaz para os exportadores/importadores contornarem as alfândegas e, assim, evitem o pagamento de taxas. Geralmente, isso foi feito para atomizar a mercadoria de fronteira: dividir um grande volume de mercadoria entre várias pessoas para transportá-las, contrabandear através da fronteira e, em seguida, recombina as mercadorias em vans ou caminhões de tamanho médio através da zona fronteira. Esses produtos podem, então, ser transportados em todo o país e vendidos sem pagamento de impostos pelo serviço aduaneiro.

Conforme relatado e registrado pelo governo dominicano, dados mostram que o Haiti registra 29% de importações por via terrestre; as importações por via marítima são de 60%; e 20% ocorrem por via aérea, em um valor estimado de US\$ 300.000 a US\$ 600.000. A porcentagem de importações terrestres é menor porque Malpasse/

Fonds-Parisien é um lugar onde as importações facilitadas e informais mais densas entram no Haiti e, também, pela potencial fraude no serviço aduaneiro.

Os fluxos de mercadorias que cruzam a fronteira Malpasse/Fonds-Parisien-Jimani foram estimados em US\$ 565 milhões. Isso pode ser explicado pela proximidade com a cidade Porto Príncipe, onde há uma concentração de empresas manufatureiras. Porém, 40% delas são registradas pela Alfândega do Haiti, e a maior demanda do consumidor é representada por insumos de fabricação, resultando um volume de importações relativamente maior que os 60%, de modo que grandes partes dessas importações facilitadas são destinadas a roupas e vestuários (CFI, 2016). Esse fluxo de comércio ilegal ou informal que circula na fronteira representa um déficit muito grande para a economia haitiana, uma vez que o Estado não tem o controle dessas mercadorias. Enquanto isso move a economia urbana e permite à população responder às necessidades de sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou discutir a abordagem sobre as zonas transfronteiriças por meio da delimitação territorial entre a cidade de Jimaní e o Posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien. A fronteira é um lugar onde as duas populações compartilham suas vivências econômicas, políticas e de práticas socioculturais. Como a fronteira de Jimaní e Malpasse é um dos principais postos fronteiriços que correspondem a mais da metade do comércio entre os dois países, o Estado deve tomar medidas necessárias para proteger e controlar o fluxo de mercadorias que transitam pela fronteira. Porém, esse tipo de comércio praticado na fronteira e a relação comercial mantida entre os dois Estados perfuram a percepção da territorialidade nacional, reforçando a unidade geográfica do território da ilha. Tais atividades ajudam a transformar a realidade da fronteira de um perigo para uma promessa econômica. Essa vantagem e esse equilíbrio reverberam em favor da República Dominicana, devido à fraqueza logística e estrutural do território haitiano, além de os pontos de acesso para transporte de mercadorias serem porosos. Esses mercados binacionais negociam desproporcionalmente os bens dominicanos, gerando certo desequilíbrio geográfico, mas que evidencia uma interdependência benéfica entre os dois países.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Haroldo Dilla. La regionalización precaria en la frontera dominico/haitiana. Ed. Si Somos Americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v.16, n.º.1, p.15-41, 2016.

ALFONSO, H. D.; DE JESUS CERDENO, S. De problemas y oportunidades: intermediación urbana fronteriza em República Dominicana. **Revista Mexicana de Sociología**. México (DF), v. 67, n.º.1, p. 99-126, ene/mar. 2005.

ANCEL, Jacques. **Géographie des frontières**, Paris, Gallimard, 1938.

CATAIA, Márcio. **Fronteiras: territórios em conflito**. In Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279-318, 1997.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteiras geográficas. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontières**. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, 1975.

HIDALGO, Visnú Rafael Almonte. Estudio de la problemática de transporte transfronteiriço en Jimaní. **Revista: Vimont**, srl. República Dominicana, 2013.

MACIAS, Marie-Carmen. Évolution de l'enclave frontalière de la basse Californie de la zone libre au libre-échange. **Cahiers des Amériques Latines**, v. 47, p.88-108, 2004.

MEZZADRA, Sandro. Dossiê: Migrações e fronteiras. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 11-30, 2015.

PMDJ – PLAN MUNICIPAL DE DESARROLLO JIMANÍ. **Pueblo de dos lagos, comercial, solidario y de paz, 2016-2020**. Disponível em: <http://sismap.gob.do/Municipal/uploads/evidencias/636172249029782420-PMD-JIMANI.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

RAFFESTIN, Claude. Eléments pour une Problématique des Régions Frontalières'. In: RAFFESTIN, Claude. **L'Espace Géographique**. Université de Genève, **Paris**, n. 1, p. 12-18, 1974.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Editora Ática: Cortesia. Paris, 1993.

REDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti / République dominicaine à l'aune de la frontière. **Bulletin de l'Association de géographes français**. v. 87, n° 3, p. 308-323, 2010.

RETAILLE D. La transformation des formes de la limite. **Journal of Urban Research**, 2011. Disponível em: <http://articulo.revues.org/1723>>. Acesso em: 15 maio de 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, 2005.

SOUZA, Edson Belo Clemente; GEMELLI, Vanderléia. Território, região e fronteira: Análise geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai. 2011. **Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p.101-116, Brasil, 2011.

CONGO: CONFLITOS GEOPOLÍTICOS POR RECURSOS MINERAIS

Dante Severo Giudice

Professor Adjunto do Curso de Geografia/UCSAL.

Líder do GEPOGEO/UCSAL.

Lider do Grupo GeoAmbiental/UCSAL

Professor do PPGA/UCSAL

E-mail: dasegu@gmail.com

André Lucas Palma Barbosa

Licenciando em Geografia/UCSAL.

Membro pesquisador do GEPOGEO.

Email: andre.barbosa@ucsal.edu.br

Cíntia Silva de Jesus

Licencianda em Geografia /UCSAL.

Membro pesquisadora do GEPOGEO.

Email: cintiaah@gmail.com

Mariana Oliveira Santana

Licenciada e Bacharel em Geografia/UCSAL.

Membro pesquisadora do GEPOGEO.

E-mail: mariana.oliveira018@hotmail.com.

RESUMO: O Congo, como todos os países africanos surgiram pela determinação da Conferência de Berlim, em 1885, onde os países europeus delimitaram arbitrariamente as fronteiras, estimulando conflitos, a princípio latentes que começaram eclodir durante todo período colonial, e se estendem até os dias atuais. Essa Conferência doou a Leopoldo II, rei da Bélgica, o território do atual Congo, como possessão pessoal, denominando-o

Estado Livre do Congo. Em 1908, o Estado Livre do Congo deixou de ser propriedade da Coroa e do rei, devido a pressões das nações européias, decorrentes de excesso de casos de abuso do poder, em um processo brutal e autoritário, tornando-se colônia da Bélgica, quando passou a chamar Congo Belga. A independência se deu em 1960, mas desde então país enfrenta longos conflitos ligados aos recursos minerais, envolvendo países vizinhos, englobando a geopolítica regional, causando grande instabilidade política e várias guerras. Este trabalho pretende estudar/analisar os conflitos que se caracterizam num primeiro momento como étnicos, mas com forte influência religiosa e econômica (os recursos minerais, com destaque para o coltan). A metodologia a ser utilizada tem como base o levantamento bibliográfico da literatura existente, bem como a consulta em sites, reportagens e artigos.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica, África, Congo.

RESUMEN: El Congo, como todos los países africanos, surgió de la determinación de la Conferencia de Berlín en 1885, donde los países europeos delimitaron arbitrariamente las fronteras, estimulando en los primeros conflictos latentes que comenzaron a estallar durante todo el período colonial y extenderse hasta nuestros días. Esta conferencia donó a

Leopoldo II, rey de Bélgica, el territorio del actual Congo como posesión personal, llamándolo el Estado Libre del Congo. En 1908, el Estado Libre del Congo dejó de ser propiedad de la Corona y el Rey, debido a la presión de las naciones europeas, como resultado de casos excesivos de abuso de poder, en un proceso brutal y autoritario, convirtiéndose en una colonia de Bélgica cuando pasó a llamarse Congo Belga. La independencia tuvo lugar en 1960, pero desde entonces el país ha enfrentado largos conflictos por los recursos minerales, involucrando a los países vecinos, abarcando la geopolítica regional, causando una gran inestabilidad política y varias guerras. Este documento tiene como objetivo estudiar / analizar los conflictos que se caracterizan inicialmente como étnicos, pero con una fuerte influencia religiosa y económica (recursos minerales, especialmente el coltán). La metodología a utilizar se basa en la encuesta bibliográfica de la literatura existente, así como en la consulta en sitios web, informes y artículos.

PALABRAS CLAVE: Geopolítica, África, Congo.

ABSTRACT: Congo, like all African countries, arose from the determination of the Berlin Conference in 1885, where European countries arbitrarily bounded borders, stimulating at first latent conflicts that began to erupt throughout the colonial period and extend to the present day. This conference donated to Leopold II, king of Belgium, the territory of present-day Congo as a personal possession, calling it the Free State of Congo. In 1908, the Free State of Congo ceased to be the property of the Crown and King, due to pressure from the European nations, resulting from excessive cases of abuse of power, in a brutal and authoritarian process, becoming a colony of Belgium when it was renamed Belgian Congo. Independence took place in 1960, but since then the country has faced long conflicts over mineral resources, involving neighboring countries, encompassing regional geopolitics, causing great political instability and various wars. This paper aims to study / analyze the conflicts that are characterized initially as ethnic, but with strong religious and economic influence (mineral resources, especially the coltan). The methodology to be used is based on the bibliographic survey of the existing literature, as well as the consultation on websites, reports and articles.

KEYWORDS: Geopolitics, Africa, Congo.

1 | INTRODUÇÃO

O país está situado na região central da África, limitando-se ao norte com o Sudão e a República Centro Africana, a leste com Uganda, Burundi, Ruanda e Tanzânia, a oeste com o Congo (Brazzaville), e a sul com Zâmbia e Angola. (Figura 1).

Por ter sido colonizado pelos belgas, ficou conhecido como Congo Belga, para ser distinguido do vizinho Congo Francês (atual República do Congo ou Congo Brazzaville. Entre 27.10.1971 e 17.05.1997, período da ditadura de Mobutu Seko, foi denominado de Zaire que é uma palavra em idioma kikongo (nzere ou nzadi) que significa “o rio que traga todos os rios”. A partir de 1997 passou a ser denominado de República



Figura 1 – Localização do Congo e suas fronteiras

Elaboração: Os autores.

O país apresenta inúmeros conflitos envolvendo questões étnicas, mas em verdade são motivados pela disputa dos imensos recursos minerais existentes em seu território.

A metodologia utilizada para elaboração do trabalho constou de levantamento da bibliografia pertinente ao tema; pesquisa na internet, biblioteca de órgãos especializados, e nas próprias bibliografias dos livros e artigos encontrados; pesquisa/leitura da bibliografia, o que requereu leitura aprofundada, já que alguns tratavam do tema tangencialmente; sistematização das informações; e redação/elaboração do texto.

Desta forma, o presente artigo foi sistematizado em três partes, além da introdução e considerações finais: na primeira parte é apresentada uma breve história do Congo, a segunda trata da Geopolítica Africana muito correlacionada com a dependência do colonialismo; no terceiro momento estão as reflexões sobre as questões geopolíticas do país.

2 | BREVE HISTÓRICO

Muito provavelmente os primeiros habitantes do país foram africanos deslocados do litoral a leste, devido o deslocamento dos povos bantus. O povo da região desenvolveu culturas baseadas em metalurgia e no comércio com as cidades do entorno, sobretudo aquelas mercantis da costa oriental do continente. Somente no século XIV surge o Reino do Congo nas proximidades da foz do rio Mzaire. O contato com os portugueses se dá no século XVI, gerando vínculos, como a adoção do catolicismo, e a entrada no comércio de escravos para a América. Segundo Hernandez (2005), no século XIX, o tráfego negreiro deu lugar paulatinamente à ocupação territorial.

Segundo CASTRO (2012):

O interesse pela África aumentou devido aos relatórios dos exploradores, sobretudo de Sir Henry Morton Stanley. Entre 1840 e 1872, o missionário inglês David Livingstone empreendeu uma série de explorações na África Central, nas quais cruzou várias vezes o território congolês. O rei da Bélgica, Leopoldo II criou, em 1876, a Associação Internacional Africana (AIA), posteriormente transformada em Associação Internacional do Congo (1878), que contratou o jornalista Sir Henry Morton Stanley para estabelecer relações comerciais com o interior. Stanley, financiado por Leopoldo II, explorou o território congolês e completou o reconhecimento da bacia do Congo. Nesta função, assinou com dois mil chefes africanos, 400 tratados que estabelecem a paz, autorizavam a circulação de pessoas, e permitiam o emprego de mão-de-obra em troca de presentes e indenizações, para a implantação de quarenta portos, desde a foz até as cataratas do Congo.

O Congo era governado pela Bélgica, aliás pelo seu rei como propriedade particular, sob um regime de terror, pois no propósito de garantir a exploração dos recursos, sobretudo borracha e marfim, o governo criou um exército particular de mercenários que dizimaram milhões de congoleses. Este fato foi sacramentado na Conferência de Berlim (1884-1885) que “loteou” a África entre as potências europeias, declarou o atual território do Congo como “independente propriedade particular do rei dos belgas”. A pressão internacional levou a extinção desse “exército” de propriedade do “Estado Livre do Congo de Leopoldo II”, transferindo a propriedade para o governo da Bélgica, oficializando a colonização, em 1908.

Assim a cronologia da história do Congo, a partir de então é resumida (quadro 1) a seguir:

Ano	Acontecimento
1921	- Surge o Kimbanquismo, movimento messiânico liderado por Simon Kimbangu, que buscava organizar a população contra a cultura europeia e as missões católicas.
1940	- País entra na 2ª Guerra Mundial.
1945-1949	- Onda de crises que abalaram a colônia, e movimentos nacionalistas esmagados.
1950	- Começa a tomar corpo o movimento político congolês.
1956	- Grupo “Conscience Africaine” divulga manifesto reivindicando a emancipação do país

1957	- Bélgica autoriza a realização das primeiras eleições na colônia.
1959	- Intensos conflitos que por vezes se transformaram em combates de rua.
1960	- É concedida independência (30/06), com o nome de República do Congo. Vários embates pela disputa do poder. - Acordo do Movimento Nacional Congolês (MNC), de Patrice Lumumba, e da Associação do Baixo Congo (ABAKO), de Joseph Kasavubu, estabelecendo este como presidente e aquele como Primeiro Ministro. - Independência da Província de Katanga, rica em recursos minerais, apoiada pelos EUA.
1965	- Golpe militar com apoio dos EUA, liderado por Mobutu, depõe Kasavubu. - Envolvimento de forças externas guerrilheiras na tentativa de restaurar democracia.
1971	- País passe a se chamar Zaire que permanece até 1997.
1989	- Reforma econômica para tentar superar as condições críticas do país.
1993	- Lutas internas, levam a formação de dois governos rivais, e simultâneos – Guerra Fria.
1994	- País se envolve no conflito étnico de Ruanda, recebendo grande número de refugiados.
1997	- Sucessão de conflitos internos leva a Guerra Civil, com envolvimento dos países vizinhos com posições contraditórias.
2001	- Assassinato de Cabila, e seu filho assume o poder.
2002	- Forças Rebeldes se retiram do país.

Quadro 1 – Síntese da história do Congo

Elaboração: Os autores (2019).

A história recente envolvendo conflitos se mantém até dias atuais com ingerências dos países vizinhos, devido a interesses econômicos.

3 | GEOPOLÍTICA AFRICANA

A geopolítica africana esteve muito tempo vinculada aos golpes de estado apoiados pelas matrizes coloniais, e sujeitos aos interesses econômicos delas, pois ainda que independentes, os países africanos são comandados por uma elite formada/ criada por elas. A impressão de caos é fruto de simplificação midiática e preconceitos depreciativos, o que gera a ideia de “complexidade sem solução” do continente. A figura 2 mostra o mapa dos conflitos no continente, que abrange praticamente todos os países.



Figura 2 – Conflitos na África

Fonte: <https://escoladegeografia.wordpress.com/2010/10/25/conflitos-na-afrika/>. Acesso em: 20 fev. 2019

O fim da Guerra Fria promoveu mudanças importantes como o fim dos confrontos nas duas principais ex-colônias portuguesas (Moçambique e Angola). Os regimes comunistas, a exemplo do leste europeu, se transformaram em economias de mercado, o desmoronamento do regime de apartheid na África do Sul, e muitos países passaram a experimentar o pluripartidarismo, contrapondo o regime de partido único das ditaduras.

Apesar das transformações ocorridas, o que se pode observar é que existe uma regressão social e uma democracia limitada. Como afirma Robert (2008) “A África é a única parte do mundo em desenvolvimento em que a expectativa de vida recuou para o nível registrado no início da década de 1970, e continua abaixo dos 50 anos”. Por outro lado ainda segundo Robert (op. Cit),

[...] a democratização ampliou o espaço político, mas de modo incompleto. A tutela das instituições financeiras internacionais põe um manto de dúvida sobre a legitimidade das autoridades públicas. O surgimento de novas potências africanas ou estrangeiras redesenha a geopolítica do continente, deixando a esperança de uma possível redistribuição das cartas do jogo. (ROBERT, 2008)

É muito provável que o emergir de novas potências no continente, e a nova ordem mundial, venham modificar a composição geopolítica no continente, o que pode levar ao aumento de taxas de crescimento, como já ocorre em algumas nações, mas dificilmente conseguirão uma redução significativa nos índices de pobreza. Apesar dos inúmeros acordos de parceria econômica, com redução ou perdão das dívidas públicas, geram impasses, pois, os “remédios” podem levar a “morte dos pacientes”.

Aliado a esses fatos existe a atitude preconceituosa de como se trata as questões africanas, afirmando que os problemas são fruto das “mentalidades”, sem procurar enxergar que as mazelas são fruto de anos de colonização. Para Ninsin (2001), “Durante a atual fase de expansão do capital, com suas novas formas de acumulação, muita gente, inclusive a classe média, foi privada de seus meios de produção, empobrecida, maltratada e quebrada pelas forças do mercado”.

Na verdade a ideologia neoliberal destruiu os estados, enfraqueceu o poder público, e contribuiu para o desmonte das cidades, através da ausência da proteção social e degradação do ensino, e na África não foi diferente. Todo esse contexto leva a uma perigosa tentação ao etnicismo, graças a incapacidade do poder público que perdeu a autoridade legítima para firmar metas para a sociedade.

A problemática tem levado a uma série de conflitos em praticamente todos os países, gerando grande tensão, sobretudo urbana, e a emigração principalmente de jovens que terminam sendo uma grande fonte de divisas para o continente. O cenário geopolítico na África é de corrupção e elitismo, sendo que a legitimidade e a representatividade das elites são garantidas muito mais pelas instituições financeiras internacionais que pela população (CASTRO, 2012).

Enfim, a geopolítica africana vem se transformando e as dependências ligadas ao colonialismo têm uma tendência a se enfraquecer, como as novas relações sul-sul e os pesados investimentos da China no continente.

4 | QUESTÕES GEOPOLÍTICAS DO CONGO

Em termos de periodização, o Congo possui dois períodos de intensos conflitos que foram massivamente noticiados: a Primeira Guerra do Congo (1996-1997) que contra a ditadura do governo de Motubu, surge a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), composta, pelos tutsis e apoiada por Angola, Ruanda e Uganda. Os estudos de Valenzola (2013) revelam que o governo beneficiava a uma classe social congoleza que detinha cerca de 70% de toda a riqueza derivada da extração e comércio mineral e petrolífero (ICG, 2012), apontando que além das razões econômicas havia apoio dos países vizinhos aos movimentos sociais, principalmente por conta das questões étnicas.

Afirmar que os conflitos ocorrem apenas em função do ódio determinado pela diversidade ou por disputas de poder significa ignorar a complexidade desses fenômenos. O recurso à etnia como ideologia ou como apelo para a legitimação e

coesão de um grupo pode ser usado tanto para fins eleitorais quanto para a guerra. Porém, tratar a etnia apenas como ferramenta para atingir objetivos eleitorais, ou para consolidar uma base social de apoio para a guerra, ou mesmo para buscar recursos de poder, é subestimar o apego que as pessoas efetivamente têm à sua identidade. (VIGEVANI; LIMA; OLIVEIRA, 2008).

Em 1997, os rebeldes tomam o governo e a guerra, oficialmente é finalizada. As leituras de reportagens da época afirmam que nas ruas do Congo continuavam os conflitos e aponta as questões étnicas como o motivo para a desordem. É apontada a questão dos fluxos migratórios que ocorreram no país como um fator agravante da situação.

É de suma importância citar que, embora este fluxo de refugiados viesse causando uma visível situação de desconforto na sociedade congoleza, o governo de Mobutu nada realizou em termos de política de controle migratório. O que ocorreu na realidade foi a omissão de Kinshasa para com a situação, o que, nos anos seguintes, se tornaria o estopim para a consolidação do movimento que pôs fim aos longos anos de apropriação estatal à conveniência de Mobutu e da elite aliada a ele. (VALENZOLA, 2013).

A Segunda Guerra do Congo (1998-2003) começa com o apoio estrangeiro apoiando outros movimentos sociais menores presentes neste país: União Congoleza pela Democracia (RCD), o Movimento pela Libertação do Congo (MLC). Tratava-se de apoio condicionado ao controle de território de parte do governo do Congo e permitiu a divisão em quatro zonas de mando qualificado: o MLC controlava o norte; a RCD-Goma⁸, o nordeste; a RCD-ML⁹, o leste; e o comando central, o restante. O governo da República Democrática do Congo não controlava estas áreas que podem ser comparados a pequenos Estados independentes.

As dificuldades encontradas para agradar todos esses movimentos acarretaram na intervenção das Organizações das Nações Unidas que acirraram os conflitos e os diálogos existentes eram difíceis por conta da ocorrência de massacres com a morte de muitos civis. Com a mediação da ONU, os debates foram encerrados em 2003, com a assinatura do documento *Global and All Inclusive Agreement* que dividiam o poder estatal do país de acordo com a divisão das ocupações de territórios. Tal situação de conflito armado vigora e o Estado, exerce um papel de figurante nas decisões do país, inclusive nas questões de exploração de seus recursos naturais.

Verificou-se também que durante o desenrolar do conflito, ocorria a prática de estupros, em grande escala, junto com os assassinatos de civis. Fica evidente que o apoio externo financiava estas ações na permanência da mobilização das milícias e também das forças externas que tinham interesse e apoiavam a continuação do conflito.

Entretanto, as manobras do imperialismo sempre objetivaram a manutenção ao saque dos bens minerais, através de regimes ligados a burguesia negra, altamente corrupta. Devido à voracidade das multinacionais imperialistas sobre os recursos,

A RDC (República Democrática do Congo) tem o apelido de “escândalo/aberração geológica”. Em 2008, um seminário das Nações Unidas, apontou 85 multinacionais que praticavam negócios ilegais no país, isso sem considerar o contrabando de armas, drogas e a lavagem de dinheiro.

A chegada dos investimentos chineses foi o novo agravante da problemática situação da RDC que entraram na disputa dos recursos minerais para garantir o fluxo de matérias primas baratas a seu país. Assim a China tornou-se o primeiro fornecedor de armas para o país, procurando consolidar o governo e, principalmente o fraco exército, com o objetivo de proteger os seus interesses. O avanço do controle das riquezas da província de Kivu (Figura 3), representa uma ameaça para os ingressos fáceis dos vizinhos Ruanda, Uganda e as multinacionais imperialistas que se beneficiam diretamente do lucrativo esquema. Este é um dos fatores mais importantes que está por trás da recente escalada do M23 (Movimento Revolucionário Congolês), apoiado por Ruanda e Uganda.

O governo chinês tem avançado sobre os recursos naturais da RDC, o que inclui farto crédito para pagar os projetos e produtos importados, na troca por recursos minerais. Assim, as empresas chinesas são responsáveis pela destruição, em larga escala, das florestas do país e de outros países do continente.



Figura 3 – Província de Kivu

Fonte: Reseau CREF (<http://www.reseaucref.org/>). Acesso 02.09.2019.

Enfim, é um processo complexo e de difícil solução no curto prazo. As soluções tem de ser numa escala continental, e a União Africana pode ser fundamental para isso.

4.1 A Questão do Coltan

Coltan é a sigla da columbita e da tantalita dos quais se extrai metais de valor econômico superior ao ouro. Cerca de 80% das reservas desses minerais se encontram na República Democrática do Congo. O Coltan é essencial às inovações tecnológicas, e componente essencial para construção de estações espaciais, naves espaciais tripuladas e armas sofisticadas. Estas considerações fornecem fundamentos para se começar a entender porque o país enfrenta uma guerra já dura 20 anos, pois a delapidação dos metais preciosos e recursos estratégicos, enriquece alguns e serve para financiar a própria guerra.

A questão envolve muitos atores, assim o Exército Patriótico Ruandês (EPR) montou uma estrutura ad hoc para supervisionar a atividade mineradora no Congo e facilitar os contatos com os empresários e clientes ocidentais, e transporta em caminhões até Kigali, capital de Ruanda, onde é tratado por empresa local (Somirwa) para atender sobretudo o mercado europeu. Uma outra também ruandesa – Somigi – mas em sociedade com empresas belga e sul-africana, e financia o movimento rebelde RCD – Reagrupação Congoleza para Democracia.

Várias outras empresas, inclusive de países europeus considerados “politicamente corretos” como Suíça, Bélgica, Alemanha, além dos EUA, atuam alimentando o RDC para desestabilizar o governo central do Congo e continuar fazendo o “contrabando” do Coltan.

Existe a grande possibilidade que esses grupos internacionais estejam trabalhando no processo de fomentar a secessão do Congo em vários estados, o que facilitaria mais ainda a exploração dos recursos, através de negócios obscuros.

Por tudo que foi analisado e estudado, parece claro que o envolvimento da ONU que veio para “interpor-se” aos beligerantes, apenas se estabeleceram no Congo, mas não em Uganda ou Ruanda, levando-nos a supor que representa/defende interesses de multinacionais.

Segundo Meggie (2017) o presidente de Botsuana, Kett Masire, mediador do conflito congolês, afirmou categoricamente que se fracassar o diálogo inter-congolês, a ONU intervirá outra vez no país, para dirigir o país como um protetorado, disponibilizando-o às grandes potências.

Esta é a triste realidade africana onde geopoliticamente se tece uma teia para fomentar “um grande negócio internacional” que está alimentando uma guerra no coração da África e empobrecendo os cidadãos de um dos países mais ricos do planeta.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a independência da República Democrática do Congo declarada acontecem violentas desordens. Estas desordens são marcadas pelas diferentes étnicas e principalmente, brigas pela exploração das riquezas naturais deste país. A análise permite inferir que a exploração dessas riquezas tem implicações e consequências econômicas e políticas para o governo e a população, sendo frequente a atuação de grupos armados que defendem interesses do governo e das multinacionais ocidentais, causando violência e impedindo a concretização da autoridade central da República Democrática do Congo.

Outro fator é a questão da geopolítica africana esteve muito tempo ligado aos golpes de estado apoiados pelas matrizes coloniais, e sujeitos aos interesses econômicos delas, pois ainda que independentes, os países africanos são comandados por uma elite formada/criada por elas. A impressão de caos é fruto de simplificação midiática e preconceitos depreciativos, o que gera a ideia de “complexidade sem solução” do continente.

A questão apontada para os conflitos africanos como sendo principalmente a causa étnica, não se aplica aos recentes conflitos das duas últimas décadas no Congo, primeiro pelo diamante e depois pelo coltan. A questão étnica serve para fazer a repartição da população e fomentar separatismos que irão facilitar a exploração dos recursos minerais, sobretudo o coltan. O Congo é o eldorado deste início de século, só que restrito às grandes empresas que se valem de todos os meios para atingir seus objetivos, mesmo que seja destruição de nações e dizimação da população. Quase três décadas de intenso massacre não sensibilizaram nem povos nem países, embora massivamente noticiados, o que demonstra a financeirização da guerra por outros países, inclusive vizinhos africanos que visam exclusivamente a participação na exploração dos recursos, como “laranjas” das grandes potências.

REFERÊNCIAS

CASTRO, H. **Luzes da África**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

HERNANDEZ, L.L. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MEGGIE, M. **A maldição dos recursos na República Democrática do Congo**. Deutsche Welle, 2017. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/a-maldi%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo/g-38723583>. Acesso em: 21 de março de 2019.

NINSIN, K; A. **Les nouveaux mouvements sociaux africaines**. L' Harmaham. Paris, 2001.

ROBERT, A. C. **A África sonha com a sua segunda independência**. Nantes, L'Atlantic, França, 2008.

VALENZOLA, R. H. O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência** da UNESP, São Paulo, n. 13, p. 59-86, nov. 2013.

VIGEVANI, T; L, T.; OLIVEIRA, M. F. Conflito étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 183 a 213.

Sites:

<https://escoladegeografia.wordpress.com/2010/10/25/conflitos-na-africa/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Reseau CREF (<http://www.reseaucref.org/>). Acesso 02.set 2019.

AS TECNOLOGIAS E A RELAÇÃO LOCAL- GLOBAL: DISCUTINDO DIVERSIDADE E CONFLITOS NA DISCIPLINA DE GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES

Jaqueline Machado Vieira

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), licenciada e bacharelada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP) -E-mail: jakquet@hotmail.com

Rodrigo Simão Camacho

Pós-Doutorado em Geografia (UFMS-CPTL) e Doutorado em Geografia (FCT-UNESP). Professor Adjunto no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente colaborador no Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus Três Lagoas – MS. E-mail: rogeo@ymail.com/rodrigocamacho@ufgd.edu.br.

RESUMO: O objetivo desse artigo é discutir a relação das tecnologias com o processo de globalização e sua influência na formação de identidades territoriais locais, bem como o processo de formação dos movimentos socioterritoriais camponeses. Como metodologia foi feita uma reflexão teórica, sobretudo, a partir de dois autores Nibert Elias e Milton Santos. Dialogando com Nibert

Elias, nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais, quando territorializadas verticalmente. Por meio de seus conceitos de identidade e poder discorreremos sobre as interações existentes entre a tecnização e seus avanços e retrocessos nos processos de civilização da humanidade. Com relação ao geógrafo Milton Santos, refletimos sobre a ciência, a técnica e a informação, sua relação espaço-tempo e local-global na interação com as territorialidades locais que é onde se finda as tecnologias de forma dialética e progressiva. É na relação espaço-tempo que as coordenadas básicas do sistema de representação das identidades territoriais dos camponeses se findam. Neste sentido, a partir do conceito de movimentos socioterritoriais, construído por Bernardo Mançano Fernandes, e de identidade territorial construído por Rogério Haesbaert, discutiremos a importância do território na formação da identidade camponesa e sua relação com a Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias, Local-Global, Identidades Territoriais Camponesas.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma ampla diversidade de povos e culturas, mas nesta diversidade, as classes subalternas são segredadas. Por isso, é indispensável refletir sobre a diversidade e as classes sociais que marcam e se identificam em seus respectivos territórios. Para o recorte desse artigo falaremos especificamente das identidades territoriais no campo. O objetivo é discutir a relação das tecnologias com processo de globalização e sua influência na formação de identidades territoriais locais.

Como metodologia, na primeira parte, foi feita uma reflexão teórica, sobretudo, a partir de dois autores Nobert Elias (1993, 2001, 2006) e Milton Santos (1993, 1994, 1997, 1999, 2001, 2002, 2006, 2008) para explicar a relação das identidades territoriais locais com o processo de globalização tendo como elemento articulador a tecnologia. Também, a partir do conceito de movimentos socioterritoriais, construído por Bernardo Mançano Fernandes (2005, 2008, 2012), de território por Claude Raffestin (1993) e de identidade territorial construído por Rogério Haesbaert (1999, 2006), discutiremos a importância do território na formação da identidade camponesa e sua relação com a Educação do Campo.

Com relação ao geógrafo Milton Santos, ele nos auxilia a refletirmos sobre as tecnologias na relação espaço-tempo e sua influência na modificação dos territórios que é onde se finda as tecnologias de forma dialética e progressiva. Vivemos em um mundo globalizado fundado no meio técnico-científico-informacional. Todavia, não devemos entender a realidade local de maneira isolada/fragmentada, pois o espaço é uma totalidade, logo, o local está submetido à influência das relações globais. Principalmente, no atual período histórico onde a ciência, a técnica e a informação nos trouxeram um momento diferente para a humanidade (SANTOS, 2001), onde as relações socioeconômicas estão mundializadas. Destacamos, por isso, que não consideramos o local como um espaço isolado constituído de relações autônomas/independentes do espaço global, pois, dessa maneira, estaríamos construindo uma fragmentação espacial (STRAFORINI, 2004).

Estabelecendo um diálogo com Nobert Elias, refletiremos por meio de seus conceitos de identidade e poder e discorreremos sobre as interações existentes entre a tecnização e seus avanços e retrocessos nos processos de civilização da humanidade. Nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais, quando territorializadas verticalmente. Sendo assim, nos constituímos identitariamente sob a influência desse período histórico marcado pelas tecnologias.

As identidades territoriais fazem parte da diversidade que forma o campo, mas que, necessariamente, se articulam a totalidade das relações sociais na globalização. Na relação parte/todo está contida a singularidade das partes. À Educação do Campo,

portanto, cabe compreender as especificidades do campo/campesinato no interior desta totalidade-mundo. Ela tem origem concomitante com a formação das identidades territoriais no campo. Logo, entender o território camponês é de suma importância para a construção de uma concepção de Educação do Campo adequada à lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato.

Na segunda parte do artigo fizemos uma reflexão a partir de uma experiência pedagógica ocorrida na disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso do Sul” no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – MS, em que analisamos a repercussão e a metodologia de ensino-aprendizagem dessa experiência na formação profissional e humana dos futuros educadores do campo. A partir da leitura e discussão de textos que tratam das diferentes territorialidades presentes no campo de Mato Grosso do Sul (MS): quilombolas, indígenas, camponesa etc., os educandos puderam entender a importância da inserção dessa temática no currículo da licenciatura em Educação do Campo, bem como estabelecer diálogo entre seus saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos.

AS TECNOLOGIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE DIFERENTES TERRITÓRIOS

Os seres humanos vivenciam o tempo e o espaço conforme sua época, de maneiras diferentes, dependendo de como as relações sociais se encontra organizada. Ao longo da história, a sociedade foi marcada por organizações diferenciadas mediadas pelas técnicas. Dentre estas, aquelas que medem o tempo de trabalho merece atenção especial, conforme nos explica Castells (2010) em seus escritos. Na modernidade capitalista, o tempo e a organização espacial ficam estritamente restritos a organização das relações produção e controle do trabalho humano. Com a chegada do uso do relógio houve uma organização mais rígida e disciplinar da vida em sociedade.

[...] A Organização do tempo, para as pessoas comuns era marcado pela recorrência do sol e da lua, pelos ciclos agrícolas e pelas estações, que traziam a percepção um padrão regular de sequenciamentos. Os relógios, solares, ofereciam um nível de medida, desde que estivesse fazendo sol, mas a fragmentação do tempo em unidades pequenas, precisas e contáveis, como horas e minutos, teve de esperar o advento da tecnologia mecânica. Enquanto não havia a necessidade de tal precisão, a sequência do tempo era vagamente percebida, como nas sociedades da idade média, para as quais as feiras marcavam a conjunção de produção agrícola e comércio, sociabilidade e festividades. Celebrações religiosas, muitas vezes associadas ao ciclo agrícola, também forneciam referências em uma acumulação indeterminada de experiências que não iam muito além da distinção entre o dia e a noite e da hora das refeições para aqueles que podiam comer mais de uma vez por dia. Tudo mudou com a invenção do relógio e a era industrial. A produção foi organizada em torno do controle do tempo, aperfeiçoando em última instância nas fábricas tayloristas de Henry Ford e Vladimir Ilitch. A jornada do trabalho definia o tempo e a vida. (CASTELLS, 1999, p.25).

Tivemos ao longo da história invenções tecnológicas que marcaram a humanidade para sempre. A primeira foi no século XVIII, com a chegada da máquina a vapor, e suas primeiras indústrias. Depois temos o segundo marco no século XIX, a descoberta da eletricidade, do motor de combustão, a invenção do telégrafo e do telefone. No final do século XIX para o século XX, tivemos as pesquisas científicas sobre a transmissão das ondas magnéticas, que logo engendrariam a invenção do rádio. Esses meios técnicos-científicos-informacionais marcaram os modos de reprodução econômica, social e cultural da modernidade (CASTELLS, 2010; SANTOS, 1997). Os Estados Unidos começam a expansão da comunicação pela necessidade de levar recursos tecnológicos para suas tropas de guerras, com o fim da guerra, houve a popularização desses rádios entre a população. Logo, após a primeira guerra mundial, os jornais impressos passam a ser realizados com o emprego de novas tecnologias e o rádio tem a função de transmitir o som, posteriormente temos o surgimento da TV, sendo revolucionária para sociedade (FERREIRA apud VILHALVA; SANTOS, 2016). Segundo Castells (2010, p. 415), após a Segunda Guerra Mundial, a Televisão tem capacidade revolucionária, pelo fato de transmitir som e imagens em preto e branco, ela veio com uma tecnologia diferencial e com intensidade para atingir geograficamente diversas cidades e suas regiões, sendo ela a “galáxia de comunicação”.

A mediação das relações sociais de produção pelas técnicas se faz necessário para o ser humano relacionar-se com a natureza a fim de transformá-la em seu benefício individual e, principalmente coletivo, mas na contemporaneidade, com o avanço das relações capitalistas de produção, este modelo está impondo aos indivíduos à necessidade de compreender um mundo em constante mudança. Não podemos deixar de mencionar que com o avanço do capitalismo, o “tempo vira dinheiro” (Time is Money) e a na medida em que o capital se movimenta, ele se globaliza na perspectiva da busca pela acumulação de capital trazendo consequências que interferem em toda a sociedade (CASTELLS, 2010; SANTOS, 2001). Uma das consequências e, simultaneamente, produto das tecnologias é a globalização.

O processo de globalização pode ser concebido como uma totalidade desigual e combinada. Devido ao desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação, esse processo produz um período histórico diferente de tudo que a humanidade já vivenciou, pois, pela primeira vez, temos relações socioeconômicas unificadas mundialmente. Os fenômenos sociais, políticos e econômicos estão unificados planetariamente graças aos imperativos técnicos, científicos e informacionais. Por isso, o período atual se diferencia dos demais porque as possibilidades dadas pelas técnicas são universais em virtude da informação e da comunicação (STRAFORINI, 2004; CAMACHO, 2008). Por isso, segundo Santos (2001, p. 142): “para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade [...]”.

Essa atual fase da globalização é identificado por Vesentini (1995) como

“revolução técnico-científica”, principalmente, devido ao nível tecnológico que a diferencia da segunda revolução industrial, por exemplo, hoje a produção de softwares para computadores torna-se mais importante que a fabricação de hardwares.

[...] a robótica, a biotecnologia (em especial a engenharia genética), a microeletrônica, a química fina, as telecomunicações e as indústrias de novos materiais. São setores que utilizam muito mais - e dependem - (d) a ciência e (d) a tecnologia que aqueles outros, típicos da primeira ou da segunda revolução industrial. [...]. (VESENTINI, 1995, p. 9).

Devido ao avanço técnico-científico-informacional, sobretudo a internet, que trouxe a instantaneidade na comunicação global, as distâncias se encurtam, ficando mesmo a impressão que o mundo possa “[...] ter substancialmente ‘encolhido’”. Desenha-se assim um mundo ‘sem fronteiras’, onde foi decretado o ‘fim das distâncias’. [...]”. (HAESBAERT, 2006).

Nobert Elias (2006) nos remete a pensar a questão da identidade em seu livro a “Sociedade dos Indivíduos”, a partir das relações intra e inter, ou seja, dentro e fora dos grupos sociais, podendo ser estas relações diversas: políticos, sociais e culturais. É através dos sentidos, uma relação advinda “de estar”, conforme vemos em Elias, que cada um se interliga, de alguma maneira, as relações da balança “nós e eu” e que optamos por possuir determinados vínculos sociais marcados historicamente. Ao longo de nossas vidas nós estamos envolvidos em diferentes grupos e dessa maneira nos comportamos de diferentes formas, levando em conta os espaços-tempos e sujeitos sintagmáticos envolvidos. Sendo assim, possuímos mais de uma identidade a partir do local que estamos inseridos. A identidade percorre tempos-espacos distintos com os sujeitos e pode se transformar nestas interações dependendo as mediações nas quais nos submetemos.

O sentido que cada um tem de sua identidade está estreitamente relacionado com as relações de ‘nós’ e ‘eles’ no nosso próprio grupo e com a nossa posição dentro dessas unidades que designamos ‘nós’ e ‘eles’. (ELIAS, 1991, p. 139).

Concordamos com Elias (1993) ao dizer que só criamos um fator identitário na relação com o outro indivíduo, são os laços constituintes com outros sujeitos que nos torna universal, produzindo ou não a civilização. Em sua obra “A Sociedade dos Indivíduos”, na primeira parte, ele explica que a partir de a balança (nós, eu), apresentamos influências e recorremos aos processos de identificação, sendo assim mudanças rápidas e constantes influenciarão os processos de transformação identitárias dos indivíduos. A ideia de identidade para os sujeitos tem de estar atrelada ao plural, pois possuímos contradições, somos sujeitos instáveis e ao juntarmos a questão das tecnologias, podemos dizer que somos até mesmo sujeitos transformadores, onde a redução de tempo e a aproximação das distâncias são os objetivos principais do momento. Sendo assim, nos constituímos identitariamente sob a influência desse

período histórico marcado pelas tecnologias.

Os sujeitos são compostos não apenas de uma, mas de diversas identidades que podem ser de gênero, classe, raça, etnia, nacionalidade, geração, territorialidade etc., dependendo do território onde se estabelecem as relações, uma pode predominar sobre as outras. Somos herdeiros de uma linguagem científica específica e, também, de um modelo específico de civilização que vem dos moldes europeus, isto tem um peso diferencial na questão dos processos civilizatórios, principalmente nos países colonizados, que adquiriram a língua e os costumes dos povos colonizadores. O indivíduo não sobrevive sem estabelecer relações com o outro, este fato vai se desdobrar na aquisição de uma identidade individualizada contextualizada no “eu” e uma segunda e coletiva pautada nas relações do “nós” que se constitui a partir de diversos grupos e da balança mediada pelas relações de poder. Para o autor, poder é “informação articulada e manipulada para se ter as mudanças nas relações sociais”. Ele trava uma luta por sobrevivência no espaço, sendo ele estrategicamente formulado para atender, conduzir, elevar, diminuir ou pautar as mais diversas posições que um indivíduo possa almejar (ELIAS, 1993).

Nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais. O “meio técnico-científico-informacional” altera as relações espaciais acelerando o processo de globalização. Devido ao desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação, esse processo produz um período histórico diferente de tudo que a humanidade já vivenciou, pois, pela primeira vez, as relações sociais foram unificadas mundialmente, criando o primeiro sistema global da humanidade. O efeito disso é o desencaixe dos antigos processos, relações, sujeitos, identidades e representações (SANTOS, 1993).

A fase atual da história da Humanidade, marcada pelo que se denomina de revolução científico-técnica, é frequentemente chamada de período técnico-científico [...]. Em fases anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência. Recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países. (SANTOS, 1994, p.60).

Para Milton Santos (2008) existem duas ordens que determinam as relações espaciais. São elas, a razão global e a razão local. Em cada lugar elas se superpõem e, num processo dialético, se associam e se contrariam. Ao pensarmos na relação espaço-tempo, percebemos que estas são coordenadas básicas do sistema de representação. Estas relações produzem territórios em que se superpõem “vinculações horizontais e verticais” (SANTOS, 2006). As verticalidades ligadas aos agentes hegemônicos do capital globalizado e as horizontalidades ligadas à escala de territorialidade local.

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se

agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente. (SANTOS, 2006, p.192, grifo do autor).

As verticalidades representam o poder hegemônico globalizado que tenta impor uma homogeneização das relações sociais locais, tornando-os obedientes aos imperativos hegemônicos globais. Representa o poder externo territorializado no local: “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. (SANTOS, 2006, p.192).

No entanto, na contramão, as horizontalidades podem representar potencialmente processos contra-hegemônicos se houver a resistência aos processos verticalmente impostos pela globalização. Assim,

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2006, p.193).

Sendo assim, em tempos de globalização acentuada, como estes processos influenciam as identidades locais? Elias (1993) nos instiga a pensar a identidade a partir das multiplicidades de grupos identitários dotados de valores envolvidos nas disputas conflitantes entre as antigas e as novas estruturas sociais que modificam constantemente os indivíduos com o tempo. A busca de “poder” e “posição” em determinadas relações humanas, é a peça chave das tensões sociais. Ao pensarmos em identidade, refletimos a partir das articulações conflitantes entre as relações políticas, econômicas, culturais e sociais que se apresentam no local e no global numa determinada escala temporal. Vemos uma articulação entre estas duas escalas e suas transformações engendram novas identidades não fixas e, sim, instáveis e flexíveis que vai sempre distanciar os sujeitos do núcleo rígido de suas referências. Estas mudanças nas relações entre indivíduos no espaço são peças-chaves essenciais para constituição de novas identidades e relações de pertencimento e adaptação (SANTOS, 1993; ELIAS, 1993).

No que concerne às relações sociais, segundo Elias (1993), elas podem se transformar, recriar. Nós possuímos hábitos e costumes, conforme nossa região de origem, porém ao longo de nossas vidas, esse território ao sofrer mudanças, automaticamente influencia-nos para novas relações que nos constituem como

indivíduos no interior dos processos civilizadores, e isso é transmitido por diversas gerações livremente.

As redes produzidas pelo meio técnico-científico-informacional, muito vêm a contribuir na modificação dos territórios. Estas mudanças podem trazer aspectos impactantes no cotidiano das pessoas, principalmente, mediados pelo processo de informatização do território. É no território que se finda e se renova as informações produzidas num determinado tempo e espaço, por isso, devemos levar em conta essa interconexão das informações possibilitadas pelas tecnologias.

As ações políticas geradas pelos interesses em comum das classes sociais e reproduzidas em rede, podem constituir um movimento de contraponto as verticalidades da globalização. Um exemplo desse movimento é mídia local (jornais, rádio, televisão), na qual as “forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes” (SANTOS, 2006).

A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS NO CAMPO E DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES

*Minha identidade
é camponesa moro
nesse sertão e junto
com a natureza.
No campo é bom
com viver, por isso,
moro lá com a
esperança de poder
vencer.
A vida no campo,
é plantando trabalhando
e cultivando¹.*

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251). Suas ações se estruturam a partir de conflitos e disputas na sociedade. Estas ações criam uma identidade coletiva de interesses político-cultural comuns ao grupo organizado em espaços não-institucionalizados. Estes sujeitos interferem de maneira direta nas transformações ou na manutenção da ordem vigente dependendo da ideologia que seguem: progressista ou reacionária.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o *território como trunfo* e, principalmente,

1 Juventude no Campo: Identidade, Cotidiano e Vida. Floriano dos Santos Filho.

quando o *território é essencial para a reprodução material e simbólica* dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 21). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. que não se reproduzem, enquanto classe ou grupo social, sem o seu território. Por isso, Ruy Moreira (2012)² tem denominado estes sujeitos da vanguarda revolucionária latino-americana de *classes territoriais*.

Os sujeitos que constroem estes movimentos socioterritoriais são dotados de *identidade territorial*: “[...] toda identidade territorial é uma identidade social, definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identificação social [...]”. (HAESBAERT, 1999, p. 172). Desse modo, a luta pelo território passa, necessariamente, além da busca pela manutenção material de sua classe, pela valorização simbólica desse território. Tendo em vista que não existe nenhum território que não tenha algum tipo de valoração simbólica desse espaço pelos seus habitantes. Toda a dinâmica de construção identitária desses sujeitos se dá de modo inerente ao território apropriado pelos mesmos (HAESBAERT, 1999, 2006; CAMACHO, 2014).

Os sujeitos dos movimentos socioterritoriais têm a necessidade de lutarem pela conquista territorial para continuarem existindo. Se formos pensar esses movimentos sociais “no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 22, grifo nosso). A possibilidade de pensarmos o território como um trunfo vem das interpretações sobre o território de Claude Raffestin (1993). O trunfo pode ser entendido, segundo Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário de Língua Portuguesa, como sendo a “vantagem que permite ou propicia a vitória em luta, discussão, negócio, etc.”. Por esta definição vemos a importância do território para as disputas que ocorrem no campo. Assim, não obstante todos os movimentos sociais necessitem do espaço para se reproduzir, apenas para alguns o território é um trunfo. Esta é a diferença entre os movimentos que são apenas sociais ou socioespaciais e os movimentos que são socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Corroborando com nossa reflexão, para Marcelo Lopes de Souza os movimentos sociais possuem práticas de lutas que são espaciais, bem como suas ações de resistência, são ações de territorialização. Em suas palavras, os:

[...] verdadeiros movimentos sociais e emancipatórios, ambiciosos e dotados de um poderoso horizonte crítico. Se examinarmos suas práticas, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, práticas espaciais; se examinarmos suas

2 Informação Verbal: Aula Magna - Tema: “Século XXI – Final dos Tempos e o Destrutivismo Imanente da Sociedade do Capital: Desafios Epistemológicos para a Geografia e Necessidades Emancipatórias”. Data: 28/03/2012. Local: UNESP – Campus de Presidente Prudente.

Podemos considerar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento *socioterritorial territorializado*, pois além de lutar pela conquista de um território, tem a capacidade de organização em rede, por isso, constroem nessa luta territórios relacionais/fluxos/móveis/descontínuos³, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escalaridade local. Esses territórios, por serem formados em rede, têm como características: a mobilidade, a fluidez e a descontinuidade. Mas, os movimentos socioterritoriais, também, produzem territórios fixos⁴, como os *assentamentos camponeses*, as pequenas propriedades camponesas, as aldeias indígenas, os territórios quilombolas etc., *desterritorializando o capital* nestes espaços que são apropriados materialmente e culturalmente por estes sujeitos (FERNANDES, 2005).

Claude Raffestin, ao discutir os trunfos do poder, considera como trunfos do poder: a população, os recursos naturais e o território. Mas, diz que, dentre os trunfos do poder, o território tem uma particularidade, por conter diversas dimensões e ser um espaço político, por isso, espaço de disputa de trunfos também. Em suas palavras: “[...] o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos. [...]”. (1993, p. 59-60).

Milton Santos afirma que “[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...]”. (2002, p. 9). Para o autor, o território é o espaço onde todas as ações humanas acontecem, ou seja, é o espaço onde ocorre a reprodução material e simbólica do ser humano. Em suas palavras: “[...] o território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, *onde a história do homem plenamente se realiza* a partir das manifestações da sua existência. [...]”. (2002, p. 11, grifo nosso). Em síntese, para Milton Santos, o território é o espaço de todas as produções/ações humanas, é o lugar de todos os sujeitos, de todas as empresas e de todas as instituições. “[...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (2002, p.11).

A particularidade na discussão de Milton Santos está na ênfase dada ao *uso do território*, que em sua concepção está relacionada com a *identidade* dos sujeitos que pertencem ao território. Em suas palavras: “o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o *chão mais a identidade*. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. [...]”. (2002, p. 10,

3 Para Bernardo Mançano Fernandes, o território relacional pode ser considerado como o “terceiro território”. Sendo este território “[...] formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território”. (FERNANDES, 2008, p.8).

4 Fixos, mas também, multidimensionais e multiescalares.

grifo nosso). Para ele, o território é uma *totalidade complexa* formada de relações, ao mesmo tempo, *solidárias e conflitivas*.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando o pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (apud HAESBAERT, 2006, p.59, grifo nosso).

Ou seja, “*os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais. [...]*”. (FERNANDES, 2005, p. 16, grifo nosso). Segundo Bernardo Mançano Fernandes, apesar de o espaço anteceder o *território, espaço e território se relacionam de maneira dialética*. O espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído e destruído pela sociedade e em suas disputas. Estes são, concomitantemente, produto das relações sociais, bem como, condição para a realização dessas relações sociais. Por isso, a produção de espaços e de territórios se dá de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio *do conflito, da contradição e da solidariedade*. Em suas palavras:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o *espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente*. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (2005, p. 16, grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, Marcos Aurélio Saquet tem feito uma leitura sobre o território no sentido de “[...] construir uma *abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade [...]*”. (2009, p. 74, grifo do autor). Essa abordagem tem como objetivo tentar entender o território na interdependência de toda sua multidimensionalidade *material e imaterial*. Em suas palavras: “[...] O caráter *material e imaterial* do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as *dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)*”. (SAQUET, 2009, p.74, grifo nosso).

Podemos dizer que todas as relações humanas acontecem no território, por isso, a territorialização é uma relação inerente ao ser humano. Ou seja, à *dimensão espacial e a territorialidade são componentes indissociáveis da condição humana* (HAESBAERT, 2006). Por isso, as identidades territoriais são produto/produtoras de territorialidades. A territorialidade é o conjunto das práticas dos sujeitos em relação à realidade material. É o resultado da soma das relações estabelecidas pelo ser humano

com o território (a exterioridade) e entre os próprios seres humanos (a alteridade). (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007). Pelo fato de a vida ser tecida pelas relações sociais, a “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que originam um sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p.160). Nesta perspectiva, a territorialidade é a “‘soma’ das relações mantidas por um sujeito com o seu meio, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de ações biossociais em interação”. (RAFFESTIN, 1993).

Todavia, pelo fato de estarmos inseridos em relações globais, onde se entrecruzam racionalidades locais-globais, horizontalidades-verticalidades, podemos dividir as territorialidades em duas: 1 - territorialidades autônomas (SOUZA, 2009), produzidas horizontalmente, produtoras de ações contra-hegemônicas; 2- territorialidades heterônomas (SOUZA, 2009), produzidas verticalmente por agentes externos hegemônicos no processo de globalização. Por isso, defendemos as territorialidades autônomas, como as camponesas, que podem “[...] refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”. (SANTOS, 2006, p. 194), constituindo “contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade”. (SANTOS, 2006, p. 195).

Neste processo de relações interdependentes envolvendo os pares dialéticos, local/global, verticalidades/horizontalidades e hegemonia/contra-hegemonia, é que se finda as territorialidades camponesas. A identidade territorial camponesa é, assim, formada pelo “chão mais a identidade camponesa”. O território camponês é o espaço de vida do camponês, é uma unidade de produção e consumo familiar e, concomitantemente, o local de residência da família, que contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos pelas populações rurais e urbanas. O território camponês é o sítio, o lote, a propriedade familiar, assim como também é a comunidade, o assentamento. A relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família é fundamental (FERNANDES, 2012).

A maneira particular com a qual o camponês se relaciona com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos, lhes dá uma condição social que nos permite identificá-lo como um “modo de vida”.

A cultura camponesa é aqui entendida como um conjunto de práticas, valores e significados definidos em seu movimento de reprodução, o qual enfrenta oposição de outros grupos ou classes sociais. [...]. O modo de vida é a forma como um determinado grupo social ou comunidade de manifestam a sua cultura. (MARQUES, 2004, p. 153).

O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação,

mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção. Apesar de cada cultura possuir categorias centrais específicas, com relação aos camponeses existem categorias nucleantes que são notadas em todas as sociedades camponesas. Estas categorias são: terra, família e trabalho. Isto significa que no que concerne ao campesinato não é possível pensar estas categorias de maneira independente, pois uma complementa a outra. Esta é a diferença de quando encontramos estas mesmas categorias comuns em culturas urbanas. Fazendo, deste, então, um modo de vida específico. Nas sociedades modernas-capitalistas, terra, família e trabalho são categorias pensadas separadamente. São pensadas em si mesmas. A terra não tem relação com a família e com o trabalho, tendo em vista que a mesma é uma coisa ou mercadoria. Enquanto as sociedades camponesas formam um modelo relacional entre estas categorias. Por isso, elas se constituem enquanto um modo de vida não-capitalista (OLIVEIRA, 1986; WOORTMANN, 1990; SHANIN, 2008; ALMEIDA; PAULINO, 2010; CAMACHO, 2014).

A afirmação da identidade territorial camponesa se faz necessário devido ao fato de que é preciso frisar que, apesar de o capitalismo ter decretado que na sociedade moderna o urbano-industrial é o lócus de seu desenvolvimento, não existe uma cultura superior na cidade (CAMACHO; FERNANDES, 2017). Considera-se que as culturas “[...] têm suas singularidades, seus significados, que se exprimem com suas linguagens, gestos significados e artefatos próprios, sem, no entanto, ser superiores uma às outras, a não ser por imposição de uma cultura que se faz hegemônica pelas relações de poder”. (BATISTA, 2007, p. 187).

As identidades territoriais fazem parte dessa diversidade que forma o campo, mas que, necessariamente, se articulam a totalidade das relações sociais que é a luta de classes no capitalismo globalizado urbano-rural. Na relação parte/todo está contida a singularidade das partes. O território camponês está articulado com a cidade, com regional e com o global. Esta relação se expressa por meio de uma (multi) territorialidade/escalaridade. À Educação do Campo, portanto, cabe compreender as especificidades do campo/campesinato no interior da totalidade do modo de produção capitalista. Assim, a compreensão da relação entre o *geral*, o *singular* e o *específico*, a partir do materialismo dialético, permite articular a diversidade do campo sem a perda da totalidade social (CAMACHO; FERNANDES, 2017).

O modo de vida e a identidade territorial camponesa são partes integrantes do projeto educativo dos camponeses. A Educação do Campo é o resultado da luta do campesinato, bem como, dialeticamente, é um dos instrumentos de sua luta. Foi construída como uma forma de resistência. Por isso, forma um conjunto de procedimentos socioeducativos que objetivam a resistência material e cultural camponesa. (CALDART, 2005; CAMACHO, 2014).

A Educação do Campo tem origem concomitante com a formação das identidades

territoriais no campo. A conquista e a resistência nestes territórios permitem a criação e a reprodução da Educação do Campo. Logo, entender o *território camponês* é de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da *territorialidade do campesinato*, e que contribua em seu processo de resistência.

Todavia, para a existência dos territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário *romper com a lógica capitalista de produção*. Este é o ponto central da discussão da Educação do Campo pensada a partir da lógica dos movimentos socioterritoriais camponeses. A territorialização da Educação do Campo está em constante conflito/disputa com a territorialização do capital monopolista no campo (agronegócio). A territorialização do capital, concentrando a terra, desterritorializa os camponeses de suas terras. Assim, neste processo de territorialização da Educação do Campo, estão intrínsecas a concepção de resistência e de ruptura ao capital no campo.

A territorialização da Educação do Campo é produto e, concomitantemente, instrumento da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses e, portanto, a territorialização de um significa, também, a territorialização do outro. A territorialização camponesa é o enfrentamento aos territórios do agronegócio, logo, o projeto de Educação do Campo é projeto de luta de classes, da classe camponesa contra a classe dos empresários do agronegócio. Para Cالدart (2004), a Educação do Campo é pensada a partir de uma perspectiva de classe e da experiência político-pedagógica dos movimentos socioterritoriais camponeses.

GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO DO SUL

Em Mato Grosso do Sul temos uma demanda clara de formação específica de docentes no estado para atuarem no campo. Isto justifica a oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), enquanto uma política pública focal que tem como base legal nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no em seu artigo 28, e o Conselho Nacional de Educação. Em Mato Grosso do Sul esses preceitos legais se embasam nas Diretrizes Operacionais (RESOLUÇÃO/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011), que propõe uma parte diversificada da matriz curricular no ensino fundamental e médio para escolas do campo, e um calendário escolar com tempos e espaços pedagógicos específicos em alternância (tempo escola e tempo comunidade). O Grau acadêmico conferido na LEDUC é de Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza ou Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas (UFGD, 2014).

O Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso traz como princípios: a “Pedagogia da Alternância”, a organicidade com os movimentos socioterritoriais camponeses e o contexto local. A perspectiva teórico-metodológica tem como base as experiências

de Educação Popular embasadas, principalmente, na Pedagogia Freireana, que trazem como preocupação pedagógica o vínculo às comunidades camponesas, e os conhecimentos pedagógicos locais como ponto de partida do processo formativo, estabelecendo-se, assim, uma relação dialógica com o saber técnico-científico. O PPC também traz a preocupação do desenvolvimento territorial com sustentabilidade no campo em todas as suas dimensões: ambiental, econômica, política, cultural e social em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico (UFGD, 2014). Os objetivos do curso são:

Formar licenciados/as em Ciências da Natureza e Ciências Humanas com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e intervenções sócio educacionais.

Fortalecer a educação e a possibilidade de ação qualificada no campo de Mato Grosso do Sul, com conhecimentos teórico-metodológicos voltados às especificidades, às necessidades e ao desenvolvimento sustentável do campo para a conquista de melhorias na qualidade de vida.

A disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso Do Sul”, tem como objetivo compreender os processos Geo-Históricos e os diálogos e conflitos de territorialidades diversas em Mato Grosso do Sul. Pretendemos construir com os estudantes o entendimento das diferentes territorialidades existentes no campo em Mato Grosso do Sul, com destaque para camponeses (tradicionais e assentados da reforma agrária), quilombolas e indígenas, e suas conflitualidades com o desenvolvimento do capital no campo sob a forma do agronegócio.

A metodologia foi aula expositiva e dialogada; leitura e discussão de textos; debates em grupos a partir de textos lidos; sistematização de ideias a partir de produção textual e de imagens; debate a partir de documentários; slides com imagens e fotos; leitura e interpretação de mapas, gráficos e tabelas.

Com relação às aulas expositivas e dialogadas, lemos e debatemos em sala de aula a questão da geo-história e territorialidades de MS a partir de alguns textos principais. A seguir, vamos relatar quais eram os textos e que discussões relevantes traziam para contribuir com a formação dos educadores do campo.

A partir dos livros “(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe” (ALMEIDA, 2006) e “A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar” (ALMEIDA, 2008), pudemos discutir a construção do território Sul-mato-grossense a partir do debate da **Questão Agrária**. Entender como ocorreu o início da luta camponesa pela terra no estado que deram origem aos assentamentos. Nestes textos, muitos estudantes se identificaram como parte do processo. Muitos participaram destas lutas ou seus pais fizeram parte do mesmo.

Alguns sujeitos das pesquisas são conhecidos ou familiares dos estudantes da LEDUC. Entender a Geo-História do estado por meio da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses contra o latifúndio e pela construção seus territórios, dá elementos para os estudantes entenderem o campo na perspectiva da Educação do Campo.

Com os textos de Melo e Nardoque (2014), “As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade” e de Camacho (2012), “A Insustentabilidade Social e Ambiental do Agronegócio: a Territorialização do Complexo Celulose-Papel na Região Leste de Mato Grosso do Sul”, discutimos o campo Sul-mato-grossense na atualidade. Como que a territorialização do agronegócio (cana, soja e eucalipto) tem se sobreposto a outros modos de vida (indígenas, camponeses e quilombolas) e tem impactado estas comunidades de diferentes maneiras, seja pelo uso dos agrotóxicos, matando plantas, animais, contaminando a água e afetando a saúde das pessoas, ou pela superexploração do trabalho. E, por outro lado, como que estes sujeitos têm resistido e se manifestado contra a territorialização do agronegócio no estado, e pela construção dos territórios não capitalistas: da vida, do trabalho, da cultura, da educação, da economia solidária, da agroecologia etc.

Com relação à **Questão Indígena** trabalhamos com os textos do Antonio Brand (2004), “Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS”; Brand et al. (2005), “Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul” e o Documentário: “À Sombra de um Delírio Verde”. Discutimos o processo de perda dos territórios dos Guarani e Kaiowá e, conseqüentemente, seu confinamento em reservas, e, atualmente, suas lutas pela retomada dos seus territórios tradicionais. Buscamos compreender os impactos que estes sujeitos sofreram historicamente com a territorialização do latifúndio e do agronegócio e os conflitos territoriais envolvidos neste processo: perdas de seus territórios, mudanças em seu modo de vida, violência sofrida na luta pelas retomadas: ameaças de morte e assassinatos das lideranças etc.

Com o texto, “A Invisibilidade das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul” (SOUSA, 2016) e a notícia “INCRA reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS” (2016), discutimos a **Questão Quilombola** no Estado. Buscamos entender historicamente o direito territorial destes povos e como a constituição federal lhes assegura o direito a terra. Todavia, ressaltamos o não reconhecimento destes sujeitos por parte da sociedade, ainda que estejam tão próximos a nós, como o território quilombola Picadinha que está localizado cerca de 10 km do campus II da UFGD.

Como atividade avaliativa, cada grupo apresentou em forma seminário a história de formação do seu território: assentamento ou aldeia e sua condição atual: educação, produção agrícola, problemas estruturais, cultura, meio ambiente etc. Com este seminário, os educandos puderam compartilhar informações a respeito de onde moram, comparando as diferenças e semelhanças no que diz respeito ao processo histórico de formação, organização territorial, paisagem, conflitos e os desafios na atualidade para superação das problemáticas sociais e ambientais inerentes a sua

realidade. Também, puderam entender-se enquanto sujeitos produtores de seus próprios territórios, assim como seus futuros educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a perspectiva de leitura da realidade sob o prisma espacial/territorial traz muitas contribuições para o entendimento das identidades territoriais que resistem sob o modo de produção capitalista dentro dos mais diversos territórios indígenas, camponeses e quilombolas.

É necessário frisarmos que o capitalismo territorializado no campo, significa o fim dos camponeses e dos indígenas enquanto classe e/ou grupo social territorializado. Por isso, as permanências dos sujeitos no campo pressupõem a sua resistência ao modelo globalizado hegemônico.

Entendemos que os movimentos camponeses, indígenas e quilombolas são movimentos socioterritoriais territorializados. Ou seja, movimentos sociais que lutam pela conquista dos seus territórios e que tem a capacidade de organização em rede, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escolaridade local.

Pelo fato da Educação do Campo ser uma Educação Territorial (FERNANDES, 2008), significa que esta educação está diretamente relacionada com a perspectiva de criação de territórios a partir de uma “lógica camponesa”, onde os mesmos sejam os sujeitos da produção de suas territorialidades marcadas pelas suas vontades, capacidades, emoções, necessidades etc.

A disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso do Sul”, que teve como objetivo compreender os processos Geo-Históricos e os diálogos e conflitos de territorialidades diversas em Mato Grosso do Sul, pretendeu construir com os estudantes o entendimento das diferentes territorialidades existentes no campo em Mato Grosso do Sul, com destaque para camponeses (tradicionais e assentados da reforma agrária), quilombolas e indígenas, e suas conflitualidades com o desenvolvimento do capital no campo sob a forma do agronegócio. Propiciando aos futuros educadores do campo compreender diferentes problemáticas presentes no campo para pensar os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, por isso, a importância da inserção dessa temática no currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão agrária em Mato grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão agrária em Mato grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.

BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

BRAND, Antônio Jacó; COLMAN, Rosa Sebastiana; SIQUEIRA, Eranir Martins. Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 23, Londrina, 2005. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

BRASIL. INCRA. **INCRA reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS**. 02 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-reconhece-area-da-comunidade-quilombola-picadinhams>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: **"Por Uma Educação do Campo"**, 2004. p. 13-53. (Por uma Educação do Campo, 5).

CALDART, Roseli Salete. **Momento atual da educação do campo**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigosdomes/imprime.php?id=27>>. Acesso em: 02 jul. 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Insustentabilidade Social e Ambiental do Agronegócio: a Territorialização do Complexo Celulose-Papel na Região Leste de Mato Grosso do Sul. **Revista Científica ANAP Brasil**, v.5, p.01 - 18, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/dr/rodrigo_camacho.pdf>.

CAMACHO, Rodrigo Simão; FERNANDES, Bernardo Mançano. Crítica a crítica ao paradigma da educação do campo. **Práxis Educacional (Online)**, n. 26, v.13, p.49 - 73, 2017.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia** São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Coleção ideias em ação).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia sociedade e cultura**. 13. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. Prefácio. In: _____. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. Atualização: Jussara Simões São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 35-43. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaio: 1- Estado, processo, opinião pública**. Organização e Apresentação: Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (Vol. 2).

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169 - 189.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARQUES, Marta Inês Medeiro. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 145-164.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MELO, Danilo Souza; NARDOQUE, Sedeval. As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade, **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 73, jan. 2014.

NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do; SANTOS, Reinaldo dos. **Educação, inclusão e Tic's: legendas e janela de libras como recurso para inclusão da pessoa surda**, São Leopoldo: OIKOS, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo - grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universitária de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 07).

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território-Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-95.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 23-29. (Geografia em Movimento).

SOUSA, Nayhara Almeida de. **A Invisibilidade das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://geraaufms.blogspot.com.br/2013/04/a-invisibilidade-das-comunidades.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-73.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

VESENTINI, José Willian. O ensino da geografia no século XXI. **Caderno prudentino de geografia: geografia e ensino**, Presidente Prudente: AGB, n. 17, p. 05-19, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA

Diego Armando de Sousa Paz

Bolsista de Extensão na UEMASUL-MA

Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA -
GPS

Imperatriz - MA

Fernanda Ferreira Silva Sanches

Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA -
GPS

Bolsista de Extensão na UEMASUL-MA

Imperatriz - MA

Allison Bezerra Oliveira

Prof. Adjunto na UEMASUL-MA

Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA -
GPS

Imperatriz - MA

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados obtidos em extensão universitária desenvolvida sobre o ensino de Geografia Política para idosos, na Casa do Idoso Feliz, no município de Imperatriz, estado do Maranhão. Considerando o papel do idoso no processo democrático brasileiro, questiona-se qual é o nível de compreensão dos idosos sobre política. Em termos metodológicos, utilizou-se questionários abertos como instrumento de coleta de informações junto à população pesquisada. A partir dos dados coletados, construiu-se gráficos e realizou-se oficinas sobre temas ligados à Geografia Política;

também se construiu um acervo fotográfico. Os resultados encontrados sugerem que embora haja expressiva participação de idosos nos processos eleitorais, é superficial a compreensão de conceitos fundamentais acerca da política e de seus impactos na vida cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Política; Idoso; Imperatriz.

MEMORY AND TEACHING OF POLITICAL GEOGRAPHY IN THE HOUSE OF THE ELDERLY OF IMPERATRIZ – MA

ABSTRACT: The present work presents the results obtained in a university extension developed on the teaching of Political Geography for the elderly, in the Casa do Idoso Feliz, in the municipality of Imperatriz, state of Maranhão. Considering the role of the elderly in the Brazilian democratic process, the level of understanding of the elderly about politics is questioned. In methodological terms, open questionnaires were used as an instrument for collecting information from the researched population. From the data collected, graphs were constructed and workshops were held on topics related to Political Geography; a photographic collection was also built. The results suggest that although there is an expressive participation of the elderly in the electoral processes, it is superficial the understanding of fundamental

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil vem percorrendo um longo caminho na busca da plena promoção dos direitos dos idosos, e mesmo com os avanços na seguridade social proporcionados pela Constituição Federal de 1988, ainda resta muito a ser feito, sobretudo em relação aos idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e familiar. Dessa forma, há que se pensar em questões cotidianas que contribuem para a garantia da dignidade da pessoa humana como um direito do idoso: a educação política é uma dessas questões.

Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso - PNI (Lei nº 8.842/1994), já no art. 1º, apresenta sua finalidade: assegurar os direitos sociais do idoso e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em consonância com essa lei, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) visa garantir especificamente os direitos fundamentais da pessoa idosa, principalmente no que se refere às suas condições de saúde, dignidade e bem-estar. No que diz respeito à educação, o Estatuto assegura que se trata de um direito do idoso e ressalta no art. 10, inciso III, alínea “a”, que se deve adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso.

Assim, no intuito de promover a inclusão, minimizar a discriminação e desenvolver atividades no âmbito dos direitos dos idosos, o Decreto nº 1.948/1996, que regulamenta a Política Nacional do Idoso, em seu art. 4º, prevê os tipos de atendimento em modalidade não-asilar: dentre eles, os centros de convivência. Estes, segundo a legislação, são locais destinados à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.

Um exemplo de centro de convivência é a Casa do Idoso Feliz, localizada no município de Imperatriz, no estado do Maranhão. Desde sua gênese, o local tem o objetivo de contribuir para o processo de desenvolvimento saudável das pessoas na terceira idade, assim como também possibilitar o acesso a sistemas públicos que venham a melhorar a vida dos idosos. Dentre as inúmeras atividades disponíveis nessas instituições, a educação é uma das mais importantes, pois contribui para o desenvolvimento da autonomia nas diversas esferas da vida cotidiana do idoso.

Nesse contexto, apresenta-se a Geografia como ciência crítica e cidadã que tem papel fundamental no processo de educação à medida que permite compreender conceitos da área de modo interdisciplinar e transversal com outras áreas do conhecimento. Partindo dessa perspectiva, o ensino de Geografia Política constitui-se como ferramenta essencial para uma análise crítica da sociedade e do ambiente na qual está inserida.

Portanto, o objetivo do presente artigo é apresentar os resultados obtidos em extensão universitária desenvolvida sobre o ensino de Geografia Política para idosos, na Casa do Idoso Feliz, no município de Imperatriz. Considerando o papel do idoso no processo democrático brasileiro, questiona-se: qual seu nível de compreensão sobre política?

Além desta introdução, da seção de metodologia e das considerações finais, este trabalho estrutura-se também nas seguintes seções teóricas: a primeira, *Casa do Idoso e a educação na terceira idade*, que apresenta dados referente à Casa do Idoso Feliz, legislação prevista para os idosos e o que a lei destaca sobre o direito deles à educação; e a segunda, *Memória política e o ensino de Geografia Política*, que aborda conceitos de política e democracia relacionando-os com o papel da memória política no ensino de Geografia Política. Por último, em *Resultados e discussões*, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa e discutidos à luz da literatura que embasa o trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, teve como universo os idosos atendidos pela Casa do Idoso Feliz, do município de Imperatriz, estado do Maranhão, para os quais foi oferecido o ensino de Geografia Política. A pesquisa foi dividida em três momentos: a) o primeiro, exploratório, compreendeu a observação do *lôcus* de ação educativa e sua rotina, bem como o público atendido; b) o segundo, o desenvolvimento de atividades propriamente ditas: aplicação de questionário simples sobre particularidades socioeconômicas dos idosos, desenvolvimento de oficinas de aulas com temas previamente definidos e, por fim, aplicação de atividades de fixação; e c) o terceiro incluiu a compilação dos resultados, a partir da análise e sistematização das atividades respondidas, das quais se extraíram dados e informações, além do acervo fotográfico.

Dentre os participantes da pesquisa, 133 pessoas responderam os questionários e 150 participaram das oficinas de ensino de Geografia Política. Os temas abordados nas aulas foram o “ser político”, sistema político brasileiro, Estado, formas de governo e democracia; questões pertinentes a essas temáticas foram debatidas pelos idosos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Casa do idoso e a educação na terceira idade

Os centros de convivência denominados Casa do Idoso, no formato como atualmente se conhece no país, são instrumentos assistenciais relativamente novos. Fruto de importante política social voltada para a terceira idade, esse tipo de centro define-se como “local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas

atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania” (BRASIL, 1996, online). Tal instrumento é resultado de avanços nos debates mundiais e nacionais acerca da importância de se manter a dignidade da pessoa na terceira idade, a exemplo da Constituição Federal de 1988, que destaca os deveres do Estado para com os idosos, incluindo os programas de atendimento.

No caso específico da Casa do Idoso Feliz, localizada em Imperatriz, trata-se de um centro de convivência criado em 1994, com o objetivo de realizar atividades lúdicas que venham a contribuir para o processo de desenvolvimento saudável das pessoas na terceira idade, além de fornecer assistência a serviços públicos a que os idosos tenham direito. É gerida pela administração pública municipal e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES).

A instituição desenvolve atividades na área de saúde, educação, lazer e assistência social, em conformidade com o que preconiza o Estatuto do Idoso, segundo o qual:

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, online).

Nesse contexto, a Casa do Idoso Feliz atende pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e promove seu acesso a serviços e programas públicos das áreas já mencionadas. As atividades desenvolvidas no local amparam-se nas determinações do Estatuto do Idoso e nas transformações no campo da assistência social advindas da Constituição Federal de 1988. Dentre os programas desenvolvidos na Casa do Idoso, um dos principais focos é assegurar o direito do idoso à saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelece o estatuto:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. (BRASIL, 2003, online).

No que se refere a educação, cultura, esporte e lazer, a legislação é bem específica em relação aos direitos dos idosos. Segundo o art. 20 do Estatuto: “o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2003, online). Logo, o objetivo é promover melhores condicionantes de vida tais como a valorização da autoestima, o fortalecimento de vínculos familiares e o acesso aos direitos básicos previstos no estatuto. Além dessas ações, a Casa do Idoso Feliz desenvolve outras, quais sejam: alimentação, dança, música, teatro etc., contando para isso com uma equipe multidisciplinar formada por pedagogos, educadores físicos, psicólogos,

enfermeiros, terapeuta ocupacional, assistente social e médico.

Quanto à educação na terceira idade, amplamente preconizada pelo estatuto, este, em seu art. 21, destaca que o “poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” (BRASIL, 2003, online). Nesse sentido, deve-se pensar ações nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A Casa do Idoso Feliz é resultado de ações dessas três esferas sob gestão municipal.

Ações dessa natureza são primordiais, na medida em que os idosos, principalmente aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, são colocados à margem dos aspectos fundamentais da sociedade, como a família e os direitos básicos. Conforme evidencia Oliveira, R. (1999, p. 71), “a sociedade coloca o velho em uma situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceito e discriminação social”. No seio desse problema, compreende-se a educação como uma das principais ferramentas para inclusão do idoso na sociedade devido à autonomia que ela lhe permite desenvolver.

De acordo com o art. 25 do Estatuto do Idoso, “o poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual” (BRASIL, 2003, online). Dessa maneira, o poder público tem o dever de criar uma universidade aberta para a terceira idade no intuito de dar aos idosos acesso à educação, assim ofertando a eles qualidade de vida e oportunidade de desenvolvimento intelectual. Além disso, a legislação incentiva que as publicações produzidas para o idoso considerem suas necessidades de conteúdo e forma. Nessa perspectiva, Oliveira, R., Scortegagna e Oliveira, F. (2011, p. 90) afirmam que

[...] tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

Neste contexto de debilidades e potencialidades, a Geografia, como ciência crítica e cidadã, apresenta-se como importante instrumento educacional e emancipatório na medida em que compartilha conhecimentos de diversas áreas da vida do idoso. Assim, o ensino de Geografia Política contribui para a emancipação dos idosos, uma vez que lhes permite conhecer e pensar criticamente sobre o “ser político” e a geograficidade das atividades políticas, sobretudo na terceira idade.

Memória política e o ensino de geografia política

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) foi o grande fundador da Geografia Política, lançando, em 1897, as bases conceituais e teóricas da área em sua obra homônima. Em 1902, lançou a segunda edição, acrescentando-lhe um subtítulo, “Geografia Política: uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra”. O autor explica a indissociável relação entre a política e o espaço, de onde decorre a importância dos estudos que ele inicia:

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se, entretanto, como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. (RATZEL, 1983, p. 93).

Dessa maneira, as relações entre a política e a geografia constituem um importante campo da ciência geográfica: a Geografia Política. De acordo com Castro (2005, p. 17), esta “pode ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa”. Um de seus focos é analisar como os fenômenos políticos desdobram-se no âmbito das relações sociais.

Nesse sentido, segundo Font e Rufi (2006), além dessas reflexões mais gerais, Ratzel entra mais precisamente em uma geografia política pragmática, tentando dar cobertura científica ao comportamento territorial do Estado. Em “Geografia Política”, de 1897, ele detalhe e explica questões como: o Estado e o mar; localização e expansão dos Estados; fronteira, demografia e o potencial dos Estados; e imigrações. Ressalta a relação do Estado com o território ao afirmar que homem e Estado dependem do solo terrestre. “Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre (RATZEL, 1987, p. 60)”.

A obra de Ratzel abre a discussão e a construção em torno do conceito de território, sobretudo por este ser claramente fruto de uma ação política. Assim, a Geografia Política estabelece uma relação com a cidadania, o pertencimento e o território – estes, também intrinsecamente relacionados. Gottmann (2012, p. 523) define território como a coincidência entre um espaço geográfico e uma jurisdição de governo. “Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia.”

A política consiste em tomar decisões e fixar regras destinadas a todos, ao espaço público e ao bem comum, assim, independentemente da condição, status, cargo, formação ou origem, deve buscar a legitimação de seus atos. Nessa perspectiva, é o

meio mais eficaz para organizar a vida em sociedade e garantir o respeito aos direitos humanos. O ser humano pratica política em seu cotidiano, seja na administração do orçamento doméstico, na mediação de conflitos familiares ou na forma de se relacionar com os vizinhos, logo, política não diz respeito apenas ao exercício do poder público. Queiroz (2012, p. 9) pontua que

é também pela via política que o povo escolhe seus representantes, tanto aqueles que, em seu nome, vão administrar as coisas públicas e governar – ou executar as políticas ou prioridades, de cujas escolhas a sociedade pode participar com mais ou menos intensidade – quanto aqueles que vão fazer as leis, acompanhar e fiscalizar os governos.

Dessa forma, em democracias representativas, como o Brasil, o povo escolhe seus representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. Nesse viés, a escolha do Executivo é fundamental para a gestão econômica e social de um país, assim como a escolha dos representantes do Legislativo é de suma importância para a criação das leis que irão entrar em vigor. Queiroz (2012) explica como se dá a participação popular nas democracias representativas e participativas:

Democracia é o regime político participativo que tem como pressuposto a liberdade e a igualdade política. Nela o cidadão tem o poder de tomar decisões políticas, indiretamente, por meio dos seus representantes, eleitos pelo voto (universal e secreto), ou diretamente, por intermédio de plebiscito (povo consultado antes da aprovação da lei), de referendo (povo consultado após aprovação da lei) e de iniciativa popular (propor projeto de lei). (QUEIROZ, 2012, p. 13).

A ideia de participação no campo da política foi bastante revitalizada no Brasil após o jejum democrático imposto pela Ditadura Militar e recebeu, ainda, um forte impulso do avanço da modernidade ou do salto pós-moderno, segundo alguns autores, que se acelerou no final do século XX (ROZENDO; JUSTO; CORREA, 2010). Nesse mesmo sentido, Simões (2007) afirma que os idosos vêm ocupando um papel importante no contexto político do Brasil redemocratizado e ressalta importantes participações, como o movimento dos aposentados e pensionistas, que culminou em um famoso episódio de protagonismo da população idosa.

Santos et al (2010, p. 14) afirmam “que a democracia e a memória política não são resultados de um processo histórico linear, singular e acabado, com início, meio e fim, mas sim uma construção social e política sem fim, a ser constantemente aprimorada, que envolve múltiplos atores políticos e sociais”. Portanto, tanto a democracia quanto a memória política são objetos dinâmicos e sempre em processo de aperfeiçoamento. Nesse sentido, Ansara (2005, p. 40) destaca

a importância de estabelecer a relação entre memória coletiva e consciência política, procurando perceber em que medida o que é lembrado reflete a consciência política de lideranças sindicais, lideranças comunitárias ou jovens com vivências em contextos históricos diferentes e/ou em que medida a consciência política

Observa-se, pois, que a memória coletiva é um processo caracterizado pelo compartilhamento de um mesmo evento histórico vivenciado por diversas pessoas, reverberando na criação de uma consciência política. Dessa relação surgem elementos para a construção de uma memória política, fruto de uma construção espacial. Nesse contexto insere-se a Geografia Política, definida por Castro (2005, p. 17) como “um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa”. A autora explica que os conhecimentos produzidos nessa área resultam “da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc.” (CASTRO, 2005, p. 17).

A Geografia Política abre espaço para se falar de fatos políticos, que, por sua vez impactam sobremaneira na vida de todos os indivíduos. Temas como reforma trabalhista, reforma política, corrupção, representatividade, democracia representativa e sistemas políticos são, nesse sentido, muito pertinentes à disciplina. Por isso se considera que a área pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos idosos. Gordon e Wooldridge (1967) contextualizam esse campo da Geografia, que, de acordo com eles,

[...] diz respeito às relações existentes entre os fenômenos geográficos e políticos, e decorre do fato de que os Estados, em sua condição de comunidades politicamente organizadas, hão de inevitavelmente possuir base e localização geográficas. A natureza dessa relação permaneceu, durante longo tempo, antes pressentida do que realmente compreendida, sendo objeto de amplas generalizações, tais como a de Montesquieu, segundo as quais as formas de Governo e as instituições políticas seriam o resultado de fatores climáticos diferenciados. Foi somente com o advento da Geografia de caráter científico que o estudo atento de países específicos e de certos problemas políticos logrou ser realizado de maneira proveitosa, sendo, então, proporcionada útil contribuição à Geografia. (GORDON; WOOLDRIDGE, 1967, p. 128).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 77). Portanto, a cidadania constitui-se também como um dos grandes objetivos da educação no nosso país. Nessa lógica, enquanto disciplina, a Geografia Política também está imbuída do objetivo de formar o cidadão.

Indo na mesma direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) destacam a importância de se ensinar uma Geografia que contribua para o desenvolvimento do pensamento crítico e que permita aos alunos se perceberem como atores que agem individual e coletivamente na construção de paisagens e lugares,

entendendo-se como parte do espaço geográfico. Por isso,

os eixos temáticos e suas interações interdisciplinares com os temas transversais e demais áreas foram propostos com o objetivo de auxiliar o professor a ensinar uma Geografia em que os alunos possam realizar uma leitura da realidade de forma não fragmentada, para que seus estudos tenham um sentido e significado no seu cotidiano, e no qual a sua vida no lugar possa ser compreendida interagindo com as pluralidades dos lugares, num processo de globalização, fortalecendo o espírito de solidariedade como cidadão do mundo. (BRASIL, 1998, p. 61-62).

O documento ainda pontua que uma das grandes contribuições das novas correntes fenomenológicas da Geografia foi buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptação entre o homem e a natureza, mas também como produto de fatores culturais. Logo, o desafio do ensino de Geografia no mundo atual é formar alunos capazes de decidir sobre o que os afeta, e com a política não seria diferente.

Com esses avanços no que diz respeito ao ensino de Geografia e Geografia Política, vale ressaltar os seguintes questionamentos: a Geografia Política é importante na formação do cidadão? Qual sua contribuição no cotidiano dos idosos? Essas questões vão ao encontro da necessidade de resgatar a memória política dos idosos, para o que contribui o ensino da Geografia Política.

Em vista disso, a Geografia Política tem o papel fundamental na compreensão dos fatos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo. Pode também auxiliar nas lutas pelos direitos individuais e coletivos, subsidiar a escolha crítica de representantes no regime democrático, enfim, apoiar os indivíduos – no caso deste estudo, os idosos – a exercerem a cidadania. Aqui vale destacar o conceito de cidadão, que, para Dallari (1984), é mal definido, ambíguo e usado em diferentes sentidos. Enquanto alguns o utilizam com o intuito de “eliminar diferenças entre os seres humanos, ou seja, como expressão de igualdade. Todos são cidadãos, portanto, todos são iguais. Outros, porém, lhe dão significação mais restrita. Consideram cidadãos aqueles que têm responsabilidades públicas, inclusive o direito de participar de decisões políticas” (DALLARI, 1984, p. 61).

Diante disso, com o objetivo de despertar a memória e assim a criticidade dos idosos da Casa do Idoso Feliz, como também contribuir para a formação e consolidação da cidadania, propôs-se o aprendizado de temas da Geografia Política por meio de soluções alternativas, como debates, assim, auxiliando os idosos a entender as temáticas abordadas.

O ensino de geografia política para idosos

Uma das principais questões em torno da alfabetização política ou da compreensão do funcionamento político do país está vinculada à formação inicial da pessoa. O conceito de pessoa alfabetizada, no Brasil, ainda deixa muito a desejar, tanto o conceito

instituído pelo Estado quanto o do senso comum. Usualmente, associa-se alfabetização a “saber ler”, o que não necessariamente implica qualidade de interpretação e conexão com a realidade. Desta forma, a primeira parte da pesquisa visou compreender o nível de escolaridade do público-alvo (Gráfico 1).

No gráfico observa-se que a grande maioria dos idosos, 65%, tem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto 14% deles têm o ensino médio completo. Contudo, quando perguntados sobre seu nível de alfabetização e compreensão de textos mais complexos, 80% deles consideram ter dificuldades de interpretação e até mesmo de escrita, podendo ser enquadrados como analfabetos funcionais. Em vista de tal particularidade, são ofertadas atividades educativas na Casa do Idoso Feliz.

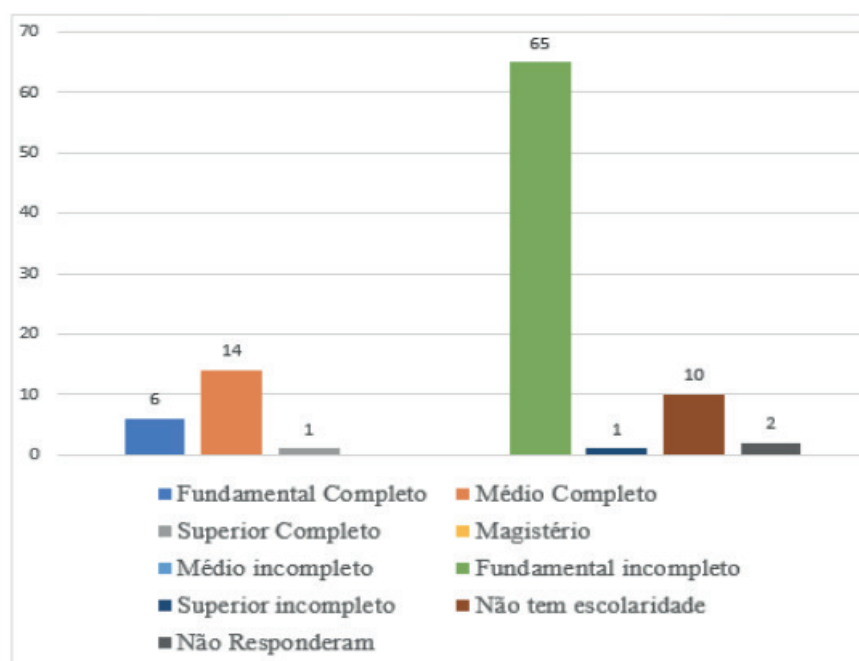


Gráfico 1 - Nível de escolaridade da população pesquisada

Fonte: Os autores (2019)

Em relação à idade dos entrevistados (Gráfico 2), há um percentual de 54% de idosos com idade entre 60 e 69 anos e de 46% de idosos entre 70 e 90 anos. Muito embora todos tenham afirmado que votaram nas últimas eleições, é importante frisar que, conforme prevê a Constituição Federal (art. 14, parágrafo 1º), o voto é obrigatório para os cidadãos alfabetizados maiores de 18 anos e menores de 70 anos. No entanto, é facultado para os jovens a partir de 16 anos e para os idosos acima de 70 anos.

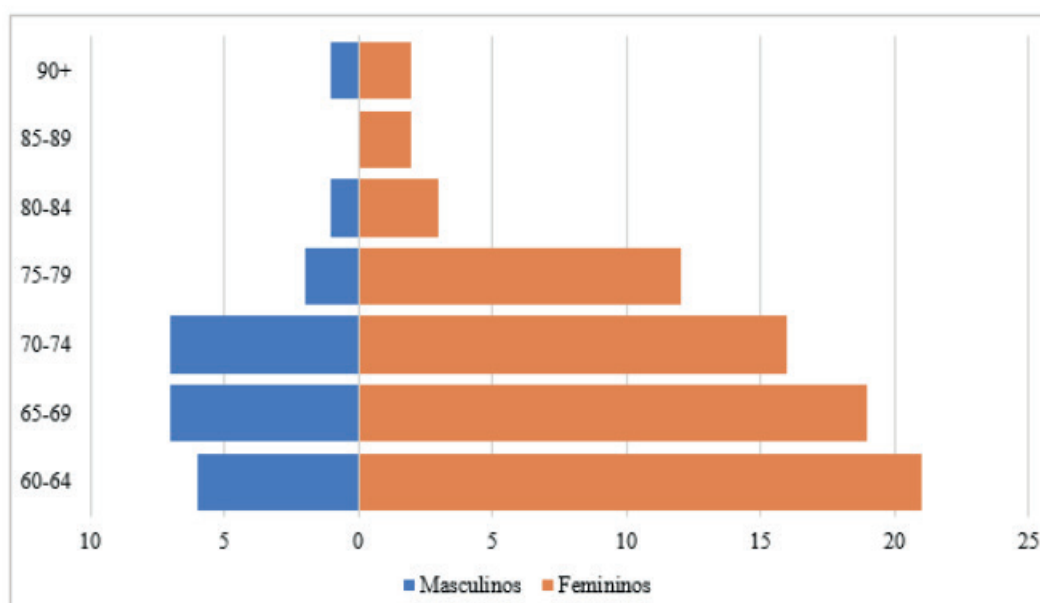


Gráfico 2 - Pirâmide etária da Casa do Idoso Feliz

Fonte: Os autores (2019)

A relação entre uma real alfabetização e o voto cria, no Brasil, historicamente, uma discrepância - nas mais diversas faixas etárias - na análise da política e, como consequência, a compreensão de como funcionam os três Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em suas esferas de ação. Embora com a difusão cada vez maior das tecnologias de informação, processamento e comunicação que fazem com que tenha havido uma participação mais ativa da população no debate político no país nos últimos anos, quando se busca verificar o nível de compreensão sobre democracia ou política, do ponto de vista conceitual (Gráficos 3 e 4), os resultados não acompanham essa tendência, mostrando-se mais alinhados com os níveis de escolaridade dos pesquisados.

O Gráfico 3 mostra a análise a respeito do entendimento da política na percepção dos idosos, concluindo que 32% deles afirmaram que política é algo referente à escolha dos representantes do Estado; 12% disseram que política é apenas a prática de corrupção; e 56% deles afirmaram não ter nenhuma compreensão a respeito de política. Do ponto de vista conceitual, há, portanto, pouco entendimento acerca dos temas, dando lugar, no imaginário dos idosos, a análises vagas e de senso comum.

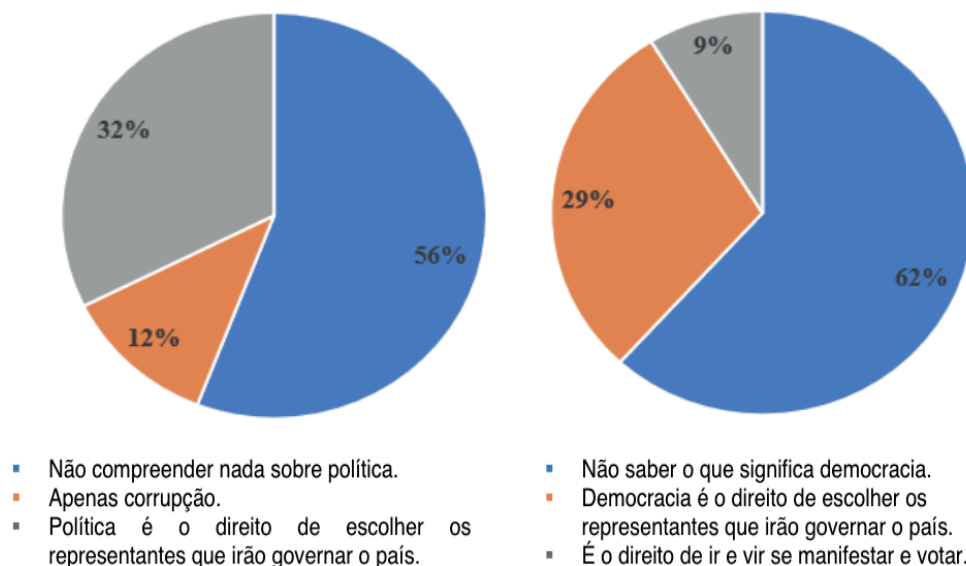


Gráfico 3 - Sobre a compreensão quanto à política

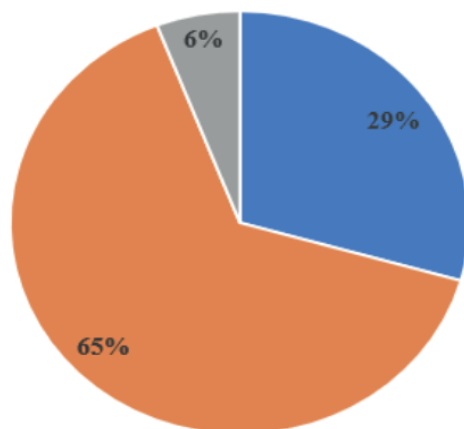
Gráfico 4 - Quanto ao entendimento

acerca da democracia

Fonte: Os autores (2019)

A debilidade de compreensão sobre política e o papel da democracia vem acompanhada de aversão ao “ser político”, corriqueiramente confundido com a política partidária exercida pelos partidos e os seus representantes políticos eleitos. O “ser político”, assim, é, no imaginário popular do idoso, sinônimo de condutas negativas, e não parte do “ser” humano na sociedade.

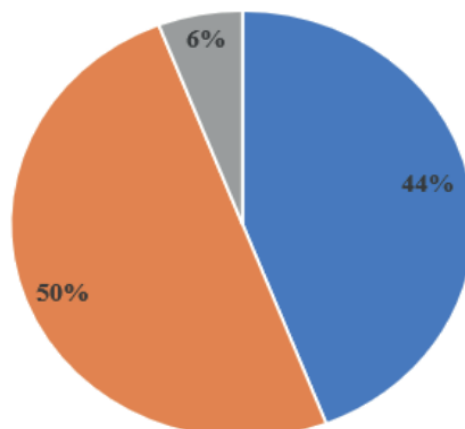
Nessa linha de raciocínio, compreendendo os atuais processos em curso na política brasileira, considerando os papéis do presidente e a quantidade de notícias falsas que moldam contornos e resultados políticos, questionou-se (Gráficos 5 e 6) os idosos quanto ao que esperam do atual presidente e da sua política de governo e sobre a importância da política no desenvolvimento do país. À primeira questão (Gráfico 5), observa-se que 65% afirmaram esperar um bom governo, mas estão temerosos do que irá encontrar pela frente em relação ao atual presidente; já 29% afirmaram que ainda é muito cedo para falar sobre o atual momento político; e 6% disseram ter preferência pelo governo anterior.



- É muito cedo para afirmar algo.
- Espera-se um bom governo.
- Preferência ao antigo governo do Partido dos Trabalhadores – PT.

Gráfico 5 - Sobre a presidência do país

Fonte: Os autores (2019)



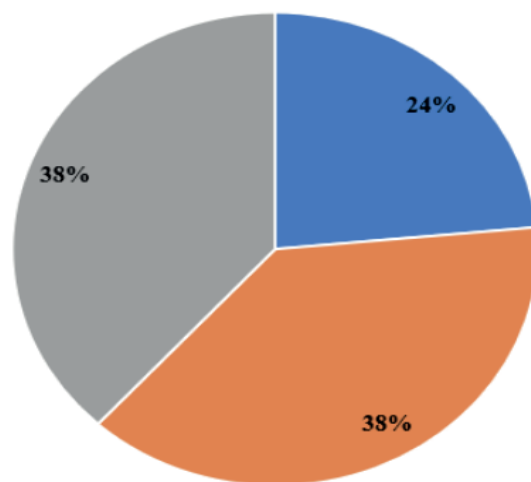
- Não saber qual a importância da política.
- É muito importante, pois assim pode se discutir o melhor para o país.
- Importante, contudo, os políticos usam para o seu próprio benefício.

Gráfico 6 - Sobre a importância da política

Fonte: Os autores (2019)

Embora as respostas do Gráfico 5 apontem para possíveis aproximações com os contornos políticos atuais, vale frisar que as principais fontes de informação dos entrevistados são a televisão e as redes informacionais, o que pode dar aos grupos percepções superficiais da realidade política, fundamentadas em informações duvidosas. Isso tem a ver com a questão apresentada no Gráfico 6, segundo a qual 44% dos pesquisados afirmaram não saber a importância da política. Mesmo com 50% deles tendo dito que a política é de fato relevante para o país, não sabem dizer quais pautas são discutidas pelos seus candidatos, quais suas políticas e que impactos podem causar na vida dos idosos.

Na sequência, questionados acerca da preferência pelas políticas dos governos, a política atual e a anterior, 24% disseram que preferem a anterior; 38%, que a atual é melhor que a antiga; e 38%, que não existem diferenças significativas entre ambas. Apesar desse percentual, nenhum dos entrevistados soube responder quais seriam as eventuais diferenças entre as políticas de cada governo.



- Preferência pelo modelo de gestão dos governos anteriores.
- Espera-se que seja melhor que o antigo, no entanto já mudou muito.
- Não houveram muitas mudanças.

Gráfico 7 - Quanto à compreensão da atual política de governo e da anterior

Fonte: Os autores (2019)

Em vistas de tais resultados, partiu-se para o desenvolvimento de oficinas temáticas sobre Geografia Política compreendendo debates sobre o “ser político”, sistema político brasileiro, Estado, formas de governo e democracia. Afora as debilidades de compreensão encontradas no percurso, as atividades tiveram, além das aulas expositivas dialogadas, também atividades de fixação com estudantes bolsistas de extensão do curso de Geografia.



Figura 1 - Atividades de ensino na Casa do Idoso Feliz

Fonte: Os autores (2019)

Assim, no segundo momento, o desenvolvimento de atividades propriamente

ditas, foram aplicados dois questionários, em momentos distintos, pautados em discussão e diálogo relacionados a assuntos do cotidiano dos idosos. O primeiro buscou analisar o perfil socioeconômico dos participantes (sexo, idade e grau de escolaridade); o segundo buscou descobrir qual relação entre o grau de escolaridade e a percepção da política atual e atuação nela, a fim dialogar sobre política, governo e democracia.

Além dos questionários, houve uma interação com os idosos através de palestras e debates em forma de rodas de conversas, onde foi observado que além de terem grandes limitações conceituais sobre o tema, também apresentam divergências de opinião em relação à política no âmbito da gestão governamental, demonstrando, dessa forma, preferências por governos e partidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir da pesquisa direta e das atividades desenvolvidas na Casa do Idoso Feliz nos sugerem que, apesar do índice de analfabetismo ser consideravelmente baixo entre os idosos entrevistados, existe significativa limitação na compreensão de conceitos básicos relacionados à Geografia Política. Reflexo de educação precária e de índices que consideram apenas o “saber ler e escrever” como alfabetismo, revelam debilidades que impactam em outras esferas da vida educacional do idoso.

Há também profunda debilidade no entendimento sobre o sistema político brasileiro, além de pouca memória acerca dos processos políticos anteriores e em curso. As ações desenvolvidas para discutir essas questões se mostraram profícuas na medida em que permitiram o exercício de atividades de fixação e de ativação da memória em face de aspectos políticos do cotidiano do idoso. Por fim, cabe ressaltar que o distanciamento entre a memória política e o exercício da cidadania pode ser diminuído por meio do ensino de Geografia Política, considerando as limitações, contextos e adversidades do público-alvo.

REFERÊNCIAS

ANSARA, S. **Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil**: uma abordagem psicopolítica. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 52. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996**. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1948.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o

Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALLARI, D. A. Ser cidadão. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-64, set. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v1n2/a14v1n2.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FONT, J. N. R.; RUFI, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

GORDON E.; WOOLDRIDGE, S. W. **Espírito e propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 5 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice**: teorias, demografia e política. Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

QUEIROZ, A. A. **Noções de política e cidadania no Brasil**. Brasília: DIAP, 2012. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/68-nocoos-de-politica-e-cidadania-no-brasil/366-nocoos-de-politica-e-cidadania-no-brasil>. Acesso em: 5 jul. 2019.

RATZEL, F. **La géographie politique**. Paris: Fayard, 1987.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 93-101, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>. Acesso em 5 jul. 2019.

ROZENDO, A. S.; JUSTO, J. S.; CORREA, M. R. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 35-52, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/4857/3438>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SANTOS, B. S. et al (org.) **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2010.

SIMÕES, J. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. (org.) **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 13-34.

IDEAL DE CONSUMO E URBANIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS FACES NAS METRÓPOLES DO SUDESTE BRASILEIRO

Kauê Santos Lima

**CONSUMPTION AND URBANIZATION IDEAL:
URBAN VIOLENCE AND ITS FACES IN THE
METROPOLISES OF SOUTHEAST BRAZIL**

RESUMO: No presente trabalho pretendemos fazer considerações sobre o atual discurso e forma do consumo, tratando da relação social desse ideal com o processo de urbanização nacional, que se encontrou focado na região Sudeste do país, em um contexto de imigração da população principalmente da região Norte por problemas agrários que, em busca de novos horizontes de vida, forçadamente necessitaram imigrar, se tornando parte do contingente populacional que vivenciou o processo de industrialização em sua gênese. Através da organização e levantamento bibliográfico, traçamos o relacionamento do consumo e da industrialização como processos importantes para a formação do espaço urbano atual e toda sua complexidade material e imaterial, tendo como expoente a violência urbana e o papel da periferia como violentados e violentos, desmistificando o caráter bruto e naturalmente violento dos pobres, desenvolvendo também o papel que exerce e cabe ao Estado e suas instituições, assim como seu envolvimento na estruturação da violência urbana como agente.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo, Urbanização, Violência, Metrópoles.

ABSTRACT: In this paper we intend to make considerations about the current discourse and form of consumption, addressing the social relationship of this ideal with the process of national urbanization, which was focused on the Southeast region of the country, in a context of immigration of the population mainly from the North region. by agrarian problems that, in search of new life horizons, forced to immigrate, becoming part of the population contingent that lived the process of industrialization in its genesis. Through the organization and bibliographic survey, we trace the relationship of consumption and industrialization as important processes for the formation of the current urban space and all its material and immaterial complexity, having as an exponent urban violence and the role of the periphery as violated and violent, demystifying the gross and naturally violent character of the poor, also developing the role and role of the state and its faculties, as well as their involvement in structuring urban violence as an agent.

KEYWORDS: Consumption, Urbanization, Violence, Metropolises

INTRODUÇÃO

O contexto em que existimos atualmente é formado por fenômenos de grandes escalas, muitos até mesmo globais, como todo o complexo de consumo instaurado, e que atualmente alcança um grande nível de intensidade, degradando o meio natural, o meio social, e o ser humano em suas instancias físicas e psicológicas. Pretendemos associar toda a construção e desenvolvimento histórico do consumo e suas formas desde o Ocidente até a condição de um expoente de escala quase que global em que se encontra atualmente, com o processo de urbanização brasileiro e industrialização do Sudeste, abordando parâmetros da violência urbana resultada do processo de entrelaçamento desses três fenômenos no Brasil.

Dentro desse contexto, nos dispomos a analisar a violência urbana enfatizada sobre a figura construída da periferia como ambiente de pessoas violentas e brutais, na tentativa de desmistificar a periferia e a pobreza como únicos agentes da violência urbana, com uma abordagem sistemática da história do espaço da região Sudeste e suas condições socioespaciais até os dias atuais, tratando das ações do estado e suas instituições e as instituições privadas como agentes da violência contra os cidadãos, e como isso se desenrola meio a detenção do poder que lhes é pertencente, passando pela complexidade de defesa dos interesses próprios e da corrupção em suas formas mais recentes.

Baseados em uma metodologia dialética, estruturada a partir de pesquisa bibliográfica nas áreas da psicologia, da história e da geografia, com utilização de dados recentes, trabalhando sobre a perspectiva de similaridades dos fenômenos sofridos pelas cidades do Sudeste, pretendemos salientar parte das contradições que cercam a complexa problemática da violência nas cidades grandes, e como essas contradições se mascaram ou se escancaram para formatar o espaço e sua realidade assim como se encontra instaurada hoje em dia.

Faces do consumo e do consumismo

Na realidade social atual do Ocidente, esta estabelecido um estado de consumação exorbitante, transitante a nível social, cultural e econômico. Quando abordamos a temática dessa cultura do consumo tratamos mais especificamente sobre produção e reprodução de modos de vida, ou seja, maneiras de existir, sentir, analisar, se expressar e representar a realidade através do ato de consumo de mercadorias, ato esse fundamentado na insaciabilidade e na tentativa da satisfação desse sentimento, na compressão do espaço-tempo e pelo surgimento de novas necessidades e expressões humanas. (BUSNARDO, 2007)

O estilo de vida fundado no consumo pode ser caracterizado como emergente a partir da Revolução Industrial, segundo Campbell (2001), a partir do século XVIII o ato de consumir tomou novos significados sociais, iniciando-se em uma onda de intensa aquisição material por parte da elite da Inglaterra, que fez com que profissionais liberais,

pequenos comerciantes e as classes baixas almejassem igual poder de consumo de objetos. Essa imitação social das demais classes em relação à elite inglesa produziu a instalação permanente de um ideal de consumo que, fantasiosamente levaria à satisfação e ao conforto, supostamente uma vida perfeita em seus mais complexos âmbitos, subsequente da aquisição material intensa.

Para MacCracken (2003), esse consumo moderno é um fruto histórico, o modo com que ele se dá atualmente advém das mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas nos diversos séculos que se passaram até o presente momento. A partir do século XIX, o Ocidente foi exposto a novos modos de vida e de consumo, e com isso novos modos de interação entre pessoas e objetos, ocasionada em partes pela Primeira e posteriormente Segunda Revolução Industrial. Para, além disso, se sucedeu toda uma nova arquitetura para que os produtos fossem consumidos, novas estratégias de propaganda empregando uma estética mais elaborada, incluindo motivos culturais para tal aquisição e até apelos sexuais, articulados para agregar valor à mercadoria, com o passar do tempo, foram cada vez mais sendo incluídos significados sociais na mercadoria para ampliar seu valor.

É de grande importância realizarmos algumas reflexões sobre o termo consumo, o que ele significa socialmente hoje em dia? Para Costa, o termo consumir a priori se restringe especificamente a substâncias metabolizáveis, ou seja, consumo é uma ação biológica, é a relação entre substância e metabolismo envolvendo as mais diversas esferas e ações orgânicas, mas esse termo foi transpassado e adotado socialmente pelo fato da velocidade de produção, nos vemos como consumidores e não como compradores, pois a velocidade de produção acaba nos impondo a velocidade de consumo, sendo ela equivalente com a de produção, produz-se muito rápido, se compra muito rápido e se descarta muito rápido, desse modo consumir é uma metáfora que alude à relação da rapidez com que compramos novos itens e inutilizamos os antigos.

Toda a construção histórica do consumismo moderno ocidental foi iniciada na Inglaterra do século XVIII, nos dias de hoje o ideal consumista se encontra consolidado em proporções quase que inexpressáveis, com grande colaboração da globalização, que ocasionou a rápida explanação da cultura do consumo e a sua penetração e solidificação por toda organização social ocidental, devemos nos atentar à intensificação desse ideal com seu desenvolvimento e reforço histórico até o momento, abarcando todas as relações pessoais e interpessoais que compõem toda essa rede.

Vemos por exemplo os Estados Unidos, maior expoente do consumismo globalmente existente hoje, diretamente associado ao sonho americano e o lugar ao sol, onde o princípio prevalecente é a servidão do meio ambiente em bel prazer dos humanos, suprimindo-lhes as necessidades e os mais severos e íntimos luxos, que culminam em uma insustentabilidade de produção e de descarte.

Atualmente o consumo também atinge veemente as vias da psique humana, Sannett (2006) explica em sua obra *The Culture of the New Capitalism* que, o sujeito projeta o agrupamento e a relação de suas emoções nas mercadorias e em seu

simbolismo social, adquirindo-a para anexar significado a sua identidade, em busca de uma identificação de si com o universo vivenciado, buscando também reconhecimento e inclusão social.

Mais do que nunca o conceito de Sociedade do Espetáculo desenvolvida por Guy Debord é relevante para representar a realidade vivida em relação a esse tema, Debord (1968) caracteriza a relação do sujeito com as mercadorias, defendendo que as imagens e significados até mesmo fantasiosos que o objeto produz no sujeito, ocasiona toda uma sociedade que baseia e traduz suas vivências em aquisição massiva de mercadorias, buscando significados concretos de modo fracassado, inclusive fazendo com que as relações sociais se distanciem e se distorçam de modo generalizado.

As faces da mercadoria

É fundamental para pensarmos as atuais facetas da cultura de aquisição material massiva, as questões que envolvem a mercadoria, no nosso caso, devemos fazer certas considerações e observações a respeito do valor econômico e do valor simbólico-social. Devemos nos atentar ao fato de que o valor econômico e simbólico da mercadoria são constituídos socialmente, como nos mostra Marx (1867), os produtos possuem dois tipos de valor, o de uso, que representa o valor da utilização de tal produto e o valor de troca, que é o valor mercantil do produto. O valor de troca é constituído da quantidade de trabalho abstrato ou socialmente mobilizado para produzir a mercadoria, a quantidade de trabalho inclusa no produto é o que define sua grandeza e a grandeza define por quais produtos e em que proporção essa mercadoria pode ser trocada.

O autor nos explica que os valores possuem propriedades e origem diferentes, o valor de uso se mostra importante para a pessoa que adquire uma mercadoria pensando no seu uso e sua aplicabilidade, que é o único princípio útil para se adquirir algo, já o valor de troca se restringe ao único princípio de trocar esse produto por algo de igual grandeza, por exemplo, a forma dinheiro, ou seja, o valor de uso representa a importância utilitária de um produto, e o valor de troca representa a relação social de unicamente produzir algo não com o fundamento de utiliza-lo, mas sim de troca-lo com quem se interessa pelo valor de uso desse produto. Dessa forma, uma produção só possui a forma mercadoria quando essa está sendo produzida unicamente com o fim de ser trocada e não utilizada.

Em relação à forma mercadoria Marx esclarece que:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 1867, pag. 158).

Na realidade contemporânea a mercadoria tomou novas dimensões e, portanto novos significados e papeis. Busnardo (2007) indica que, a partir do século XVIII o consumo se tornou emergente e observa que a maior parte dos produtos era supérflua, isso devido a uma mudança no sistema de valores e ações que ocasionou uma mudança em relação ao juízo do lazer, a recente óptica de que o lazer é necessário ao ser humano valorizou essa ação, criando assim um mercado que visa o lazer e o bem-estar, mercado esse dominado pelo consumo da classe média e com pequena participação da classe baixa.

Podemos observar que as novas circunstâncias do consumo faz com que o conceito de valor da mercadoria de Marx não nos sirva mais, pois o valor da mercadoria no século XXI não corresponde mais a quantidade de trabalho abstrato contido em sua existência, agora, o valor social se sobrepõe determinantemente, como mostra os produtos de grifes mundialmente importantes, em que os preços de roupas e acessórios superam dezenas de milhares de reais sendo que são produzidas por mão de obra escrava em países subdesenvolvidos ou com mão de obra a baixo custo.

Campbell (2001) salienta que o movimento literário do romantismo teve uma importante participação nessa mudança de valores em relação ao lazer. Segundo ele o movimento influenciou o culto e, conseqüente valorização das emoções, dando espaço ao culto ao lazer, que envolve o consumo de bens supérfluos como mencionado anteriormente, no período da idade média o luxo e a busca por ele era incentivado como meio de movimentar a economia ainda mercantilista.

A psiquiatra Ana beatriz Barbosa Silva (2014), nos revela que na segunda metade do século XX houve um intenso desenvolvimento do marketing, unicamente com o objetivo de, e de fato, fazendo com que a informação dos lançamentos das produções fosse anunciada e espalhada para a sociedade. Atualmente, no século XXI, o marketing tomou a qualidade de designador da identidade do produto, visto que, nos encontramos em um cenário dominado pelas corporações, que através das marcas e grifes, tentam construir, ou ao menos passar, a imagem de que são estilos e ideais de vida, com seus mais repletos conceitos, tal papel designador de uma identidade causa o efeito de humanização da mercadoria, não é apenas um produto, é uma identidade que o mercado criou para ser consumida e aderida por nós, não buscamos e construímos a nossa identidade, a consumimos através da sutil relação entre imposição/exposição e nossa própria consciência de estarmos comprando e consumindo, com essa sacada, o mercado incluiu com sucesso em sua agenda para este século, o ideal de conceitual.

Tal fato simboliza uma grande inversão, que acaba por acometer todas as instâncias da sociedade e muitas da psique humana. Anteriormente a esta inversão, consumíamos os produtos de acordo com a nossa identidade, agora, a posteriori dessa inversão, temos uma identidade, pois a conseguimos consumindo produtos que as tragam com sigo, isso nos leva a uma reflexão e ponderação interessantes. Possuímos identidade, pois a conseguimos através da consumação dos produtos, porem estes, possuem apenas a identidade que lhes é atribuída intencionalmente

pelo mercado, e não por sua essência, ela em si mesma, pois objetos são isentos de identidade, logo, somos sujeitos com identidades adquiridas, transpassadas a nós por objetos humanizados e personificados falsamente, ou seja, por objetos vazios, desse modo, procuramos nos identificar nas fontes erradas, que não nos representam na qualidade de sujeitos.

Configurações iniciais dos espaços periféricos brasileiros

O Brasil é um dos maiores países do mundo, visando a sua extensão territorial e também o número absoluto de sua população, visto isso, os espaços periféricos brasileiros divergem entre si caracteristicamente, sendo heterogêneos, possuindo diversas particularidades geográficas e de vários outros âmbitos que compõem a realidade concreta das periferias. Tendo em vista essa heterogeneidade, seria audacioso, e para, além disso, errôneo, que fizéssemos uma generalização das características das periferias do país, desse modo, desrespeitando e retratando distorcidamente a realidade e a singularidade desses espaços, logo, optamos por retratar as periferias metropolitanas da região sudeste, que possuem um índice menor de divergência de aspectos entre si, desse modo, trabalhando com as semelhanças que são presentes e fortemente precisas, comumente, para definir esses espaços.

Iniciemos então a nossa análise primordialmente com uma reflexão a respeito do termo periferia, em que a priori, se trata da formação espacial se atentando para o plano territorial onde se encontra a relação geométrica centro-periferia, que se trata da distância física (Chaveiro e Anjos, 2007), mas que, segundo os mesmos autores, trabalhando a ideia de Lefebvre, na sociedade urbano-industrial, esse termo toma novo panorama, em que periferia representa não apenas distância física, mas também uma disparidade social.

É imprescindível uma observação a respeito das características sociais e espaciais existentes previamente ao surgimento do Brasil urbano-industrial. Nosso cenário se inicia solidamente no século XX, em que se inicia a torpe “higienização” urbana, primariamente realizada no Rio de Janeiro, graças à reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos no início do século, política pública com o foco sobre o desenvolvimento infraestrutural do centro, suas vias e de projetos de habitações inspiradas nas parisienses (Ferreira, 2009).

Com o projeto urbanístico de Pereira Passos, a população pobre foi levada para os espaços periféricos, população essa fundamentalmente formada por negros e seus descendentes, que foram os primeiros, por pura pressão social da elite e do Estado, com seu ímpeto e essência segregatória, a morarem nos morros e rebarbas da cidade, iniciando o processo de favelização nessas áreas. A qualidade de disparidade social e não apenas física da periferia, se deu no Brasil, diferente da França, não apenas por pressão da sociedade urbano-industrial, mas antecipadamente como consequências também das políticas abolicionistas insensatas, que, por parte do Estado, não ofereceram

subsídios básicos para a inserção dessa parcela na sociedade, e anteriormente os soldados que lutaram na Guerra de Canudos chegaram ao Rio de Janeiro sem moradias, sobrando-lhes o Morro da Providencia como espaço habitacional, sendo considerada a primeira favela nacional.

Tomando agora como panorama o território nacional, prestemos atenção para o início de todo esse processo macabro a partir de Milton Santos (1993), que nos indica que o processo de urbanização brasileiro se inicia ainda no séc. XVIII, se caracterizando mais por uma aglomeração populacional e formação das cidades do que sendo um processo de urbanização propriamente dito, que se inicia de fato, e toma proporções mais notáveis, no século posterior, em que se passa de 6,8% da população total residindo nos espaços urbanos para 10,7%, entre os anos de 1890 a 1920.

Entre 1920 e 1940, já com o início do processo de industrialização, em seu sentido amplo, não apenas formação das indústrias, mas sim, abarcando toda a questão social e política de integração nacional e estruturação do mercado interno, nos deparamos com um crescimento populacional urbano digno de observação, indo dos 10,7% para 26,35% (Santos 1993). Tais números se intensificam ainda mais da década de 40 a 50, em que a industrialização nacional se encontra em seu auge. Nessas décadas a agricultura se foca na monocultura, na intensão de ampliar seus planos de importação, se mecaniza e acaba por monopolizar a terra, formando latifúndios e causando a expulsão dos camponeses, que se veem obrigados a se deslocarem para os núcleos urbanos, que se desenvolviam industrialmente, em busca de emprego (Ribeiro, 1995).

Ainda segundo Ribeiro (1995), tal êxodo rural, um dos mais agressivos já ocorridos, levou ao desastre de uma organização urbana caótica, pois os núcleos urbanos em formação não possuem infraestrutura para tal contingente que se deslocará e se acomodará nesses locais, resultando em condições de subsistência material precárias e uma intensa disputa por empregos, existentes em menor número que essa parcela populacional, assim, resultando em uma “miserabilização” em larga escala dessas pessoas. Desse modo, as pessoas tiveram que se acomodar nas periferias, levando a intensa consolidação e expansão das mesmas, pois não havia condições de viverem nos centros, que acomodavam mais infraestrutura e maior custo de vida, aqui se encaixa perfeitamente então, a observação de Lefebvre, sobre os subúrbios da sociedade urbano-industrial, área que guarda grande contingente populacional, na qualidade de mão de obra, para atender as necessidades de produção industrial.

A aglomeração urbana, com o passar do tempo, foi crescendo e se acumulando cada vez mais, e conseqüentemente, o índice populacional periférico também, em 1940 a população urbana era de 10.891,000 habitantes (Santos, 1993) passando para 160.925.792 em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Atual quadro das metrópoles da região Sudeste e observações iniciais sobre a violência

Atualmente, a região Sudeste abriga as três maiores metrópoles do país, São Paulo - SP, com um arranjo populacional de 19.629.394 habitantes, Rio De Janeiro - RJ, com 11.946.398 habitantes e Belo Horizonte – MG, com 4.744.706 habitantes, como constam os dados do IBGE sobre arranjos populacionais urbanos do censo realizado em 2010, ainda com os dados disponibilizados pelo censo, temos que, no Sudeste brasileiro ainda estão localizadas mais cinco grandes regiões metropolitanas, sendo elas as sedes urbanas, em ordem de grandeza populacional absoluta, as regiões de: Campinas – SP, a Grande Vitória – ES, Baixada Santista – SP, São José dos Campos – SP e Sorocaba – SP, somando 7.212.939 habitantes.

Tais números assombrosos representam moderadamente, mas ainda pertinentemente, a condição e as circunstâncias da violência urbana nas grandes cidades. Como Moraes (1981) nos indica, a complexa estruturação social das grandes metrópoles atinge o patamar psicológico de todo o coletivo que se encontra nesse mesmo espaço, instaurando consciente e inconscientemente a sensação de medo, mas essa tensão alcança tão grande proporção que acabamos por naturalizar essa sensação de fragilidade e de possibilismo do absurdo, como ele mesmo destaca, podemos observar isso constantemente com frases do tipo “na cidade grande tudo é possível”, e o fato de tudo ser possível nos leva a refletir, quais coisas são essas todas possíveis? E nossas vivências cotidianas fazem nossa imaginação achar resposta negativas, que nos amedrontam em forma de prevenção, a evitar todo esse universo de possibilidades prejudiciais a nós.

O autor destaca também a funcionalidade de destaque que a sociedade urbano-industrial possui nessa situação como um todo, tal modo de organização é sustentado pela ideologia de produção instaurada pelo capitalismo, que acompanha toda a formação do ideal de consumo, sendo assim, a ideologia capitalista que sustenta toda essa produção material, sustenta juntamente todo o ideal de consumo e também a produção do espaço, fundamental para todo o processo, esses três formam o conjunto que dita a condição psicológica e de ação que o coletivo humano vivencia cotidianamente no espaço urbano.

Consumo e violência urbana e suas faces nas Metrópoles do Sudeste

Além da questão do medo, que é uma consequência da violência urbana, e acaba por se transformar em uma, pois coroe o psicológico dos cidadãos rotineiramente, o espaço urbano metropolitano apresenta outras diversas faces da violência. Como reflete Moraes (1981), para construirmos um retrato da violência urbana que seja coerente com a realidade, devemos pensar violência em seu mais amplo significado, que se trata de tudo que ameaça e, de fato, degrada a integridade do todo e qualquer

sujeito fisicamente, socialmente e psicologicamente, ou seja, em qualquer esfera que constituía o sujeito.

A partir dessa definição de violência, devemos observar quais situações e ações que ocorrem dentro da configuração urbana das metrópoles do Sudeste que ameaçam e/ou degradam seus habitantes. Tendo esse princípio, analisemos mais aprofundadamente a face urbano-industrial das metrópoles, temos que, em sua gênese, uma série de fluxos migratórios fizeram com que ocorresse a aglomeração de uma grande população sem meios de produção, que se tornou uma massa de mão de obra assalariada das indústrias, principalmente, mas também de outros serviços, e socialmente isolada da centralidade da cidade por consequência da fragilidade econômica, como vimos anteriormente, as cidades e indústrias do Sudeste não estavam preparadas para suportar tal contingente de imigrantes, resultando em um gigantesco número de pessoas amontoadas, habitando locais inapropriados, desempregadas e desamparadas pelo Estado.

Essa situação nos revela dois sentidos da violência urbana, a despercebida, e a percebida, abordemos então a primeira. A situação de desemprego, moradias precárias e desamparo do Estado, e inclusive sua opressão direta e indireta sobre tal população, gerou fome, frio e outras mazelas, toda essa configuração primária da formação das cidades e o início do desenvolvimento industrial até então, atingi diretamente a integridade desses habitantes em situação de vulnerabilidade social, sendo eles então, as primeiras vítimas da violência urbana na região.

Ainda em Morais (1981), nos é mostrada uma reflexão indispensável, o ser humano age através de dois princípios, o querer e o poder, todos nós somos seres desejantes, sempre desejamos algo, e para realizarmos nossos desejos necessitamos do poder, que nos dá os meios para satisfazer tal anseio, desse modo, poder é literalmente poder, poder realizar atos e alcançar a satisfação dos anseios. Aplicando isso à sociedade urbano-industrial presente naquele momento e, consolidada em partes, até hoje, temos duas parcelas de população, a população dona dos meios de produção industriais, economicamente e politicamente detentora do poder, e do outro lado, uma massa de assalariados e desempregados, que não possuem poder, como então satisfazer seus anseios e necessidades, as quais, nem as básicas são atendidas muitas das vezes? Resta a violência, como o autor destaca, para essas pessoas frustradas em relação ao poder, sobra a prática da brutalidade como meio de sobrevivência e aquisição, resultando em roubos, tráfico, e ações afins, essa é a parte da violência urbana percebida e, além disso, destacada pela mídia e outras instituições, sendo um falso moralismo sistemático que encobre, ou melhor, revela, toda uma ideologia, que sustentada pelo grupo hegemônico dominante, seletivamente ataca esses grupos vulneráveis para defender seus interesses e os coloca como agentes principais e únicos de toda a violência urbana.

Voltemos para a violência despercebida, dentro desta se encontra, não necessariamente despercebida, mas sim intensamente legitimada e naturalizada, a

violência policial, pertencente ao quadro opressor do Estado, que com o discurso de combate ao crime e promotor da segurança pública, é responsável por um número gigantesco de mortes, que possuem, em sua maioria, classe social e cor. De um panorama geral, segundo o Monitor da Violência de 2018, na Região Sudeste 2.582 pessoas foram mortas por policiais, dentre todas as circunstâncias, incluindo homicídios por abuso de poder, conflitos armados durante atuações policiais e outros motivos menos influentes que não abordaremos nesse trabalho para não desviarmos do objetivo. Falando sobre a Instituição policial não devemos nos esquecer das milícias, grande promotora da violência explícita e de outros abusos nos territórios periféricos, e que, na condição de crime organizado, revela toda corrupção da instituição e do Estado de modo geral, deflagrando e desmistificando o caráter de agentes do bem e promotores da segurança.

A violência urbana despercebida, ou melhor, ignorada, também se encontra na estruturação da dinâmica do cotidiano e do estilo de vida da massa e principalmente da periferia, que generalizadamente, tem que se locomover por horas em transportes públicos para ir e voltar do trabalho por ruas e vias lotadas de informações visuais agressivas, realizar as tarefas designadas no trabalho, sem remuneração e condições dignas e coerentes para tal, durante oito horas diárias ou mais, e por vezes, aos finais de semanas e feriados também, a restrição de acesso a certos locais responsáveis por lazer, cultura, e educação por diversos motivos, tal como a cor da pele, condição socioeconômica, distância espacial, falta de tempo por trabalho infantil para complemento da renda doméstica e outros fatores sociais diretamente e indiretamente estressantes, como mostra a seguinte declaração de uma pesquisa psiquiátrica sobre o estresse.

Além dos eventos de vida estressores, os denominados acontecimentos diários menores, que podem ser vivenciados em diversas situações cotidianas, como perder coisas, esperar em filas, ouvir o som do despertador ou o barulho provocado por vizinhos, também são provocadores de resposta de estresse. Muitas vezes estes acontecimentos diários menores, quando frequentes, geram resposta de estresse com efeitos psicológicos e biológicos negativos mais importantes do que eventos de vida estressores de menor frequência. (MARGIS; PICON; COSNER; SILVEIRA, 2003).

Como é apontado pelos pesquisadores, acontecimentos cotidianos, quando intensamente frequentes, podem ter danos mais nocivos à saúde psicológica e biológica do que acontecimentos estressantes de menor frequência, definido por eles como os eventos inevitáveis, externos a nós, por exemplo, a morte de pessoas próximas. Aplicando isso à rotina das grandes cidades e, ainda mais sob a perspectiva de uma população já em estado de vulnerabilidade em um panorama geral, os danos são ainda maiores pela quantidade de situações delicadas serem maiores e os meios de ação mais rarefeitos e difíceis.

É contundente realizarmos maiores reflexões sobre a violência percebida e a não

percebida em relação aos seus agentes e a maneira com que são postas na sociedade através de discursos diferentes, e questionarmos os agente que promovem tais discursos, os quais simplificam o amplo universo da violência urbana em simplesmente delitos cometidos por bandidos e os chamados “marginais”, se esquecendo de toda a truculência das instituições públicas e privadas corruptas e mutuamente coligadas para defender seus interesses, por exemplo, as mudanças promovidas pela reforma trabalhista de 2017, proposta do presidente Michel Temer, é uma violência extrema promovida pelo Estado em conjunto com as organizações privadas que atinge toda a classe trabalhadora nacional, uma violência legitimada pelo poder e posição que possuem e ocupam politicamente.

Essa espécie de atuação nos serve para repararmos na maneira como a violência é exercida de modo diferente pelos detentores do poder, seja ele em qualquer âmbito, e que geralmente se coligam. Enquanto a violência dos sem poder é uma maneira de exteriorizar toda a impotência que lhes é imposta a partir dos empecilhos sociais sistemáticos, desse modo, muitas vezes, se apresentando como meio de ação e sobrevivência, já a violência dos poderosos, geralmente, é discreta, silenciosa e disciplinar, caracterizando uma sociedade de controle eficaz, porém, a violência explícita também é usada em certos casos, como por exemplo, a sequência de ações e declarações violentas de Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro, ocorridas esse ano, que inclusive lhe rendeu uma denúncia por parte da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) à ONU e à Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo grande índice de mortes cometidas por militares do Rio de Janeiro, sobre tudo com seu aval, apenas no primeiro quadrimestre de 2019 foram mortas pela policia do Rio mais de 400 pessoas.

Relação do consumo com o espaço urbano e a violência pertinente nele

A cultura do consumo foi historicamente construída e aplicada, graças ao sistema econômico, que também formatou o espaço das metrópoles da Região Sudeste baseado na produção industrial, onde se acumulava um contingente gigante de pessoas vulneráveis, essa situação social e espacial se encontra consolidada até hoje. Assim, temos uma complexa relação da cultura do consumo, formação do espaço e violência, e essas três faces da realidade metropolitana se desenvolveram e se intensificaram mutuamente no Sudeste, a partir da metade do século passado, o capitalismo industrial produz mercadoria, esta é produzida pelos assalariados e resulta no trabalho alienado, pois não possuem acesso ao que produzem, e são expostos o tempo todo ao ideal de consumo, mas pela falta de poder que possuem a brutalidade se mostra como meio de aquisição, isso, após toda essa violência imposta, e essa brutalidade é usada pelo discurso hegemônico como única e naturalmente culpa do pobres marginalizados, criando uma falsa figura de que todo pobre é bandido ou possui grandes chances de ser, isso é o suficiente para legitimar outras violências

convenientes para os detentores do poder defender seus interesses resultando em uma política de controle da sociedade na sociedade brasileira.

Esse complexo de relações evidencia toda a condição social vivenciada no Brasil pela população pobre e principalmente o problema do racismo estrutural em vigor ainda hoje, segundo Souza (2017), o racismo estrutural no Brasil foi sistematicamente construído a partir da Escravidão e atualmente se reflete na exclusão dessa população em diversos planos sociais, para além disso, atualmente há novos discursos hegemônicos para manter o controle social sobre os pobres, que em sua maioria no Brasil são negros, como mostram os dados do relatório de Retrato das Desigualdade por Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2011, a população negra no Brasil tem renda média de 55% da renda da população branca, dados complementares do relatório mostram também a baixa escolaridade, e menor acesso a saúde, ainda mais para as mulheres negras, a parcela da população brasileira mais vulnerável socialmente. Atualmente o discurso de guerra às drogas é o principal ato de controle sobre a população pobre e negra das grandes metrópoles, sendo ligada a situação de encarceramento em massa, cedidas pela estruturação do sistema judiciário brasileiro, suas leis e a aplicação dessas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na nossa proposta foi possível realizar considerações mais atuais sobre o fenômeno de entrelaçamento do consumo mundial, da indústria e da urbanização da região Sudeste, assim como as variantes da violência no espaço urbano, realizando observações sobre a própria realidade existencial violenta da população periférica, que sofre sistematicamente opressões explícitas e não explícitas por parte da elite econômica privada e do Estado.

Pudemos observar então, que, o ideal de consumo prevalecente atualmente, construído desde a Inglaterra do século XVII se alia com a questão das revoluções industriais e suas consequências, que chegam ao Brasil por volta de 1940, que juntamente com o contexto de migrações para a região Sudeste resulta numa débil estruturação urbana resultante de uma péssima qualidade de vida para a massa, que se encontra embrutecida pela anulação existencial que lhes é imposta, sendo a violência urbana causa e efeito dessa anulação.

A anulação da massa sem poder é produzida pela necessidade de controle da mesma para fins dos detentores de poder, que atualmente é a classe política e de grandes cargos do Estado e a classe possuidora dos meios produtivos do capital industrial e financeiro, e todo esse complexo dominador foi o primeiro expoente da violência urbana, que produziu a brutalidade como meio de ação e sobrevivência para a classe baixa. Porém tal processo é retratado pelos detentores do poder, que possuem a liberdade de explanar e impor seus discursos de modo distorcido, revertendo os

papeis da classe dominante com os dos dominados, colocando as vítimas primárias da violência urbana como principais autores desse fenômeno, produzindo um discurso de determinismo natural em relação aos pobres, que são em maioria pretos e marginalizados espacialmente e socialmente, controlados a partir de ações e políticas públicas e privadas legitimadas pelo Estado e que se alteraram e se alteram com o tempo.

REFERÊNCIAS

BUSNARO, E. A. Cultura do consumo e comportamento humano. FAESA, Vitória, v.3, n1, p. 27-32, jan. 2007.

CAMPBELL, Colin. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; DOS ANJOS, Antonio Fernandes. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. Boletim Goiano de Geografia, vol. 27, n. 2, 2007, p. 181-197, jan/jun Universidade Federal de Goiás. Goiás, Brasil.

COSTA, J. F. Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado. In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Org.). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FERREIRA, Alvaro. Favelas do Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol.16, número 828, jun de 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Rio de Janeiro, 2016.

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Retrato das Desigualdade por Gênero e Raça. Brasília, 2011.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política, livro primeiro: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MCCRACKEN, G. Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MORAIS, Régis. O que é violência urbana. São Paulo: Brasiliense, 1991, ed. 13, 112 p.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 477 p.

MARGIS, R; PICON, P; COSNER, A. F.; SILVEIRA, R. O. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Vol. 26, número 2, pag. 65-74, abri. 2003.

SANTOS, Milton, A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993, 157 p.

SENNETT, Richard. The new culture of capitalismo. United States of America : Yale University Press, 2006, 214 p.

SILVA, Ana beatriz Barbosa. Mentos consumistas: do consumismo à compulsão por compras. São Paulo: Globo, 2014.

SOUZA, Jessé José Freire de. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, OS SISTEMAS POLÍTICOS E A PRIMAZIA DA CIDADE DE SANTOS, SP

Hilmar Diniz Paiva Filho

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo

São Paulo – S.P.

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo

São Paulo – S.P.

RESUMO: Este estudo enfoca a formação e desenvolvimento do espaço e os sistemas de poder na primazia da cidade de Santos, SP. A função portuária sempre dominou a sociedade de Santos desde sua fundação colonial até os dias atuais. A base teórica deste trabalho é baseada na suposição de que o espaço é mais do que uma forma física, é um artefato humano. São as atividades e os sistemas inter-relacionados com as estruturas sociais e políticas que constroem o território. Tudo isso constitui o sistema urbano. A estrutura do poder tem sua expressão espacial. Para tanto, combinam-se os sistemas formais e informais, primeiro produto do aparato administrativo e legal do Estado e o segundo formado por indivíduos e grupos com iniciativas legais e/ou ilegais da sociedade civil. O resultado deste processo gera as formas urbanas e suas consequências sociais, econômicas e territoriais. O espaço resulta do sistema de relações de poder em

Santos e na região, produto da estrutura social, da distribuição política e do papel do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano; sistemas de poder; Santos; produção e organização do espaço.

PRODUCTION AND ORGANIZATION OF SPACE, POLITICAL SYSTEMS AND PRIMAZIA OF CITY OF SANTOS, SP

ABSTRACT: This study focuses on the formation and development of space and power systems in the primacy of the city of Santos, SP. The port function has always dominated the society of Santos from its colonial foundation to the present day. The theoretical basis of this work is based on the assumption that space is more than a physical form, it is a human artifact. It is the activities and systems interrelated with the social and political structures that build the territory. All of this constitutes the urban system. The power structure has its spatial expression. To this end, formal and informal systems are combined, the first product of the state's administrative and legal apparatus and the second formed by individuals and groups with legal and / or illegal civil society initiatives. The result of this process generates urban forms and their social, economic and territorial consequences. The space results from the system of power relations in Santos and in the region, the product of social structure, political

distribution and the role of the state.

KEYWORDS: Urban space; political systems; Santos; production and organization of space.

1 | O LENTO CRESCIMENTO NO PERÍODO COLONIAL

Mesmo antes da vinda dos portugueses ao Brasil a região da baixada santista já era conhecida pelos indígenas como o fim do caminho de Peabiru, eixo estratégico regional do Império Inca, que se iniciava em Cusco, passava na atual cidade de Assunção do Paraguai, atravessava o planalto e a cidade de São Paulo até o oceano Atlântico.

As primeiras referências à Ilha de São Vicente, área que hoje abriga os municípios de Santos e São Vicente, remontam a 1502. Porém, o início efetivo da sua ocupação ocorreu somente 30 anos mais tarde, com a expedição colonizadora do navegador português Martim Afonso de Sousa, futuro donatário da capitania de São Vicente, uma das 14 capitanias que abrangiam a área definida pelo litoral brasileiro a Leste e a linha do Tratado de Tordesilhas a Oeste.

Neste início de colonização, Martin Afonso de Souza, já encontra na ilha de São Vicente, numa pequena baía junto ao mar aberto, um tímido povoado e seu atracadouro, batizado de São Vicente pelo navegador português Gaspar Lemos. Percebendo a importância estratégica do local, adota as medidas recomendadas a sua missão pelo rei de Portugal e organiza um sistema político-administrativo, instalando no local a Câmara, o Pelourinho, a Cadeia e a Igreja, símbolos da colonização e as bases da administração portuguesa. Ratifica o nome dado por Gaspar Lemos, São Vicente, e funda a primeira vila do Brasil em 1532.

Concluída esta etapa, a comitiva de Martim Afonso de Souza começou a ocupar o território e alcançou a porção mais ao norte da ilha, conhecida como Enguaguaçu, a cerca de uma légua da vila de São Vicente. Dois anos se passaram, até que em 1534, primeiramente os primeiros colonos e, posteriormente os outros que ali se fixaram e instalaram, à foz do córrego São Jerônimo, um porto de canoas que de uso particular, estendeu-se ao comum e geral.

No entanto, um dos membros da comitiva de Martim Afonso de Sousa, Braz Cubas, teria papel fundamental na formação da cidade de Santos. Em 1536, recebeu terras e adquiriu mais algumas na região do Enguaguaçu, onde iniciou o plantio de cana-de-açúcar e montou um engenho de açúcar. Em um curto espaço de tempo transformou-se numa figura política proeminente e o maior proprietário de terras da baixada santista. Em 1543, conseguiu a transferência do porto da vila de São Vicente para as águas mais protegidas e próximas ao povoado do Enguaguaçu e desta situação mais interior e bem-sucedida se tem a gênese do centro histórico da cidade de Santos. Ainda em 1543, Braz Cubas, fundou a Irmandade para edificação do Hospital de Santa Casa de Misericórdia de Todos Santos. Em consequência, o povoado não

seria mais denominado Porto de São Vicente e sim, Porto de Santos. Em 1545, Braz Cubas se tornaria Capitão-mor da Capitania de São Vicente e, nesta condição, em data desconhecida, desligou o povoado da Vila de São Vicente e o elevou à condição de Vila do Porto de Santos, fato ilustrado pela figura 1.



Fig. 1: Detalhe Taboas Geraes de toda a Navegação, 1630.

Fonte: Library of Congress.

No ciclo econômico colonial das entradas e bandeiras, Santos era o início do caminho que subia a Serra do Mar em direção a São Paulo, centro irradiador de diversos outros caminhos que demandavam ao interior em busca de ouro, pedras preciosas e índios. Próximos a São Paulo os rios Tietê e Paraíba tornavam-se navegáveis, dando lugar às monções, que eram grandes expedições fluviais para entradas e bandeiras rumo ao oeste e norte, ligando a região a futura capitania de Mato Grosso e Rio de Janeiro. Estas iniciativas foram de grande importância para a expansão continental brasileira, produto da pressão colonizadora e da posse que deslocou o limite do Tratado de Tordesilhas até a conformação atual da fronteira oeste brasileira. Foi dois séculos de busca pelo ouro e pedras preciosas, situação contrária aos resultados quase imediatos da colonização espanhola. Desta empreita resultaram a capitania de Minas Gerais, destacada da de São Paulo em 1720, após a revolta de Felipe dos Santos em Ouro Preto e as capitanias de Goiás e Mato Grosso, desmembradas de São Paulo em 1748. Apesar da enorme importância política e econômica destes fatos, os resultados físicos para o porto de Santos não foram sentidos de imediato, mas contribuíram enormemente para que depois se transformasse no maior e mais importante porto do país por também fazerem estes territórios parte de sua área de influência.

No processo de urbanização nota-se nitidamente a interdependência das cidades e seus portos, pois o processo de crescimento e desenvolvimento de um está diretamente ligado ao de outro. O porto impulsiona o crescimento e o desenvolvimento da cidade e esta, por sua vez, sustenta e apoia suas atividades portuárias, e em Santos, isto não foi diferente.

Ao longo do tempo, as cidades litorâneas brasileiras ligadas ao porto, se caracterizavam como as cidades das trocas e das fortificações. Seu espaço urbano era marcado pelos fortes, mercado e praça alfandegária. Era a cidade mercantil, onde o porto tem o lugar de protagonista no seu desenvolvimento.

2 | AS MUDANÇAS NO PERÍODO IMPERIAL

Em 1808, sob a ameaça de Napoleão, a família real portuguesa deixou Portugal. Este evento modificou radicalmente a situação brasileira, pois o país de colônia tornou-se de repente metrópole. A política mudou, tornando-se complexa e centrada no Rio de Janeiro, muito mais próximo de Santos do que a antiga capital da colônia localizada em Salvador, cidade desprezada pela coroa portuguesa. A realeza em território brasileiro, representada por Dom João VI, decidiu pela abertura dos portos para as “nações amigas”. Este novo quadro aumentou a importância da cidade de Santos. A aceleração das mudanças no Brasil resultantes da vinda da corte e o crescimento de um espírito nacionalista, já presente no movimento de Felipe dos Santos e no da Inconfidência em 1789, levaram à independência em 1822, com o estabelecimento imperial de D. Pedro I, filho de D. João VI. A economia da região sudeste e a ocupação da província de São Paulo foram estimuladas pelo deslocamento progressivo da cultura do café, que se iniciou no Rio de Janeiro na década de 1820 e acompanhou o Vale do Paraíba e imediações.

Neste novo cenário, já a partir de 1850, iniciou-se o declínio do tráfico negreiro, e os capitais para isto foram empregados em outros investimentos, especialmente a terra. Parece claro que o processo de expansão da produção cafeeira pelo Oeste Paulista engendrou uma dinâmica de criação ou revalorização dos centros urbanos à medida que eles se tornaram entrepostos comerciais do produto que seguia via ferrovia para o porto de Santos (BERNARDINI, 2006). O café foi inicialmente transportado ao litoral por tropas de burros, mas sua ineficácia levou ao estabelecimento das primeiras ferrovias. Primeiro foi a Central do Brasil e suas irradiações. Já em 1867 ocorreu o início da operação da São Paulo Railway, ligando, agora por via ferroviária, a região da Baixada Santista ao Planalto Paulista, estimulando o comércio e o desenvolvimento da cidade e da província de S. Paulo.

A cultura do café estendeu-se por todo o Planalto, pressionando as autoridades para a necessidade de ampliação e modernização das instalações portuárias, para que o café fosse exportado em maior escala, rapidez e confiabilidade.

A demanda de operação do porto de Santos cresceu muito em função deste dinamismo econômico. Em 12 de julho de 1888, pelo Decreto nº 9.979, o grupo liderado por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle foi autorizado a construir e explorar, por 39 anos, depois ampliado para 90 anos, o Porto de Santos, segundo projeto do engenheiro Sabóia e Silva. Com o tempo, a empresa Gaffrée, Guinle & Cia foi transformada em Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos e em Companhia Docas de Santos.

Assim, inaugurado em 1892, o porto não parou de se expandir, acompanhando os ciclos de crescimento econômico do país, o aparecimento e desaparecimento de tipos de carga, até chegar ao período atual do uso dos contêineres.

As diversas cidades litorâneas brasileiras cresceram em dependência das atividades do porto e de sua hinterlândia, e o porto dependia do suporte das cidades para o movimento de seus fluxos comerciais e de serviços. É certo que ainda no Império prevaleciam condições de precariedade urbano-portuária da sociedade colonial. Porém, esse quadro começou a mudar com a República, iniciada em 1889, quando a prática de concessão a grupos estrangeiros se estendeu mais amplamente aos portos brasileiros, que dependiam de grandes investimentos e de tecnologia.

O início da organização e modernização dos portos do Brasil esteve aliada, principalmente no Sudeste, à expansão da economia cafeeira, à construção de ferrovias e à modernização urbana. Esse novo momento representou uma fase de grande importância na organização urbana das cidades, a aproximação entre instalações portuárias e o tecido urbano em expansão e explica uma nova relação entre a cidade e o porto.

3 | A REPÚBLICA: O CAFÉ, AS FERROVIAS, AS REFORMAS URBANAS E O EIXO SANTOS-CAMPINAS

Com a chegada da República em 1889 houve uma tentativa de adaptação da economia do país ao capitalismo mundial. O governo republicano instituiu importantes reformas institucionais, colocando no horizonte dos governos estaduais propostas de intervenção mais centradas nas cidades, visando reformas urbanas, importantes para o fluxo e multiplicação do capital. O poder público atuou como executor de planos e reformas urbanas e a iniciativa privada como agente na expansão do território, especialmente nas capitais e cidades estratégicas, como Belo Horizonte, Goiânia, Natal, João Pessoa e Santos.

O estado de São Paulo foi o núcleo da emergente e rica lavoura cafeeira, onde três cidades tiveram papel de destaque: São Paulo, Santos e Campinas. Com a proclamação da República no Brasil, houve a consolidação do capital cafeeiro no país. Como forma de enfrentar os problemas herdados pelo recém instaurado regime, o governo republicano vê na participação da iniciativa privada uma forma de dar respostas rápidas e realizou uma série de adequações liberalizantes na legislação, possibilitando a diversificação de investimentos (BERNARDINI, 2006).

Entre 1892 e 1893, surgiram em São Paulo inúmeros bancos, avançaram o comércio importador e exportador de café, os serviços urbanos e as atividades industriais. Nesta época havia a forte associação do capital cafeeiro ao dos comerciantes estrangeiros do setor para a atuação no comércio de importação. Isso reforça a convicção de Bernardini, que o marco político-institucional foi importante para fomento de diversas atividades econômicas, inclusive nas de natureza urbanizadora. O capital cafeeiro não

se restringia ao universo rural. O seu poder de expansão também encontrava frente nas cidades e no sistema de transporte. A organização da sua produção estava presente da fazenda ao porto, do seu financiamento e a necessidade de obras públicas, abrindo assim, outras janelas de oportunidades e investimentos.

Os homens de negócios residentes na capital do estado, que acumularam riqueza através da atividade rural e mercantil nos ciclos econômicos anteriores, se tornaram os grandes fazendeiros com capacidade para diversificar seus investimentos à medida que a economia cafeeira se expandia. Dessa forma, com a chegada da República, uma parcela cada vez maior se interessava em realizar investimentos lucrativos nas áreas financeiras e estritamente vinculadas ao meio urbano. Havia a presença do capital estrangeiro em vários setores da economia, monopolizando produtos agrícolas, participando do setor de serviços públicos e assumindo o papel nas atividades financeiras do poder público, o que possibilitou a sua entrada nas decisões políticas do Estado brasileiro, intervindo nas políticas monetária e cambial (PERISSINOTTO, 1994: 167).

Essa ideia é corroborada por outros autores que, ainda vão além, apontando para a associação do capital cafeeiro e o sistema político, possibilitando desta maneira, a abertura de novas e sucessivas frentes de oportunidades no processo: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos e contratos oficiais.

No surto cafeeiro são essenciais os seguintes pontos: a presença da demanda externa, a oferta abundante de mão-de-obra, a capacidade de financiamento interno, a ausência de competição para esse financiamento e a disponibilidade de terras para a expansão extensiva do cultivo. A produção cafeeira no Vale do Paraíba restringia-se a uma extensa faixa de terras relativamente próxima do litoral, mas que encontrava dificuldade no transporte da sua produção, uma vez que não possuía meios técnicos para a ordenação e ocupação do território (SZMERECSÁNYI, 1984).

Entretanto, foi no Oeste Paulista, com o auxílio da ferrovia, que se desenvolveu efetivamente um novo modo de organização do território. Num primeiro momento, segundo a expansão das áreas produtoras de café para o Oeste Paulista já vinha se consolidando, explicada essencialmente pela solução que os fazendeiros davam para o problema da mão-de-obra: a contratação do imigrante. Porém ela se dinamizou como resultado da produção do trabalho livre e assalariado em terras mais jovens, servidas pela ferrovia, que alterou a ocupação do território (Figura 2).

Na evolução desse processo de expansão da economia cafeeira, destaca-se a lógica do seu funcionamento e os seus fluxos decorrentes. São Paulo era o polo irradiador de todas as ferrovias, por onde passava todo o fluxo de mercadorias para serem comercializadas. Campinas destacava-se pela centralização da produção agrícola cafeeira. De lá irradiavam as demais ferrovias que alcançavam outras regiões produtoras. E Santos era a porta de entrada e saída deste sistema.

Desta maneira, o poder público estadual passou a interferir, de fato, na política urbana, reformulando o aparato do governo para realizar as obras necessárias nas cidades. Se o apoio governamental era explicitamente utilizado nas ferrovias durante o Império e primeiros anos da República, o desenvolvimento urbano foi a meta do governo paulista durante a consolidação do regime republicano.

A estruturação regional do estado de São Paulo decorre fortemente da formação de um eixo de transporte e suas derivações que acompanham a expansão cafeeira e o estabelecimento de uma rede básica de cidades.

Foi a partir de 1892, após a instituição da República, que as reformas institucionais do governo central começaram efetivamente a pautar as ações do governo estadual em direção das intervenções urbanas. O saneamento das cidades se tornou prioridade para o combate das epidemias e tornou-se palco adequado para o fluxo de investimentos. É importante mais uma vez salientar, que as intervenções urbanas foram implementadas a partir de esforços conjuntos entre poder público e iniciativa privada, ligados naquele momento pelo grande capital cafeeiro.

É neste contexto que as cidades paulistas passaram a ter cada vez mais importância de caráter administrativo dos negócios da produção cafeeira, principalmente São Paulo, Santos e Campinas. Nelas, conforme demonstrou Bernardini, se desenvolveram as atividades urbanas, atreladas a acumulação de capital em função da expansão da economia exportadora de café. Os negócios urbanos, como comércio importador e exportador, o comissionamento, os transportes, as obras e loteamentos, se consolidaram no repertório de investimentos da elite paulista.

Por estes motivos estas cidades foram num primeiro momento priorizadas pela política do governo estadual que posteriormente foi incorporando outras localidades do interior. Uma característica dos melhoramentos levados a cabo na cidade de São Paulo foi a implantação maciça de obras de infraestrutura para a urbanização de áreas já consolidadas. No caso de Santos, por ser palco de disputas políticas, isso se deu de maneira inversa, e desta forma, a cidade moderna e salubre que se pretendia construir foi pensada e debatida antes da implantação da sua infraestrutura, permitindo a criação de uma forma urbana essencialmente planejada, de grande contribuição para o pensamento urbanístico brasileiro.

4 | A CIDADE DE SANTOS E O PLANO DE SATURNINO DE BRITO

O planejamento territorial paulista demonstrou intenso esforço na associação de

métodos científicos de apropriação do espaço. Para que o capital disponível pudesse atuar, era necessário conhecer bem o território. O papel desempenhado pela Comissão Geográfica e Geológica e da inspetoria de Terras, Colonização e Imigração demonstrou como o governo estadual exerceu este papel e se organizou diante das demandas que estavam sendo colocadas no plano estadual. Através desse encaminhamento é possível entender melhor o papel da cidade de Santos e o impulso que tomou a partir de 1867, com a abertura ao tráfego da estrada de ferro São Paulo Railway. É possível fazer duas leituras das intervenções nas cidades. Uma pela ótica do poder estadual, pautada pela reestruturação socioeconômica, das mudanças de mão-de-obra e do caráter da produção, e outra mais ligada a política local, por pessoas ligadas ao republicanismo. A partir da primeira leitura, reafirma-se a importância da cidade de Santos como porta de entrada e saída da economia cafeeira e a década de 1870 representa um marco nas transformações dessa cidade. Houve a intensificação do movimento migratório que chegava pelo porto de Santos com a criação da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração em 1877. O destino da grande maioria dos imigrantes eram as fazendas e colônias do interior paulista, apesar de que muitos ficavam pela cidade, aumentando seu contingente populacional. Santos exportava café e recebia imigrantes, e seu porto passou a ter destaque no cenário paulista (BERNARDINI, 2006).

Desta forma, a cidade de Santos já fazia parte da preocupação do governo, paralelamente aos esforços que estavam concentrados na capital do Estado. Santos era uma extensão da capital São Paulo e, tal como esta, era um local prioritário para o estabelecimento das reformas urbanas pretendidas.

O Plano de Saneamento de Santos, elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, é ao mesmo tempo a obra de maior significado para a engenharia sanitária e de enorme contribuição para o pensamento urbanístico brasileiro.

Santos, na virada do século XIX, enfrentava ao mesmo tempo problemas de epidemias, de saúde pública e a pressão exercida pelo crescimento urbano impulsionado pelo principal porto brasileiro exportador de café.

Saturnino de Brito atuou em dois momentos. No primeiro, respondendo as questões sanitárias, de inundação e de drenagem das áreas pantanosas entre a cidade histórica e a baía. Para tanto, sua equipe adotou o sistema separador completo ou absoluto, já indicado por Estevan Fuertes em seu plano de 1895. Nesse sistema os esgotos sanitários e as águas pluviais são transportados em redes próprias, não conectadas entre si. Com essa escolha foi possível conceber canais de drenagem abertos, em oposição às soluções adotadas nas cidades europeias, e a eles associar parques lineares com funções estéticas, ambientais e de recreação.

No segundo momento, dedicou-se ao projeto urbanístico elaborado em 1910 (Figura 3). Evidencia-se nesta proposta, a ressonância do ideário de Camillo Sitte, com o respeito às características topográficas, trama e traçados. Nos terrenos de elevada declividade, situados a oeste da cidade, ao invés de sua ocupação, como em 1896 propôs o plano da Câmara Municipal, a nova solução era a implantação de parques e

uma via de contorno. Como a maior parte da área de expansão situava-se em terrenos planos, foi proposta uma trama urbana regular sem, entretanto, cair na rigidez de uma malha uniforme e contínua. O traçado era justificado pela facilidade que oferece à implantação das redes de água e esgotamento sanitário e pluvial. Entretanto, o traçado regular domina apenas as áreas não ocupadas, respeitando, em diferentes partes do plano, os traçados preexistentes.



Fig. 3: Planta e projetos de Santos. Saturnino de Brito, 1910.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil mudou das lentas transformações ocorridas entre os séculos XVI ao XVIII, para a transição do século XIX ao XX, quando passou por profundas e significativas mudanças sociopolíticas, econômicas e institucionais. Com a proclamação da República princípios positivistas exerceram uma forte influência sobre as elites brasileiras. Estados e municípios, passaram a desempenhar novos papéis na construção e na reconstrução das cidades. Estabelecia-se um novo sistema de relações de poder. Na cidade de Santos, isto não foi diferente. A estrutura do poder deixou sua expressão espacial e na urbanização encontra-se uma síntese destes processos. Esse também é o período em que a engenharia e o incipiente urbanismo brasileiro contribuem para o debate e construção do futuro nacional. A cidade de Santos retrata bem este fenômeno. Saturnino de Brito, engenheiro e urbanista, desempenha um papel de destaque neste

contexto por sua capacidade de reflexão, inovação e pesquisa. A profundidade como Saturnino de Brito tratou temas como: crescimento, integração, evolução, preservação e respeito foram algumas de suas contribuições, que ainda permanecem atuais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wilma Therezinha de. (1989). **O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos 1870 – 1930**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. (2006). **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: Hucitec/Fapesp.

ARAÚJO FILHO José Ribeiro de. (1969). **Santos, o pôrto do café**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia.

BERNARDINI, Sidney Piochi. (2006). **Os planos da cidade: as políticas de intervenção urbana em Santos – de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1892-1910)**. São Carlos: RiMa, FAPESP.

CARLO, Ricardo Felipe di. (2011). **Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775 – 1836**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. (1996). **Uma cidade na transição. Santos: 1870 - 1913**. São Paulo: Hucitec.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. (1994). **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. São Paulo: UNICAMP.

SAES, Décio. (1985). **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1981)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAES, Flavio A. M. de. (1986). **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec.

SZMERECSÁNYI, Maria Irene. (1984). Produção, apropriação e organização do espaço na economia cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930). **Sinopses**, São Paulo: FAU USP, n. 5.

YUNOVSKI, Oscar. **La estructura interna de La ciudad – el caso latinoamericano**. Buenos Aires: SIAP, 1971.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL E EXPANSÃO URBANA EM RESENDE- RJ

Marília Baldo Simões

Mestre em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/
UFF-RJ

Profª Associação Educacional Dom Bosco- AEDB
Resende-RJ

marilia.baldo@hotmail.com

RESUMO: A partir das últimas décadas do século XX, muitas cidades médias brasileiras passaram por um intenso processo de crescimento. Muito se deve ao fenômeno de desconcentração industrial que ocorreu quando empresas e indústrias passaram a buscar novas vantagens e incentivos num novo contexto de produção e acumulação flexível. Assim, indústrias deslocaram-se e instalaram-se em novas localidades em busca de mão de obra barata, isenções fiscais e financiamento de infraestrutura. Após a instalação de diversas empresas do setor automobilístico na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, a partir de meados dos anos 90 consolidou-se na região um “cluster automotivo” que se desdobrou em diversas transformações sócio espaciais na região. Novas formas de expansão e urbanização foram impressas sobre nova base territorial na região. Diante de cenários de oscilação do setor automobilístico na economia mundial, o trabalho desenvolve uma análise sobre a dinâmica do mercado residencial após

mais de uma década do estabelecimento de uma nova lógica de estruturação produtiva em Resende/RJ. Parte-se do questionamento se a retração do setor industrial automobilístico traz consequências à dinâmica do mercado residencial de Resende e se seriam essas consequências diferenciadas conforme a classe de renda dos moradores. Para tanto, toma-se como fonte principal os registros do imposto de transmissão sobre bens imóveis (ITBI) estruturados em forma de banco de dados, na tentativa de contribuir para um melhor entendimento das relações entre a indústria e a dinâmica do mercado residencial em novos territórios produtivos.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmica imobiliária, Reestruturação produtiva, Cidades médias.

PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN MEDIUM CITIES: RESIDENTIAL REAL STATE DYNAMICS AND URBAN SPRAW IN RESENDE-RJ

ABSTRACT: From the last decades of the twentieth century, many brasilian medium-sized cities have undergone an intense process of growth. Much is due to the phenomenon of industrial deconcentration that occurred when companies and industries began to seek new advantages and incentives in a new context of production and flexive accumulation. Thus industries moved and settled in new locations

in search of cheap labor, tax exemptions and financing of infrastructure. After the installation of several companies in the automotive sector in the Vale do Paraíba Fuminense microregion, in the mid-1990s an “automotive cluster” was consolidated in the region, which has been unfolded in several sócio-spatial transformations in the region. New forms of expansion and urbanization were printed on a new territorial basis in the region. In the face of scenarios of oscillation of the automobile sector in the world economy, the work develops an analysis on the dynamics of the residential Market after more than a decade of the establishment of a new logic of productive structure in Resende-RJ. It starts from the questioning if the retraction of the automobile industrial sector brings consequences to the dynamics of residential Market of Resende and if these consequences would be differentiated according to the class of income of the residents. In order to do so, we take as a main source the records of the real estate transfer tax, structured in database form, in an attempt to contribute to a better understanding of the relations between the industry and the residential Market dynamics in new productive territories.

KEYWORDS: Real State Dynamics, Productive Restructuring, Medium Cities

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada “A dinâmica imobiliária residencial a partir da reestruturação produtiva em Resende- RJ”, desenvolvida no PPGAU/UFF entre 2015 e 2017, vinculada ao grupo de pesquisa “Políticas Urbanas Municipais e seus resultados socioespaciais: estruturação urbana em debate” da EAU/UFF, coordenada pela Prof^a Dr.^a Fernanda Furtado e financiada pelo CNPQ.

Em 1973, o mundo enfrentou uma profunda recessão intensificada pelo choque do petróleo que pôs em movimento um conjunto de processos que abalaram o sistema fordista de produção. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela reestruturação econômica, reajustamento social e político. Nesse contexto, novas experiências de organização industrial apresentaram os primeiros impulsos para o surgimento de um novo regime de acumulação.

A acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. O regime de acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, um extenso movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas ou recém-industrializadas. (HARVEY, 2007)

O setor da indústria automobilística, nos anos de 1990, apresenta uma particularidade que influenciou a nova localização de suas plantas industriais que até então estavam instaladas predominantemente na região metropolitana de São Paulo e de Minas Gerais. Essa particularidade relaciona-se à implantação do Novo Regime automotivo em meados da década de 1990, que contribuiu significativamente para a

reestruturação desse setor a partir do final do século XX.

Nesse contexto, as cidades-médias se redefinem na rede urbana, desempenhando papéis segundo relações hierárquicas com as cidades pequenas que se servem delas por meio de bens e serviços oferecidos e com as cidades grandes que desempenham papéis de integração nacional ou internacional. (SPOSITO, 2007)

2 | OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objeto de estudo o município de Resende-RJ, pertencente à microrregião do Vale do Paraíba Fluminense e inserida na mesorregião Sul-Fluminense. O município é colocado em questão visto que desde meados da década de 1990, Resende e suas cidades vizinhas, tem recebido diversas indústrias, destacando as do setor automobilístico. A decisão locacional dessas indústrias é um exemplo de transformações nos meios de produção do setor automobilístico e sua presença consolidou um pólo-industrial metal-mecânico na localidade.

Paralelo à formação do “Cluster automotivo” no decorrer dos últimos 20 anos, novos loteamentos e empreendimentos imobiliários foram lançados, construídos e ocupados no município de Resende, o que nos permite questionar a dinâmica de ocupação e transações imobiliárias nesses novos espaços construídos, a fim de obter conclusões sobre a dinâmica do mercado residencial no município após o estabelecimento de uma nova lógica de estruturação produtiva, onde são impostas funções flexíveis de produção e trabalho.

Considerando os momentos de crise do setor automobilístico, tanto de produção como de vendas, surgiu como vertente da pesquisa a necessidade de aprofundar a relação entre a indústria e o mercado residencial em novos territórios produtivos no Brasil, incluindo momentos críticos de retração desse setor no recorte temporal da pesquisa. Busca-se analisar as consequências que a retração do setor industrial automobilístico traz à dinâmica do mercado residencial e observar a existência de diferenciação dessas consequências conforme a classe de renda dos cidadãos.

3 | INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS

A primeira indústria do setor automobilístico a se implantar em Resende foi a Volkswagen caminhões – atual MAN Latin America, em 1996. Teve como motivos para sua implantação a localização estratégica do município de Resende que está entre os dois principais mercados consumidores do Brasil e próximo ao mercado- sul americano, além da atuação do Estado do Rio de Janeiro e do município, pois foram oferecidos incentivos como renúncia fiscal, diferimento de impostos, crédito fácil e farto, obras de infraestrutura, doações governamentais, doação de terrenos para construção das plantas, capacitação de mão-de-obra barata, porém ainda assim o processo se deu através da declarada “guerra fiscal”.

A segunda montadora a se instalar na região foi a francesa Peugeot Citroën, pertencente ao grupo PSA, no recém-emancipado município de Porto Real em 2001, impulsionada pelos mesmos estímulos da Volkswagen. A partir de 2011, novas indústrias anunciaram investimentos na região, como a construção da planta industrial da Hyundai Heavy Industries em 2013, em 2014 a japonesa Nissan inaugurou sua fábrica em Resende e a britânica Jaguar/Land Rover em Itatiaia em 2016.

4 | NOVAS DINÂMICAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E EXPANSÃO URBANA EM RESENDE

A atual configuração da malha urbana que aponta vetores de expansão para a Zona oeste do município de Resende reflete desdobramentos que ocorreram em Resende desde meados da década de 1970, quando da criação do “Polo- Urbo industrial de Porto Real”.

Apesar do distrito de Porto Real ter se emancipado em 1995, uma rede sócio-política integrada por políticos e empresários vem agindo desde 1960, sendo o grupo “Renato Monteiro” o “personagem-chave” e líder-fundador com poder e dominação sobre aquele território. (LIMA,2005)

Após o fim da atividade do cultivo da cana de açúcar, fechamento da Usina de beneficiamento no século XX e permanência apenas da produção de refrigerantes em Porto Real, as terras planas do distrito foram ajustadas e loteadas com infraestrutura a fim de receber plantas industriais de médio e grande porte numa área de 25 milhões de metros quadrados através do projeto do “Polo Urbo-industrial de Porto Real”.

Apesar do diagnóstico do Plano, elaborado em 1972, revelar um déficit habitacional no município de Resende, e trazer como solução a criação de cinco núcleos habitacionais em Porto Real, distrito na zona leste do município, o vetor de expansão urbana de Resende seguiu a direção oposta a partir da década de 1980 e configurou-se na região oeste do município, como consequência da construção dos conjuntos habitacionais populares da Cidade Alegria. O plano habitacional do projeto do Polo Urbo Industrial de Porto Real não foi executado. Abaixo, a Figura 01 indica a localização do Polo Industrial e a localização do bairro Cidade Alegria.



Figura 01- Elaboração própria com base em Google Earth

A construção do Conjunto Habitacional Cidade Alegria foi um dos marcos histórico-espaciais do desenvolvimento do município e da expansão da ocupação das terras da cidade de Resende na direção oeste. Até a construção do conjunto habitacional, em 1980 a região da Cidade Alegria fazia parte de uma propriedade rural de um funcionário do poder público executivo municipal. Trata-se de um bairro de moradias populares composto inicialmente de 3500 casas e quarenta blocos de apartamentos (CARDOSO, 2012).

Outro vetor expressivo de expansão urbana de Resende diz respeito aos condomínios de classe média alta no alto e ao longo de vias estruturais, também na zona oeste de Resende, expressando a produção e práticas sócioespaciais de segregação social. O que separa esses dois vetores e consequentemente diferentes classes de renda numa mesma área é uma via de veículos, indicada na imagem abaixo



A expansão das fronteiras da ocupação da cidade para fins de moradia popular a partir da construção de conjuntos habitacionais públicos, operou uma verdadeira transformação no perfil do desenvolvimento urbano da cidade, ao mesmo tempo em que revelou a precariedade das condições de vida deste desenvolvimento urbano, através do clássico processo de produção de periferias através de espoliação urbana e de uma expansão urbana rarefeita. (CARDOSO, 2012)

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de analisar as consequências que a retração do setor industrial automobilístico traz à dinâmica do mercado residencial e observar a existência de diferenciação dessas consequências conforme a classe de renda dos cidadãos foram obtidos dados relativos aos registros de pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos- ITBI no recorte espacial mencionado. O ITBI corresponde ao imposto que incide sobre a transferência onerosa de titularidade de bem imóveis, e a partir do arquivo de dados fornecidos pelo Departamento de Arrecadação Tributária-DAT da Secretaria de Fazenda do Município de Resende tivemos acesso aos registros de venda de imóveis novos e usados no período de 2002 a 2015.

Tomamos aqui o que foi exposto por Smolka (1987), que afirma que as cidades não sofrem bruscas mutações, salvo em casos de tragédias naturais ou situações similares às guerras. Mesmo em casos de "boom" imobiliário, apenas 5% de novos imóveis são adicionados ao estoque já existente.

Outro fator que justifica a consideração de imóveis novos e usados na presente pesquisa, diz respeito à relação entre o tempo e a depreciação do valor dos imóveis. O valor de um imóvel antigo deprecia mais lentamente quando comparado a um imóvel novo e a partir de uma leitura do mercado de usados, é possível investigar a transformação de um local ou da cidade como um todo. (SMOLKA, 1987)

A tabela abaixo especifica os bairros inseridos no recorte espacial mencionado que serão analisados, bem como suas classes de renda.

BAIRRO	RENDA (R\$) *	Classe de Renda*
Cidade Alegria	R\$ 1172,51	D
Nova Alegria	R\$ 1153,13	D
Jd Primavera	R\$ 942,02	E
Toyota	R\$ 930,42	E
Jd Alegria	R\$ 826,66	E
Condomínio Morada das Agulhas	R\$ 7141,54	B
Casa da Lua	R\$ 5619,51	B
Morada da Colina	R\$ 4017,47	C

Mirante das Agulhas	R\$ 2705,56	C
Condomínio Limeira Tennis Club	Inserido no mesmo setor que a Morada da Colina	C
Condomínio Limeira Town House	Inserido no mesmo setor que a Morada da Colina	C
Condomínio Terras Alpha	Inexistente em 2010	

Tabela 1- Classificação de Classe de Renda por bairro

*(segundo a variável de renda: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares - Censo 2010 do IBGE – salário mínimo de R\$510,00)

A classificação dos bairros por classes de renda, verificados na tabela acima, nos permite verificar a existência da diferença entre os grupos de renda na mesma área do município de Resende, onde a diferença no recorte espacial pode ser visualizada no mapa abaixo.

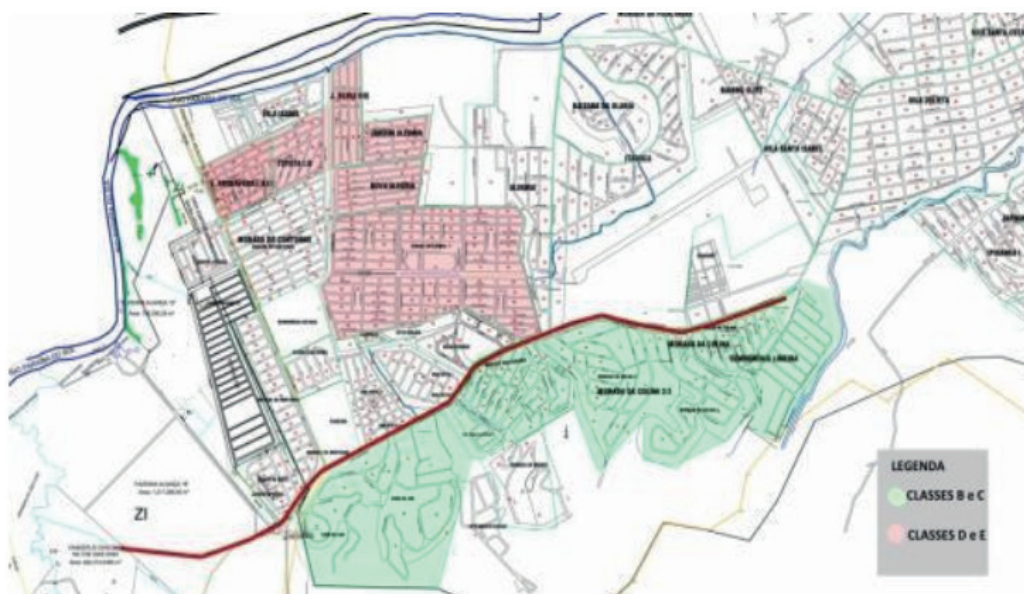


Figura 03- Elaboração própria a partir da base cadastral do município de Resende

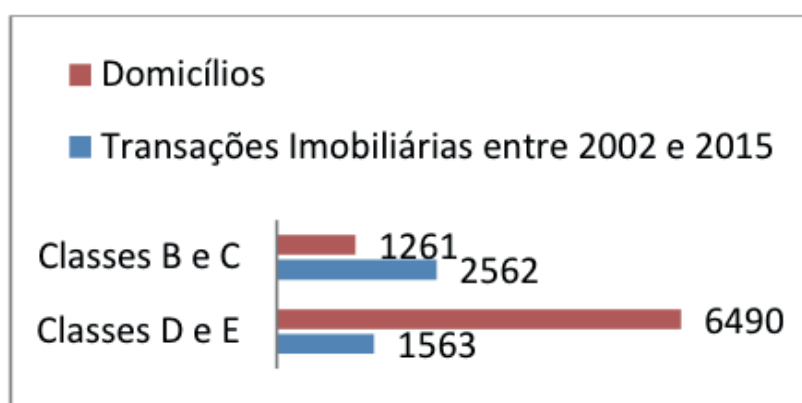


Gráfico 01- Volume de transações imobiliárias e Estoque de domicílios

Os gráficos 01 e 02 nos permitem observar a diferença entre os dois grupos analisados. Os bairros de classe “B e C” sempre apresentam um grande volume de transações em relação à quantidade de domicílios, independente do adensamento do bairro. Por outro lado, os bairros de classes “D e E” sempre apresentam um número reduzido de transações em relação à quantidade de domicílios. Estas evidências podem ser visualizadas no gráfico abaixo.

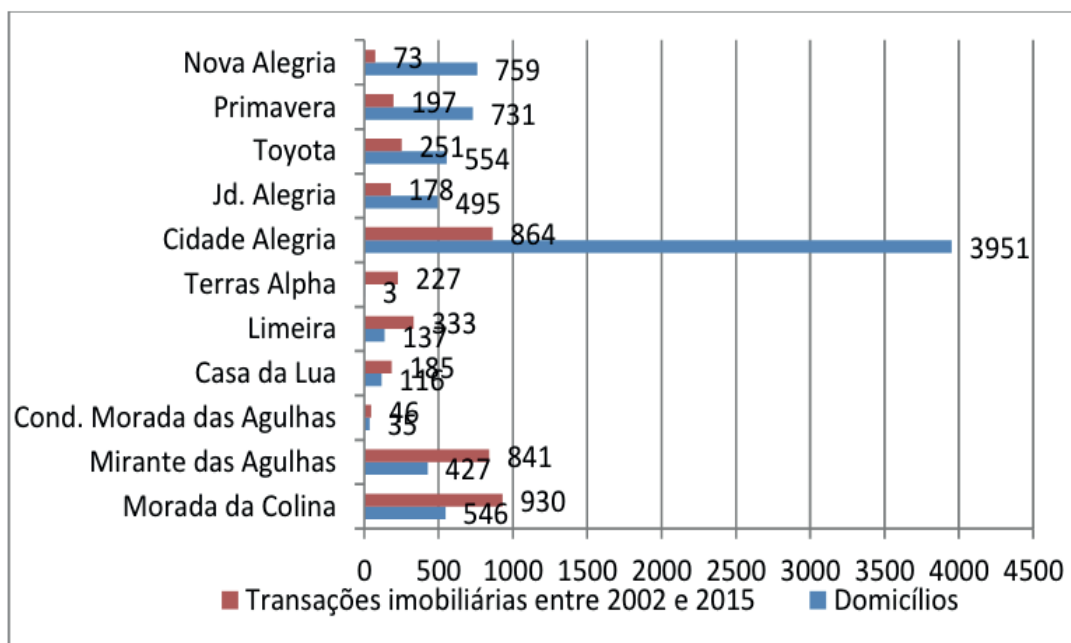


Gráfico 02- Volume de transações imobiliárias e estoque de domicílios- (Por bairro. 2002-2015)

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados de ITBI- Prefeitura Municipal de Resende

Cabe aqui reafirmar as relações que Correa (2011) estabelece entre agentes sociais, escala e produção do espaço, considerando a produção do espaço como decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, e muitas vezes de contradições.

A pesquisa indica que se trata de uma contradição a localização do bairro Cidade Alegria na zona oeste, visto que os conjuntos habitacionais foram erguidos mediante um diagnóstico elaborado na década de 1970, que revelou um déficit habitacional no município. Porém, o mesmo diagnóstico previa a localização de conjuntos habitacionais na porção leste do município e não oeste, como de fato ocorreu.

Outra contradição que observamos aqui é o crescimento dos bairros destinados a classes mais altas, os que estamos chamando de “B e C”, também na Zona Oeste do município. O que separa os bairros de classes “B e C” dos bairros de classes “D e E” é uma rodovia (Estrada Resende-Riachuelo). Portanto, mesmo havendo uma área destinada a bairros de classes mais baixas, ao longo dos anos, os agentes imobiliários

conseguiram inserir bairros de classes mais altas numa mesma região, possibilitada pela convivência do Estado.

6 | A DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL E A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

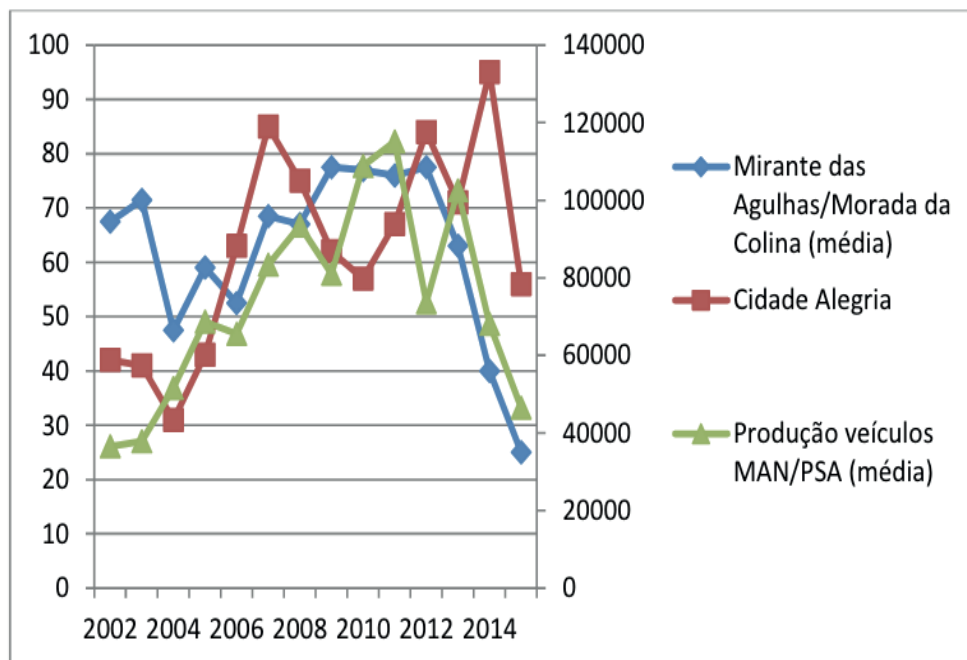


Gráfico 03- Volume de Transações Imobiliárias x Produção Automobilística

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de ITBI- Prefeitura Municipal de Resende

Para a elaboração do gráfico 03, concentramos os três bairros com o maior volume de transações imobiliárias entre os anos de 2002 e 2015. O bairro Cidade Alegria pertencente ao grupo de Classes de renda “D e E” e a média do número de transações dos bairros do Mirante das Agulhas e Morada da Colina, pertencentes ao grupo de Classes de renda “B e C” a fim de comparar com a média da produção das duas principais montadoras da região, PSA (Peugeot Citroën) e MAN (antiga Volkswagen caminhões e ônibus) e observar a existência de relação entre a produção automobilística na região e a dinâmica imobiliária dos bairros.

Ao analisarmos esse recorte temporal de prosperidade da indústria automobilística, e ao compararmos com a dinâmica imobiliária dos principais bairros do município de Resende, verificamos que no caso do bairro Cidade Alegria, como já exposto no item anterior, sofre um período de ascensão no número de transações imobiliárias entre 2004 e 2007, quando seu mercado sofre queda entre 2007 e 2010.

No caso da indústria automobilística, após a crise de 2008, o setor passou por um período de declínio que é apontado pelo gráfico pela queda entre os anos de 2008 e 2009. Diante dos pátios das montadoras lotados de veículos, o setor automotivo rapidamente superou esse momento de crise com a adoção de medidas de amparo

à indústria pelo Estado, assim como a redução no ritmo da produção e programas de férias coletivas aos funcionários.

O período de declínio no número de transações imobiliárias até 2010 no bairro da Cidade Alegria indica que o mercado de imóveis no bairro não se recuperou com a mesma facilidade de uma crise assim como o setor automobilístico.

O mercado de imóveis do bairro retoma seu crescimento a partir de 2010, caindo mais uma vez a partir de 2014, e permanecendo assim até o fim da pesquisa. Apesar de o setor automobilístico sofrer um momento de queda na produção em 2012, reflexo mais uma vez de um momento de pátios lotados de veículos e quedas nas vendas em meados de 2011, esse momento de crise apenas se reflete no bairro no período posterior, 2013, quando o mercado de imóveis no bairro sofre uma queda.

Ao analisarmos a dinâmica do mercado imobiliário dos bairros Morada da Colina e Mirante das Agulhas, observamos que de maneira geral, o movimento do mercado é similar ao movimento da produção automobilística em alguns momentos. Ambos apresentam uma tendência ascendente entre 2006 e 2010. Apesar da ocorrência de queda no setor automotivo em 2009, o mercado imobiliário dos bairros Morada da Colina e Mirante das Agulhas permaneceu estável até 2012, quando ambos os mercados começam a cair e permanecem em queda até o fim da pesquisa.

Podemos afirmar que enquanto o mercado de imóveis do bairro Cidade Alegria e a produção automobilística sofrem diversas oscilações, apesar dessas oscilações não serem coetâneas, existe uma relação entre elas, enquanto o mercado de imóveis do Mirante das Agulhas e Morada da Colina apresenta uma estabilidade maior. Se analisarmos o primeiro momento de “crise” no setor automobilístico, em 2008, notamos que o mercado de classes “D e E” apresenta uma demora ao se recuperar.

A queda do número de transações a partir de 2014 que foi verificada em todos os bairros da pesquisa e a queda na produção automobilística na região está ligada diretamente ao enfraquecimento da economia nacional, bem como incertezas políticas. Num primeiro momento, o cenário era de um ciclo econômico crescente, crédito imobiliário farto, juros mais baixos e demanda mais alta.

A consolidação de um polo industrial metal-mecânico na microrregião do Vale do Paraíba fluminense, impulsionou o mercado residencial a expandir-se, sobretudo, em direção à região oeste do município de Resende.

Ao analisarmos os diversos bairros integrantes da pesquisa, defrontamos com múltiplas particularidades quanto à tipologia dos imóveis, à natureza dos empreendimentos e suas formas de expansão.

Observamos que entre 2002 e 2015 os agentes imobiliários encontraram um espaço mais seguro e estável para investimentos nos bairros de classes mais altas, além de criar novos espaços para empreendimentos condominiais.

A existência de empreendimentos, murados ou não, destinados à população de classes de renda mais elevadas partilhando uma mesma região do município de Resende nos permite concluir que existe diferença dos efeitos dessa reestruturação

produtiva na região e a análise dos gráficos permite observar suas consequentes oscilações verificadas entre as classes de renda através dos bairros analisados.

Assim sendo, todas essas especificidades devem ser consideradas e repercutem diretamente nos resultados da pesquisa que apontam, em conclusão, a existência de relações entre a produção automobilística na região e a dinâmica imobiliária. Fica claro, por outro lado, que estas relações não são diretas nem ocorrem de modo uniforme em toda a porção oeste da cidade. Como vimos, as relações são mediadas por outros critérios como a classe de renda das famílias envolvidas, o tipo de loteamento/condomínio e o tipo de imóvel comercializado, podendo inclusive tomar direções opostas em determinados períodos.

Vale notar, também, que apesar da dinâmica do mercado residencial relacionar-se com o desenvolvimento local, relaciona-se também com o fortalecimento e enfraquecimento da economia mundial. Isso fica evidente nos dois últimos anos da pesquisa, quando o número de transações imobiliárias em todos os bairros analisados sofre brusca queda diante do cenário político e econômico instável do país, bem como a participação do Estado quanto aos incentivos para financiamento de construção e ofertas de crédito.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu em busca de um melhor entendimento acerca da dinâmica imobiliária residencial do município de Resende, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, quando a porção oeste do município passa a ser o vetor de expansão das diversas formas de habitação e loteamentos.

A análise da atual configuração da zona oeste do município de Resende, bem como das particularidades dos bairros inseridos no recorte espacial da pesquisa, confirma que o novo padrão de acumulação capitalista estabelecido em Resende e em seu entorno, refletiu em uma nova divisão social e territorial do trabalho, configurando desdobramentos espaciais importantes no que diz respeito às funções urbanas.

A pesquisa confirma também o que foi exposto por Sposito (2007), quando afirma que a nova divisão territorial do trabalho, orientada a partir de interesses da distribuição da produção industrial, não é uma exclusividade na força das cidades médias, sendo que muitas vezes o consumo teve um papel mais importante na orientação dos papéis intermediários das cidades junto com a produção industrial.

Com relação à dinâmica imobiliária nesses espaços, confirmamos o que Melazzo (2013) destaca que o aumento da demanda de consumo estabelecido em cidades médias, possibilitou que alguns setores da economia, inclusive que agentes incorporadores imobiliários migrassem para esses espaços a fim de valorizar seus capitais a partir dessas demandas.

Após uma verificação dos momentos críticos de oscilação em relação às vendas e produção do setor automotivo no Brasil, assim como nas principais montadoras da

região, e a busca de suas relações com a dinâmica do mercado residencial no município, encontramos que, somadas às especificidades presentes nos bairros, as oscilações das indústrias se refletem de alguma forma na dinâmica do mercado residencial; contudo, é fundamental apontar mais uma vez que não se trata de uma relação direta em todos os bairros e tampouco em todos os períodos do recorte temporal analisado.

Ao refletirmos a respeito da diferença das consequências da retração do setor industrial automobilístico conforme a classe de renda dos moradores podemos afirmar que a configuração de um aglomerado de loteamentos de classes de rendas mais altas já reflete a existência dessa diferença de consequências, e a análise dos gráficos valida que os reflexos da produção industrial são mais evidentes em se tratando de bairros de classes de renda mais baixas.

Os fatos apurados pela pesquisa reforça o oferecimento de financiamentos de loteamentos para classes mais altas no início do século XXI, excluindo a grande parcela da população brasileira que está inserida em classes de renda mais baixas. Isso reforça padrões de segregação e controle do mercado para produção de terra urbana, onde agentes imobiliários encontraram território para a produção de condomínios e loteamentos residenciais para classes mais altas, apesar de se tratar de um recorte espacial inicialmente destinado à populações de baixa renda, reforçando parâmetros de segregação espacial naquela área.

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. Guerra Fiscal e Competição Intermunicipal por Novos Investimentos no Setor Automotivo Brasileiro. – **Revista Dados** [online], Rio de Janeiro, vol.43, n.1, pp. 00-00, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Ed. 34. São Paulo: EDUSP, 2000. 399p.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Desenvolvimento, expansão urbana e segregação social: desafios ao desenvolvimento urbano de Resende a partir do século XXI. In: RAMALHO, J.R.; FORTES, A. (Orgs.) **Desenvolvimento trabalho e cidadania: Baixada e Sul-Fluminense**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012. p.125-160

CORREA, R. L. A.. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: CARLOS, A.F.; SOUZA; M. L.; SPOSITO; M. E. B.(Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 40 -51

FURTADO, Fernanda; SMOLKA, Martim. Argumentos para a reabilitação do IPTU e do ITBI como instrumentos de intervenção urbana (progressista). **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais Urbanos, p.87-103, 1981

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16ªed. São Paulo: Loyola 2007. 349 p

LIMA, Raphael. **Açúcar, Coca-Cola e automóveis: Ação político-empresarial na construção de um “município modelo” em Porto Real (RJ)**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro

MELAZZO, E. S. **Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no**

Brasil. Fortaleza, Revista Mercator v.12, número especial (2) p.29-40, 2013.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 166p

SMOLKA, Martim. O Capital Incorporador e seus movimentos de Valorização. **Cadernos PUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, Ano II, nº1. Jan/Abr, p. 41-78, 1987

SPOSITO, E. S. **Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo.** Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (69), 01 ago. 2007

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestra em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Campo 7, 8, 9, 10, 11, 21, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61, 62, 63
Camponeses 6, 36, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 78
Capital 7, 9, 16, 17, 30, 33, 39, 41, 44, 45, 49, 50, 52, 83, 84, 89, 90, 91, 93, 94, 108, 109
Capitalismo 2, 39, 48, 52, 79, 82, 85, 90
Capitalista 38, 47, 48, 49, 52, 54, 79, 92, 107
Cidades 2, 12, 15, 17, 19, 27, 30, 39, 73, 78, 79, 80, 81, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 107
Conflito 16, 23, 28, 31, 33, 34, 35, 46, 49
Consumo 6, 42, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 82, 83, 84, 98, 107

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 29, 39, 41, 48, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 69, 73, 74, 76, 77, 80, 86, 88, 89, 92, 93, 98, 101, 102, 107, 108
Desigual 39
Desigualdade 83, 84
Dialética 36, 37, 46, 73
Dialético 41, 48

E

Econômico 4, 16, 18, 19, 20, 21, 33, 50, 60, 73, 75, 82, 88, 89, 90, 106, 107
Educação 7, 11, 16, 36, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 63, 70, 71, 81, 84
Energia 1, 3, 6, 9, 10
Eólica 3, 9, 10
Eólicos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10
Espaço 2, 4, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 29, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 56, 61, 63, 64, 72, 73, 76, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 94, 96, 97, 104, 106, 108, 110
Estado 2, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 31, 34, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 107, 109

F

Família 2, 6, 10, 22, 47, 48, 59, 60, 63, 89, 110
Familiar 47, 48, 57, 59
Familiares 6, 51, 59, 62
Fronteiras 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 40, 55, 61, 102
Futuro 6, 87, 95

G

Geografia política 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 69, 70
Geográfico 1, 9, 16, 19, 22, 44, 46, 61, 64
Geopolítica 13, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 71

Global 1, 9, 10, 31, 36, 37, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 73

Globalização 8, 9, 16, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 47, 55, 64, 71, 74

I

Idosos 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Imobiliária 97, 98, 105, 107

Indígenas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 87

Industrialização 72, 73, 78, 92

L

Local 1, 9, 10, 12, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 57, 58, 59, 87, 92, 94, 102, 107

M

Memória 56, 58, 61, 62, 63, 64, 70, 71

Mercado 19, 20, 21, 29, 30, 33, 76, 77, 78, 84, 89, 97, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108

Mercadoria 12, 16, 19, 21, 48, 74, 75, 76, 82

Metrópole 89

Movimentos 3, 16, 19, 27, 30, 31, 36, 37, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109

N

Nacionais 12, 13, 18, 36, 37, 41, 59, 63, 71

Nacional 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 28, 49, 53, 57, 61, 70, 71, 72, 78, 82, 92, 95, 99, 106

Natureza 3, 15, 23, 39, 43, 46, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 75, 90, 106

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 14, 51, 109

Pobreza 1, 2, 7, 30, 73

Política 2, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 21, 24, 25, 31, 43, 46, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 100, 110

Progresso 1, 2, 3, 6, 96

Q

Quilombolas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 55

R

Reestruturação produtiva 97, 98, 106, 109

Regional 1, 2, 24, 25, 48, 87, 93

Relações 12, 13, 15, 16, 19, 21, 27, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 61, 63, 74, 75, 83, 86, 95, 97, 99, 104, 107, 108

S

Seres humanos 38, 47, 64

Ser humano 39, 45, 46, 62, 73, 76, 80

Sociais 3, 6, 10, 16, 19, 23, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 62, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 81, 82, 83, 86, 104, 108, 110
Social 1, 2, 3, 10, 16, 23, 29, 30, 31, 39, 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 98, 101, 107, 108, 110
Sociedade 5, 7, 9, 10, 14, 30, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 90
Socioeconômica 1, 10, 43, 57, 60, 81, 94
Socioespacial 12, 13, 15, 46, 84
Solo 3, 4, 8, 10, 61, 71
Sujeitos 28, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 77

T

Tecnologia 37, 38, 39, 40, 53, 90
Territorial 1, 12, 13, 15, 16, 19, 22, 27, 36, 37, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 61, 77, 86, 93, 97, 98, 107
Território 1, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 71, 78, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 100, 108

U

Urbanização 54, 72, 73, 78, 83, 84, 88, 93, 95, 97
Urbano 16, 48, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 108

V

Valor 6, 13, 21, 33, 74, 75, 76, 102, 103
Violência 34, 51, 72, 73, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 110

